

Odair Salazar da Silva

**DO CORPO AO SUJEITO:
EFEITOS DE SENTIDO EM PUBLICAÇÕES *ONLINE* SOBRE
ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS ATRIBUÍDOS A
NEONAZISTAS ENTRE 2010 E 2013.**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Linguística.
Orientador: Prof. Dr. Sandro Braga

Florianópolis
2014

B

Salazar da Silva, Odair

Do corpo ao sujeito: efeitos de sentido em publicações *online* sobre assassinatos de homossexuais praticados por neonazistas/ orientador, Sandro Braga. - Florianópolis, 2013, 145f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Homossexualidade. Comportamento sexual. Neonazismo. Assassinato. I, Braga, Sandro Braga. II. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III.

Título

Odair Salazar da Silva

**DO CORPO AO SUJEITO:
EFEITOS DE SENTIDO EM PUBLICAÇÕES ONLINE SOBRE
ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS ATRIBUÍDOS A
NEONAZISTAS ENTRE 2010 E 2013.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2014.

Prof. Heronides Maurílio de Melo Moura, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Orientador
Prof. Sandro Braga, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Rosângela Hammes Rodrigues, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rodrigo Acosta Pereira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Nádia R. M. Neckel, Dr.^a
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Ao professor Sandro Braga que, pacientemente, auxiliou-me nesta jornada espinhosa e infinita.

A Nazaré César, quem me incentivou a não desistir deste trabalho.

Ao meu amigo Êmerson Inácio da Cruz, professor da USP, que me ensinou a pensar sobre as questões de gênero.

À banca examinadora, pela leitura e sugestões.

A Dair Bernardes de Oliveira pelo diálogo exaustivo no campo da linguística.

A professora Mirtha Natália Galeano Doña, pelo diálogo filosófico exaustivo no campo da homossexualidade e do neonazismo.

Aos amigos de A Z, que aqui não posso enumerá-los.

Fuera de lenguaje nada existe. Ahora podemos darnos cuenta que eso es una condición cognoscitiva constitutivamente humana, no una imitación circunstancial.

(Humberto Maturana, 1996).

RESUMO

Neste trabalho, analisam-se os efeitos de sentido de textos noticiosos jornalísticos a partir de matérias veiculadas por jornais *online* de grande circulação mundial, que tratam de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, a saber: *El mundo*, *El Clarín* e *Folha de São Paulo*. A constituição do *corpus* para análise deu-se pela escolha de publicações que noticiaram uma mesma facticidade acerca de assassinatos de homossexuais nos três jornais tomados como foco da pesquisa, exceção feita à última matéria analisada, publicada apenas pela *Folha de São Paulo*. Como disciplina de entremeio, a Análise do Discurso, de inspiração francesa, pautou o quadro teórico desta pesquisa, sustentando-se, principalmente, nos trabalhos de Michel Pêcheux (1975), Eni Orlandi (2012) e Michel Foucault (1999), dentre outros. Alçada no campo da linguística, esta pesquisa é de caráter qualitativo, e visa a expressar os diferentes efeitos de sentidos atribuídos a um texto, que podem ou não variar de sujeito para sujeito (afetado ideologicamente), diante da matéria significante, dentro de um determinado espaço discursivo. A partir desse postulado, procurou-se compreender o funcionamento de diferentes discursividades, levando-se em conta os discursos fundadores, “responsáveis” pelos assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas. Portanto, essas matérias noticiosas *online* analisadas constituem-se de uma rede de sentidos, a qual está sempre em devir, sob condições de produção, quando publicadas na imprensa brasileira, seja na editoria “Policial” ou na do “Mundo”, determinando um leitor específico dessa editoria. Disso, conclui-se que os efeitos de sentidos diferentes resultam das distintas condições de produção dos textos e das diversas posições discursivas que afetam o leitor.

Palavras-chave: Discurso. Notícia. Assassinato. Neonazismo. Homossexualidade.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the effects of sense of journalistic news texts from materials conveyed in *online* newspapers of wide circulation worldwide, which deal with murder of homosexuals attributed to neo-Nazis, namely: *El Mundo*, *El Clarín* and *Folha de São Paulo*. The constitution of the *corpus* for analysis was due to the choice of publications that reported the same factuality about murders of homosexuals in three newspapers taken as search focus, except for the last matter under consideration, that was published only by *Folha de São Paulo*. As discipline in set, Discourse Analysis, French-inspired, guided the theoretical framework of this research, supporting itself mainly on the work of Michel Pêcheux (1975), Eni Orlandi (2012) and Michel Foucault (1999), among others. Based on the field of linguistics, this research is qualitative in nature and aims to express the effects of different meanings attributed to a text that may or may not vary from subject to subject (ideologically affected), before the significant subject, within a given discursive space. From this postulate, we sought understanding the working of different discourses, taking into account the founders speeches, responsible for the murder of homosexuals attributed to neo-Nazis. Therefore, the *online* news stories analyzed are made up of a network of meanings, which is always formed by the production conditions, when published in the Brazilian press, whether in the editorial “police” or in the “World”, determining a specific reader to this editorial. From this, it is concluded that the effects of different senses result from different conditions of production of texts and different discursive positions that affect the reader.

Keywords: Discourse. News. Murder. Neo-Nazism. Homosexuality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

CP – Condição de Produção

CPs – Condições de Produção

FI – Formação Ideológica

FD – Formação Discursiva

FIIs – Formações Ideológicas

FDs – Formações Discursivas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DISCURSO.....	31
2.1 Referencial teórico	32
2.2 A questão do sentido	35
2.3 Da incompletude à interpretação	35
2.4 Teoria da interpretação.....	38
2.5 Os dispositivos: teórico e analítico.....	41
2.6 Condições de produção e interdiscurso	42
2.7 Esquecimentos enunciativo e ideológico.....	50
2.8 Papel da polissemia e da paráfrase	51
2.9 Papel da metáfora	52
2.10 Formações ideológica e discursiva.....	54
2.10.1 Formação ideológica	54
2.10.2 Formação discursiva.....	60
2.11 Por uma incompletude discursiva.....	62
3 A AD E O DISCURSO JORNALÍSTICO.....	64
3.1 A posição-sujeito no discurso jornalístico.....	66
3.2 Nuanças do discurso jornalístico	69
4 ANÁLISE DE DADOS: DO SUJEITO AO CORPO.....	77
4.1 Dispositivos para análise	800
4.2 Abordagem prática I - Títulos	83
4.2.1 O fato chileno: Daniel Zamudio	84
4.2.2 O fato francês: Clément Mérec.....	89
4.2.3 O fato brasileiro: Marcelo Campos	95
4.3 Abordagem prática II - texto	96
4.3.1 O corpo-morto - caso chileno	101
4.3.2 O corpo-morto – caso francês	117
4.3.3 O corpo-morto - caso brasileiro.....	129

5 CONCLUSÃO..... 140

REFERÊNCIAS..... 145

1 INTRODUÇÃO

Um número expressivo de jornais *online* tem dado destaque a publicações que tratam de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas nesses últimos anos. O número crescente desse tipo de delito, entre os anos de 2010 e 2013, tem chamado a atenção de pesquisadores de diversas áreas, não só da antropologia, mas também da sociologia, da psicologia social, da linguística, mais especificamente da análise do discurso francófona.

A escolha desse tema nasceu das leituras obrigatórias das disciplinas Introdução à antropologia e Etnografia, em 2011, no curso de Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Ao longo do primeiro semestre desse ano, discutiram-se diferentes abordagens sobre as questões de gênero, com a contribuição de textos de especialistas, como, Sônia Maluf, Peter Frye e Barney Fone, dentre outros.

Fundamentando-se nessa primeira justificativa, afirma-se também que a escolha do objeto de pesquisa – efeitos de sentido em publicações *online* sobre assassinatos a homossexuais atribuídos a neonazistas entre 2010 e 2013 – se deu por outras razões específicas. De acordo com os jornais *online* que aqui serão analisados, grupos neonazistas procuram justificar ataques a vítimas homossexuais por diferentes motivos, dentre eles, o de considerá-las pedófilas em potencial. Dos muitos grupos existentes, destaca-se o *Occupy Pedofilia*, um dos mais conhecidos e estruturados (dentre outros espalhados por diferentes países: HH/88) mundialmente, no que tange a esse tipo de *modus operandi*. O segundo motivo diz respeito à figura do homossexual marcado discursivamente, visto como um doente físico e mental, razão pela qual não há espaços para indivíduos considerados anormais seja de qual natureza for. O objetivo desse grupo é a construção (utópica) de uma sociedade sadia. (VILLAROTO, 2013).

Enquanto produtor de sentido, o sujeito/leitor está instado a interpretar de acordo com a ideologia que segue. Afinal, cada um deles produz gestos de leituras diferentes porque possui Formações Discursivas diferentes (doravante FDs). Um antropólogo dificilmente fará uma mesma leitura sobre o mesmo fato da mesma forma que um sociólogo, psicólogo, político, religioso, médico ou psicólogo. As interpretações são diferentes porque os leitores são movidos por traços internos que eles conservam de suas trocas nas interações com o mundo a sua volta. Essa função repousa sobre unidades representativas

delimitadas (imagens, sentimentos etc.). Isso nos leva a uma luta de poder que não tem começo nem fim. O texto, como diz Orlandi (1996), “é um bólido de sentidos”, ao perceber que cada um de nós, como leitor, é afetado também, em resumo, por esses espaços públicos de pensamentos divergentes.

Isso permite ao leitor apreender que, no âmbito médico, a homossexualidade não é uma doença mental, já atestada por psiquiatras e psicólogos, que estão legitimados a falar do lugar em que se encontram. No entanto, isso não significa que grupos como *skinheads*, *punks*, entre outros, não possuam gestos de interpretações diferentes entre si. Para os grupos neonazistas, o homossexual é um indivíduo anormal (assim como os deficientes físicos e mentais). Portanto, numa sociedade pura não há lugar para indivíduos que possuem estas “patologias” (PÉREZ, 2003, p. 7).

A partir das leituras desses autores, procurei buscar elementos que pudessem fundamentar o objeto do referido estudo, procurando, posteriormente, analisar os efeitos de sentido em factuaisidades jornalísticas, que tratassem do mesmo fato, em relação aos assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, veiculados em três periódicos com nacionalidades diferentes: *El Mundo* (Espanha), *El Clarín* (Argentina) e *Folha de São Paulo* (Brasil).

Metodologicamente, para compreender de que maneira ocorrem os efeitos de sentido no objeto de pesquisa, tomam-se, como ponto de partida, os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (doravante AD), sobretudo os de Pêcheux (1975), Courtine (1999), Orlandi (1996, 1999; 2012) Achard (1999), Lagazzi (1999), numa perspectiva que toma a língua como materialidade discursiva, sob as condições sócio-históricas. Diante dessas materialidades discursivas, consideradas o ponto de partida para o trabalho analítico em questão, procuram-se analisar os efeitos de sentido atribuídos por um sujeito, que ocupa um lugar social, em cada uma destas matérias (que tratam do mesmo fato) instada por um conjunto de rotinas, hierarquias, critérios, que determinam a inclusão ou exclusão de determinadas vozes, decorrentes de sua maior ou menor legitimação (ORLANDI, 1987).

Este trabalho parte pelo menos de duas hipóteses: a primeira diz respeito a essas publicações que podem produzir diferentes efeitos de sentido sobre o mesmo fato narrado, uma vez que o corpo-morto passa a ser tratado como materialidade significante, ou seja, o discurso que trata do assassinato de homossexuais atribuídos a neonazistas passa a ser visto como um bólido de sentidos, de acordo com a visão do sujeito que ocupa um lugar social para realizar gestos de interpretação.

A segunda hipótese parte do pressuposto de que as publicações que tratam de assassinatos de homossexuais, quando narrados no Brasil, são encontradas, em grande parte, na editoria “Policial”, provocando outros efeitos de sentido, que diferem de publicações narradas no exterior, as quais, sem exceção, estão registradas na editoria “Mundo”, provocando sentidos, quase sempre diferentes, por tratar-se de sujeitos com formações discursivas diferentes, que interferem no impacto da publicação, tanto em nível regional quanto internacional. Os efeitos de sentidos resultam muitas vezes de forma contraditória, porque estão sob as condições de produção do leitor, ao levar-se em conta em que editorias se encontram as referidas publicações. No Brasil, os casos são tratados como sendo crimes comuns, tal como no Chile e na Rússia, por exemplo. Na Espanha, por outro lado, assassinatos desta natureza ganham as primeiras páginas por serem considerados hediondos, portanto, sofrem pressões de movimentos sociais contra os órgãos competentes (BUDÓ, 2010).

Note-se que o foco de análise não é o assassinato de homossexuais, mas os discursos produzidos sobre essa factualidade, responsável pelo dizer. Cada publicação destes três jornais *online* sobre a mesma materialidade significativa, que aqui será analisada, apresenta em cada uma delas marcas de adjetivação, responsáveis pelos dizer dessa maneira e não de outra pelo sujeito. São essas marcas as responsáveis pelos diferentes efeitos de sentido. Nessa acepção, as interpretações podem ou não divergir porque o discurso que o sujeito pretende analisar já está atravessado por outros dizeres, razão pela qual na AD não se defende o sujeito como origem do dizer, porque já houve outros já-ditos sobre a factualidade. Esse esclarecimento em torno do “dizer” é importante para a AD, pois não há gesto de interpretação que não tenha sido afetado pelo ideológico, instado pela língua e, consequentemente, pela história. O sujeito, portanto, não pode ser visto no sentido que a psicologia social o toma; um sujeito enquanto indivíduo, mas trata-se de um indivíduo já interpelado em sujeito (ALTHUSSER, 1975).

A partir da importância do papel que o sujeito ocupa na AD, toma-se como pressuposto teórico-metodológico, o discurso que aborda a relação sujeito e corpo-morto, como a responsável pelos efeitos de sentido no outro sujeito/leitor. Em face disso, as factualidades, que aqui serão analisadas, veem o corpo-morto como gerador de sentido. Este conceito é resgatado da obra *Vigiar e punir* de Michel Foucault. Nessa obra, Foucault (1975) vai descrevendo de que maneira a jurisprudência vai mudando de acordo com o passar do tempo. O corpo deixa de ser visto como um objeto de punição, de castigo físico, tomando, por

exemplo, o caso de Damiens, que será discutido no acorrer desse trabalho.

Esse mesmo modelo punitivo sobre o corpo, anos após, passa a ser regido por outras regras sociais. A punição deixa de ser física e passa a ser moral, a partir de uma nova ética francesa que não admite mais as atrocidades contra o físico, aplicando-a, a partir de um certo momento, à alma, atingindo o psicológico, a moral do (suposto) criminoso (como Damiens e a tentativa de matar o rei).

Em vista disso, transferindo esse dizer do mundo francês para as sociedades do século XXI, pode-se assegurar que os discursos que tratam do corpo-morto (assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas) também são atravessados por outros já-ditos, prós e contra, ao apontarem para diferentes possibilidades de leitura. Somando-se a essas formulações, propõe-se apontar os objetivos desse trabalho.

Diante do que foi relatado até então para explicar o funcionamento da linguagem nessas publicações pertencentes aos referidos jornais *online*, em questão, procura-se apontar, abaixo, os objetivos geral e específico que norteiam essa dissertação.

O objetivo geral é analisar os efeitos de sentido nas publicações jornalísticas que tratam da mesma facticidade – assassinato de homossexuais atribuídos a neonazistas entre 2010 e 2013 - de repercussão mundial.

Como objetivos específicos, propõem-se, primeiramente, descrever de que maneira essas mesmas facticidades, que pertencem a jornais *online* em língua portuguesa e espanhola, afetam o leitor, ao mostrar que o sujeito é levado a produzir efeitos de sentido diferentes, quando ele se depara com o fato narrado em diferentes editoriais, como a de “Polícia” e a do “Mundo”.

Em segundo plano, pretende-se analisar essa mesma facticidade, a partir do pressuposto de que os homossexuais fogem aos padrões heteronormativos, por isso devem ser dizimados por serem considerados, por neonazistas, pedófilos em potencial e também doentes mentais, cuja enfermidade pode afetar e infectar a raça ariana.

Em razão do exposto, no primeiro capítulo, propõe-se abordar os principais conceitos da teoria de análise do discurso de orientação francesa, que fundamentarão o *corpus* escolhido: sete matérias *online* que tratam de assassinatos de homossexuais com repercussão internacional, atribuídos a neonazistas, em três jornais *online*.

No segundo capítulo, procura-se analisar o respectivo *corpus*, a partir da teoria da AD e a relação com o discurso jornalístico, questionando, especificamente, por quais motivos matérias que tratam

sobre assassinatos contra homossexuais atribuídos a neonazistas, às vezes, são encontradas na editoria “Mundo” e, outras vezes, na de “Polícia”. Enquanto matéria jornalística de grande repercussão mundial, que tratam de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas produzem efeitos de sentido divergentes, quando tratados em uma e não em outra editoria.

No terceiro e último capítulo, analisa-se o *corpus* em questão – assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas entre os anos de 2010 e 2013, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da AD, procurando compreender que efeitos de sentido o sujeito produz diante de matérias jornalísticas que tratam do mesmo fato (com repercussão mundial), encontradas nos referidos jornais *online* em diferentes editorias: a do “Mundo” e a da “Polícia”. A análise do *corpus* será dividida em duas etapas: primeiramente, analisar-se-á somente o título de cada matéria significativa encontrada nos três jornais *online*, procurando-se “detectar” marcas de adjetivações que levam o leitor a escolher um sentido e não outro, levando-se em conta que nem o sujeito, nem o sentido são dados *a priori*. Em segundo lugar, após realizar a leitura dos títulos das matérias: “Muere un joven homosexual chileno tras el ataque de un grupo de neonazis” (*El Mundo*), “Conmoción en Chile por la muerte de un gay torturado por neonazis”. (*El Clarín*) e “Morre jovem espancando por neonazistas no Chile”. (*Folha de São Paulo*), propõe-se analisar as matérias que tratam do mesmo fato nestes três jornais, para mostrar que as interpretações podem divergir, porque o leitor está interpelado pela língua e pela história, atravessado ideologicamente.

Questiona-se, neste espaço social, que tipo de leitores lê a matéria *online* nesta ou naquela editoria, respectivamente. Que efeitos que estes textos produzem no leitor, quando estão estampados na capa ou quando são encontrados na editoria de “Polícia”. Da mesma forma, questiona-se que tipo de repercussão essas mesmas matérias provocam em cada sujeito/leitor, tendo em vista os espaços de circulação em editorias diversas. Indagam-se quais as implicações decorrentes de uma matéria publicada em uma e em outra editoria em um país e não em outro.

Em síntese, nosso papel nos próximos capítulos é buscar elementos suficientes que expliquem de que maneira os efeitos de sentido ocorrem em matérias jornalísticas de diferentes países já anteriormente elencados. Esses efeitos de sentido podem convergir ou divergir de acordo com o sujeito social – aqui não entendido como indivíduo psicologizante –, cuja função é legitimar-se diante de um espaço e, a

partir daí, marcam como um objeto discursivo produzir sentidos, os mais diferentes.

2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DISCURSO

Neste trabalho, como já dito, propõe-se tomar como pressuposto metodológico a Análise de Discurso de orientação francesa (doravante AD), como pano de fundo, para explicar o fenômeno da linguagem, instado sócio-historicamente, e cuja interpretação decorre de um sujeito. Não se trata de um sujeito-indivíduo, mas de um sujeito enquanto instituição, afetado ideologicamente, e que ocupa um espaço social. Afinal a AD, enquanto disciplina, alia-se às ciências sociais, à antropologia, à psicologia, à sociologia, à filosofia, à psicanálise (Freud-lacaniana), a partir dos estudos de Pêcheux (1975), Orlandi (2012) e outros. Como disciplina de entremeios, a AD procura selecionar e conceituar aqueles conceitos que serão usados para compreender os efeitos de sentido em publicações *online* – (*El mundo*, *El Clarín* e *Folha de São Paulo*) que tratam do mesmo fato – assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas entre 2010 e 2013 – em espaços diferentes nas editoriais de “Mundo” e de “Polícia”. Parte-se do pressuposto de que os efeitos de sentidos dessas sete factuaisidades que serão analisadas podem convergir/divergir, de acordo com o lugar escolhido para publicação pelo editor, com o grau de repercussão que poderá ser nacional e/ou internacional.

Justifica-se a escolha da AD, como disciplina de entremeio, para analisar o *corpus*, em questão, porque ela reconhece que o sujeito não é a fonte original do dizer, nem o ponto inicial de aplicação. Este já foi atravessado por outros discursos, antes de mesmo provocar o primeiro gesto de interpretação sobre a matéria significativa, rompendo com os princípios da linguística saussuriana. A escolha destes e não daqueles jornais *online*, deve-se ao fato de mostrar que nem todos os veículos de comunicação se interessam por publicações dessa natureza. Parte-se da hipótese de que mesmo em se tratando da mesma factuaisidade em diferentes jornais, em língua portuguesa e espanhola, os efeitos de sentido mais convergem do que divergem, pois são atravessados por ideologias muito semelhantes pertencentes ao religioso, ao político, ao cultural, em geral, etc. Escolhido o *corpus* para a análise, os dados foram coletados nos jornais *online*, entre 2010 e 2013, nos seguintes sítios eletrônicos: *El Clarín* (www.clarin.com), *El Mundo* (www.elmundo.es) e *Folha de São Paulo* (www.folha.com) no período supracitado, dedicado à busca do mesmo fato publicado nos três periódicos em questão.

2.1 Referencial teórico

A Análise do Discurso surgiu nos anos 1960, constituindo-se num espaço de discussões que engloba três domínios disciplinares, rompendo, simultaneamente, com o século XIX: a linguística, o marxismo e a psicanálise (ORLANDI, 2012). De acordo com Orlandi (2012), a AD se faz na contradição, na relação existente entre as áreas do saber, das ciências humanas e sociais. No entanto, considerar a AD como uma disciplina de entremeio não significa afirmar que ela é de caráter interdisciplinar; pois esta não se forma entre as disciplinas, mas na contradição existente entre elas. Esta é uma das particularidades da AD. Trabalhar no entremeio significa que não existe aproximação entre a linguagem e sua própria exterioridade que a constitui. Esse é justamente o ponto que caracteriza a AD como uma disciplina de entremeio, o momento em que a linguística deixa de fora de seu campo de pesquisa a exterioridade – o objeto das ciências sociais. Esta, por sua vez, deixa a linguagem de fora de sua investigação (objeto da linguística). É na relação excludente entre o objeto do campo linguístico e do campo das ciências sociais que a AD coloca em xeque essa divisão, “[...] transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e de exterioridade (histórico- empírico)” (ORLANDI, 1996, p. 26).

O que a AD questiona no campo reflexivo da linguagem é justamente aquilo que é descartado pela linguística: o sujeito e a situação. É papel da AD redefinir isso, para desenhar, assim, seu objeto de investigação. Essa rotação exigida pela AD redefine a maneira de como a situação é trabalhada nas ciências sociais, que se mostra incompatível com a noção de linguagem em sua própria ordem, diz Orlandi (1996). Em complemento, a AD propõe a redução da noção de linguístico, trabalhada na contradição da linguagem e da linguística. É neste tipo de redução que a AD se faz presente, exercendo sua função no entremeio. Ou seja, ela se propõe contra essa redução, ao pensar o linguístico não como uma categoria exclusiva da linguística, mas de outras categorias pertencentes às ciências sociais.

Feita uma rápida passagem sobre a relação da AD com as ciências sociais, adverte-se que esta disciplina tem interesse em analisar diferentes discursos, que circulam na sociedade. Por isso, ela se realiza no campo das ciências humanas e sociais. Esta disciplina tem demonstrado nos últimos 30 anos um avanço bastante significativo, principalmente aqui no Brasil, considerando-se como uma ferramenta útil, com grande potencial heurístico (SANTANDER, 2009).

Ao buscar um *locus* de ancoragem, a AD se sente confortável para despontar como uma das áreas que explica (e compreende) a linguagem não mais na sua estrutura, mas em sua relação com o mundo, afetada pela história. A partir daí, torna-se de suma importância trabalhar os conceitos que estruturam a AD. Esta disciplina não tem interesse pela língua da linguística, não possui qualquer vínculo com signos que se remetem a outros signos no sistema, como também não postula interesse pela gramática, ainda que todos os conceitos linguísticos sejam importantes para mostrar seu funcionamento. Como afirma Orlandi (2012, p. 15), “ela trata do discurso”. O “discurso” aqui é entendido como uma ideia que se encontra em trânsito (em curso), em movimento. “o discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando (SANTANDER, 2009, p. 15)”.

Em face disso, afirma-se que a AD toma a língua (como materialidade) como objeto de pesquisa para fazer/produzir sentido, considerando-se um trabalho simbólico. Esta é uma das razões pela qual a língua tem envolvimento com o trabalho social de modo geral, com traços que envolvem o homem e a história como tal. O homem, neste sentido, tem a habilidade de significar as coisas, como também de significar-se. Por esta razão, Orlandi afirma que a AD

[...] concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna-se possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2012, p. 15)

A autora chama a atenção para o fato de que a AD não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato. Seu interesse de investigá-la no mundo, a sua maneira, faz significar as coisas que aí estão à disposição. Não há, portanto, dúvidas de que o homem é um ser biologicamente programado para falar, mas não é isso que nos interessa aqui. Afinal, o homem é um ser simbólico, que produz sentido a partir de seu modo de ser e estar no mundo, porque este está legitimado a falar de um lugar social, de onde faz gestos de interpretação. Sendo assim, o homem é integrante da história, faz parte dela, resultante da relação entre língua e sujeitos que a falam, levando-se em conta em que condições e situações se produzem o dizer.

Viu-se que não há como negar que a AD tem uma relação com o conhecimento produzido entre as ciências sociais e a linguística. Não se está diante de um signo produzindo significados dentro do sistema, sem relação com a exterioridade, com a história, em síntese, com o mundo. Há, sim, uma reflexão que envolve “[...] a história da epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico, essa articulação objetiva a transformação da prática das ciências sociais e também a dos estudos da linguagem” (ORLANDI, 2012, p. 16).

A partir da proposição teórica de que a linguagem é afetada pela história, pelo político e pelo simbólico, Orlandi (1996, 2012) adverte que não é possível fazer AD sem deixar-se de considerá-la na sua opacidade, uma vez que é atravessada por diferentes vozes, por diferentes discursos. Afinal, a linguagem é opaca por natureza, afastando-se do modelo comunicativo de Jakobson, para quem a linguagem é transparente, por natureza.

É isso que diferencia a AD da linguística. O objeto de pesquisa deixa de ser a língua na sua interioridade, dando lugar ao discurso, desde já considerado um objeto construído sócio-históricamente. O linguístico, neste caso, serve apenas para intervir como pressuposto. Sendo assim, na AD não se consegue produzir sentido, senão quando a história e a sociedade são trabalhadas simultaneamente na linguagem. Não há como considerar a linguagem sem levarem-se, em conta, os fatos por meio dos quais ela mesma significa (ORLANDI, 2012).

Diante do que foi dito até então, há considerações a serem feitas como complemento. Orlandi (2012) crítica a prática tanto da linguística, quanto das ciências sociais, ao refletir sobre a maneira pela qual a linguagem se encontra materializada na ideologia e como esta se manifesta na língua. Esta estratégia defendida por Orlandi (2012, p. 17) se fundamenta na ideia de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua, trabalhada na relação língua-discurso-ideologia”. A autora pretende mostrar o real objeto da AD: a língua atravessada pelo histórico e pelo ideológico, cuja tese se fundamenta no pensamento de Michel Pêcheux (1987), ao defender que não há discurso sem sujeito, como também não existe sujeito sem ideologia. Para ele, a língua só faz sentido quando é interpelada por um sujeito por meio da ideologia. Seguindo o pensamento pecheuxiano, a autora diz que o discurso torna-se um lugar onde a língua e a ideologia se fazem presentes simultaneamente. A língua aqui é entendida como produtora de sentidos pelo e para o sujeito.

2.2 A questão do sentido

Em uma breve introdução, tem-se observado que a AD defende que a linguagem é opaca, mas não transparente como na sua concepção clássica (saussuriana). Esta ruptura abre espaço para que se possa analisá-la, enquanto materialidade discursiva, o que possibilita apontar diferentes efeitos de sentido encontrados em discursos com possibilidades de diferentes abordagens. Em outras palavras, a língua não é só objeto da linguística, enquanto ciência que estuda a língua natural, mas como um objeto científico atravessado por outros discursos, pertencentes às ciências humanas e sociais. O que está em jogo é a questão do sentido, uma vez que a AD só se constitui num dado espaço marcado sócio-histórico e ideologicamente, enquanto a linguística mostra seu envolvimento com a filosofia e as ciências sociais, propiciando uma abertura à compreensão de que maneira se pode produzir um novo significado. “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido na história” (ORLANDI, 2012, p. 25).

A noção de “sentido” só pode ser explicada, segundo a autora, quando a AD junta três regiões de conhecimento, que se constituem entre si na contradição: “a teoria da sintaxe e da enunciação; b. teoria da ideologia e c. teoria do discurso que é a determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por um sujeito de natureza psicanalítica” (ORLANDI, 2012, p. 25). A junção entre estas três regiões é o que sustenta todo empreendimento crítico da AD já assumido nos anos 60, que contrapunha à noção de leitura, de interpretação, o que obscurece a relação conturbada do sujeito com o sentido, (produzido na língua, com a história (ORLANDI, 2012)).

2.3 Da incompletude à interpretação

Ao conceber uma nova perspectiva da interpretação que dê conta de explicar o funcionamento da teoria discursiva, Orlandi (1966) toma como ponto de partida a noção de “incompletude”, que é constitutiva da linguagem. A orientação da autora é que se procure levar em conta questões teórico-metodológicas que fazem parte da AD.

O conceito de “incompletude discursiva” está ligado a outros aspectos relevantes dentro da teoria da AD, dentre eles, os de silêncio e interpretação. A interpretação, segundo Orlandi, tem uma ligação com a incompletude, que não deve ser entendida como algo fechado (num

discurso) na sua totalidade. Mas, ao contrário, trata-se de um discurso que nunca se fecha, razão pela qual se acredita que não existem discursos encarcerados em si. É que no discurso não há um dito finalizado, acabado, porque há sempre a possibilidade de se dizer outra coisa. Na AD, o discurso é uma fonte de sentidos que não se esgota; no entanto, não é qualquer coisa que pode ser dita; há um limite estabelecido pelas condições de produção do dizer. Isso porque, segundo Orlandi (2001, p. 17), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Em outras palavras, o próprio dizer não tem começo nem fim. O discurso está sempre em curso, ou seja, constitui-se no movimento das formas do próprio dizer.

Orlandi (1996) parte do pressuposto de que o silêncio é uma categoria fundante, pois não existem sentidos sem silêncio. Por isso a incompletude que faz parte da linguagem é uma categorização dos sentidos do silêncio, o qual é considerado sempre contínuo, indistinto. Para a AD, não há unicidade, porque não é possível considerar um discurso na sua completude. Todo discurso trabalha com a falta, com o silêncio, uma vez que a linguagem não é só estrutura (língua), mas também acontecimento (discurso), o qual apresenta uma relação indispensável com a história e com o equívoco.

Ao tomar-se como ponto de vista a significação, assevera-se que não existe uma relação direta entre homem e mundo, entre homem e pensamento. Da mesma forma, não existe nenhum elo direto entre linguagem e mundo (no sentido wittgensteiniano). Ainda que os analíticos proponham apresentar uma tese operante de que a relação entre linguagem e pensamento é direta, a AD trabalha à contramão.

Parte-se do pressuposto de que a linguagem tem também suas mediações. Aí entra a noção de discurso, que garante essa mediação entre homem/linguagem/mundo. Esta relação pode ser compreendida desde que, quando se percebe que o discurso é uma instância (dentre muitas) material e concreta nessa relação.

Assim sendo, Orlandi (1996, p. 12) afirma que:

A esta abertura da linguagem, isto é, não há linguagem em si, soma-se o que temos concebido como abertura do simbólico. Antes de tudo, porque a questão do sentido é uma questão aberta, pois, como afirma P. Henri (1993), é uma questão filosófica que não pode decidir categoricamente. Por outro lado, não há um sistema de signos só, mas muitos.

A partir desta citação, Orlandi (1996) defende que não existe apenas um modo de significar, mas muitos deles, uma vez que a matéria significante também tem sua plasticidade; também ela é plural. Vale ressaltar que a matéria significante não é singular, não apresenta só um único sentido, mas uma pluralidade deles, por isso esta (matéria) exerce diferentes funções, independente da materialidade discursiva, seja ela imagética, escrita, escultural, musical, etc. “A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele” (ORLANDI, 1996, 12).

Orlandi (1996) faz uma crítica em relação à insistência das ciências humanas e sociais de ultrapassar a incompletude, via interdisciplinaridade, tentando construir um “objeto total”, a partir de uma metodologia com potência que pode tudo. Essa insistência contrária ao posicionamento dos analistas é, para Orlandi, uma dispersão que é constitutiva, “dada a necessidade de as ciências humanas e sociais de se apresentarem sobre a noção discursiva de sujeito e de linguagem, tal como as está caracterizando” (ORLANDI, 1996, p. 35).

Chama-se a atenção para o fato de que o analista considera que a abertura do simbólico traz questionamentos, limites imprecisos e indefiníveis entre a polissemia e a paráfrase (distinção entre estes termos que se verá adiante). Falar sobre esses é situar-se entre a repetição e a diferença, ciente de que a linguagem constitui-se em sua opacidade. “O lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa” (ORLANDI, 1996, p. 13).

É por meio do trabalho da interpretação que se pode ilustrar que o *corpus* da pesquisa envolve a questão do sentido: no silêncio, na incompletude, uma vez que as matérias jornalísticas acerca de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas produzem diferentes gestos de interpretação, porque o sujeito está diante de textos que se constituem de uma rede de sentidos, os quais se realizam na incompletude, porque cada texto é de natureza multidimensional, enquanto espaço simbólico, nos quais os sentidos pululam.

O texto, considerado materialidade do discurso, não é uma superfície ou uma chapa plana e/ou linear. Este não tem, portanto, uma única direção, mas muitas em diversos planos significantes. Isso garante que de um texto é possível abstrair outras versões, a partir de diferentes formulações, que são constitutivas de produtos significativos novos. Esta posição que a AD defende mostra que os textos noticiosos que se analisará aqui não são fechados em si, não possuem um sentido linear, muito menos são passíveis de aceitar apenas uma leitura. Pensando assim, Orlandi (1996) discute essa questão com o intuito de definir qual

pressuposto teórico se deve seguir, a partir dos das seguintes questões: “O que muda nas diferentes versões? É só uma explicitação do que lá já estava? São os seus possíveis? O que é uma outra formulação? O que é colocar-se um final outro? Ou outra direção?” (ORLANDI, 1996, p. 14).

Por fim, o que há são vários textos produzidos a partir do “mesmo” texto. Esta é uma das razões pela qual Orlandi (1996; 2012) certifica que o texto (em sua materialidade) é uma peça, que se articula a outras, que são essenciais à construção dos sentidos. Diante disso, confirma-se a posição de da autora que considera o texto um “bólide de sentidos”, um sintoma de um “sítio significante”. Essas considerações sobrecaem na noção de incompletude, que possibilita várias leituras, ainda que discordantes, estão ligadas ao silêncio. Conforme se viu, o sentido é uma questão aberta, apontando para diferentes direções, num dado espaço simbólico. Até então, viu-se que Orlandi abordou a relação entre silêncio, incompletude e interpretação. A partir daí, propõe-se falar de “interpretação”.

2.4 Teoria da interpretação

A partir de Pêcheux (1975), Orlandi (1996) afirma que a interpretação é considerada um “gesto”, ou seja, um ato em nível simbólico. Em complemento:

[...] a palavra gesto, na perspectiva discursiva, serve justamente para deslocar a noção de “ato” da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la. O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio (ORLANDI, 1996, p. 18).

Isso demonstra que o *corpus* de análise deste trabalho—publicação em jornais acerca de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas – provoca diferentes gestos de interpretação. O silenciar, segundo Orlandi (2012), também provoca efeitos de sentido. No nosso caso, há um *corpus* atravessado pelo silêncio (opressor) de diferentes grupos que fazem parte da sociedade, principalmente dos neonazistas. Como disse Orlandi (1996, p. 18), “A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história”.

A principal característica da interpretação é esta: tomar o lugar da história e da sociedade, numa certa direção que se denomina política. A textualização do político, neste sentido, está presente no gesto de interpretação. Orlandi (1996) afirma que não há como abordar a questão

da interpretação se não se fizer uma reflexão sobre a própria leitura. Este estudo, segundo a autora, engloba outros conceitos como o de leitor, de autor, de história e de ideologia. É a partir da compreensão desses conceitos que se pode formular pontos primordiais existentes na relação entre o sujeito com os sentidos, noções essas que fazem parte do discurso.

Orlandi (1996) busca a noção de interpretação de Pêcheux (2006) dentro da AD. Pêcheux (2006), em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, no capítulo III “Ler, descrever, interpretar”, busca o real logicamente estabilizado, daquilo que se pode saber, o que gerou um “esvaziamento” na teoria aristotélica, no que diz respeito a discursos estáveis, como os das ciências humanas. O discurso humanístico *versus* materialismo chama pela interpretação, afirma Pêcheux (2006). Trata-se de uma interpretação que desestabiliza os sentidos com potenciais a deriva.

Retornando aos anos 60, época em que nasce o estruturalismo na França, Pêcheux propôs uma leitura antipositivista dessa linha de pensamento, com o objetivo de levar em conta o real, a partir não só da estrutura, mas também do acontecimento, provocando novas práticas, que fazem uso da interpretação para dar conta de sua pesquisa, partindo do princípio de que todo fato é reconhecido como uma interpretação do real. Percebe-se que Pêcheux (2006) diz não ser possível separar a descrição da interpretação, pois na AD se trabalha em outra perspectiva, diferente da dos estruturalistas, cuja função era descrever as formas, abdicando, nesse sentido, do caráter interpretativo dos fatos, abordando a materialidade, olvidando-se da história.

Observe-se que quando se pensa o que “se quer dizer” já se está interpretando. Uma interpretação decorre das condições de produção do mesmo, o que gera diversos efeitos de sentido. Para Pêcheux (2006), a interpretação está sempre sob o risco de sofrer deslizamentos de sentido, pois está afetada pela história na linguagem. Já se disse que a linguagem é, por natureza, opaca, o que abre espaço para que outros deslizamentos ocorram num dado discurso. Faz sentido, então, afirmar, com Pêcheux, que antes a interpretação era agregada a um gesto de leitura frente a uma estrutura textual, a qual abrolhava efeitos de conjunto. Isso só corrobora com a perspectiva de que a interpretação só afeta a língua, que esta volta para si mesma, um sinal predominantemente estrutural.

Pêcheux (2006), ao considerar que o sujeito se apaga diante do enunciado, está provocando o deslizamento de um certo sentido num dado discurso sem sujeito, negando, desse modo, a interpretação daqueles discursos que são considerados logicamente estabilizados

(científicos, por exemplo). Por esta razão, o filósofo francês quer advertir que o ato de interpretar nada mais é do que produzir um enunciado que reflita no (outro enunciado) de “origem”, na sua ilusão. Esta é uma das razões por meio da qual se defende o ponto de vista pecheuxiano que confirma que é impossível diferenciar “descrever” de “interpretar”, em relação ao conhecimento real da própria língua.

Pêcheux (2006) ao falar sobre a descrição mostra que esta se encontra sujeita a equívocos, uma vez que um enunciado (seja ele de qual natureza for) é intrinsecamente passível de tornar-se noutro (enunciado), da mesma forma que seu sentido pode discursivamente produzir outros sentidos. Para o autor, um enunciado pode abrir possibilidades de ser descrito como uma sequência de pontos de deriva possíveis, proporcionando um lugar à interpretação.

Todo compreender, para Pêcheux (2006), ocasiona uma interpretação. Esse compreender está sob o domínio de um espaço de leitura que apresenta diversas formas. O acontecimento, por exemplo, é tomado pela interpretação, pela possibilidade de (re)significar aquilo que é da estrutura da língua, que decorre do gesto de um sujeito, que movimenta muitas memórias, decorrentes de suas relações sociais, responsáveis pela produção de novos sentidos.

Chama-se a atenção para o fato de que tanto a interpretação quanto a descrição, no sentido pecheuxiano, são resultantes de um período de análise, o que não garante que uma (interpretação) seja mais importante que a outra (descrição), mas ambas igualmente essenciais à análise linguística.

Em síntese, Pêcheux (2006) mostrou que a discursividade pode ser tratada tanto como estrutura quanto como acontecimento, percebendo que este (acontecimento) é absorvido por aquele (estrutura), originando outros acontecimentos. Isso deu abertura ao sujeito de considerar-se legitimado a interpretar diante de um discurso. O ato de interpretar deriva de tomada de posição em relação ao gesto de leitura. Não há, portanto, para o autor, sequer nenhuma probabilidade de se analisar um discurso sem considerá-lo na sua estrutura e no seu acontecimento, para o qual ele dá origem, no labor inextrincável entre a descrição e a interpretação, sobretudo, no que tange a discursos não logicamente estabilizados.

Filiada à teoria pecheuxiana, Orlandi (1996) se perfilha a um quadro teórico metodológico para explicar o trabalho da interpretação. O gesto de interpretação é tratado como uma relação necessária (ainda que em grande parte o sujeito a negue), intervindo de forma decisiva na relação existente entre o sujeito com o mundo, como se viu

anteriormente em Pêcheux (2006), ainda que ele (o sujeito) mesmo não saiba disso. Em face dessa postura discursiva, o ponto crucial em AD, proposto por Orlandi (1996; 2012), mostra o lugar da interpretação na sua forma, no seu no funcionamento. Aí, resume-se que o ato de interpretar sempre está em devir. Por isso não existe sentido sem interpretação; está-se sempre re-significando, no espaço do possível, da falha, do equivoco, do efeito metafórico: “em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 22).

2.5 Os dispositivos: teórico e analítico

Orlandi (2012) considera dois tipos de dispositivos de interpretação: o primeiro diz respeito ao teórico; o segundo, ao analítico, ambos construídos pelo analista a partir de cada análise. Ainda que se tenha consciência de que o dispositivo teórico venha a englobar o dispositivo analítico, a autora afirma que já é possível um dispositivo teórico “individualizado” pelo próprio analista. Seguindo essa linha de raciocínio, observa-se que, durante uma análise, o dispositivo teórico é o mesmo, o que muda são os dispositivos analíticos. O dispositivo analítico é guiado pela questão colocada pelo analista, que envolve a natureza do material escolhido e a finalidade dele.

Diante do que tem se dito sobre os dispositivos apontados por Orlandi (2012), assegura-se que o analista, ao fazer sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, constrói seu dispositivo analítico a partir do dispositivo teórico. Nessa abordagem, segundo a autora, todo discurso é produzido na tensão entre “polissemia” e “paráfrase”. Ambos os termos (polissemia e paráfrase) são considerados a matriz da discursividade. Na paráfrase, a palavra se move no campo da repetição, na produção de um mesmo sentido que não muda nas muitas de suas formas, pois em todo dizer existe algo que se mantém: a memória. Já a polissemia se abre para o diferente, para a possibilidade dos múltiplos sentidos (deslocamentos). Estas duas forças que trabalham simultaneamente no funcionamento da linguagem são, portanto, responsáveis pelo dizer, uma vez que todo discurso se realiza na tensão entre o mesmo e o diferente (entre o parafrástico e o polissêmico). Em outras palavras, enquanto a paráfrase se move no âmbito do já institucionalizado, legitimado, a polissemia se move no âmbito do múltiplo, que procura institucionalizar-se, garantir-se, enfim, legitimar-se como tal: produtora de sentidos múltiplos. Estes dois conceitos que estão sempre em tensão serão abordados em uma secção posterior para

melhor aprofundar o tema que diz respeito ao funcionamento da linguagem.

Já o dispositivo teórico para a pesquisadora brasileira

[...] objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, sustenta-se em princípios gerais de Análise de Discurso enquanto forma de conhecimento com seus conceitos e método. Ele se mantém inalterado, segundo a teoria do discurso, na construção dos diferentes dispositivos analíticos. (ORLANDI, 2012, p. 28).

É de suma importância, neste momento, saber de que forma o analista construiu seu dispositivo analítico, porque implicará (de fato) no resultado final da análise. Orlandi (2012) coloca no centro da discussão o analista como o responsável pelo resultado final da análise, a partir da materialidade discutida em questão. Isso só vem comprovar que a linguagem por natureza não é transparente, mas opaca, porque o sujeito é afetado pela exterioridade. É no âmbito do resultado final que o analista mostra os resultados da análise, referindo-se à compreensão teórica do próprio domínio disciplinar que está em jogo: o da AD ou da linguística para com o campo da política, da sociologia, da antropologia. Em síntese, o resultado que o analista tem sobre o material analisado sofre reflexo direto das ciências humanas ou sociais em que ele está filiado.

Todos esses elementos – a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares – tudo isso constitui o dispositivo analítico construído pelo analista. Daí a deriva, penso eu, a riqueza da Análise do Discurso, ao permitir explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente, no jogo que se estabelece na distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que lhe corresponde. (ORLANDI, 2012, p. 28).

2.6 Condições de produção e interdiscurso

Orlandi (2012) define condições de produção (doravante CPs) como um conjunto de elementos que rodeiam a produção de um determinado discurso: o contexto histórico-social, o interlocutor, o lugar (social) de onde fala, a imagem que este faz de si e do outro e o assunto

que está sendo abordado. Para entender o sentido do e no discurso é preciso que se leve em conta todos estes aspectos, que contribuem para a execução de uma análise da linguagem, a partir de uma abordagem discursiva, mostrando que ela não se limita a uma visão puramente linguística. As condições de produção, complementa a autora, tem o papel de compreender os sujeitos e a própria situação de enunciação. Aí, dá-se ênfase à importância da memória no estudo do discurso, que é parte ativa das CPs.

O interesse da AD pelas condições de produção nos leva às circunstâncias da enunciação, ao contexto imediato. Num sentido mais amplo, as CPs estão sob a influência de um dado contexto sócio-histórico e ideológico. Há uma relação direta entre o contexto imediato e os sujeitos (sociais). É o contexto na sua amplitude, afirma Orlandi (2012), que é responsável pelos efeitos de sentido presentes em nossa sociedade (instituições, dentre outras). Outro traço que a AD julga de suma importância é a história, geradora de produção de acontecimentos, que afeta o sujeito diante de suas posições políticas.

Percebe-se que, para Orlandi (2012), um enunciado só produz sentidos, quando se leva em conta o contexto em que eles são gerados. Confirmar-se, então, a tese de que um mesmo enunciado pode produzir diferentes sentido, em diferentes momentos (seja por meio do mesmo sujeito ou por outros sujeitos). Isso sugere que o sujeito está sob o jugo das CPs. Da mesma forma, a AD confere a maneira pela qual estas acionam outros dizeres.

A memória, para Orlandi (2012), exerce um importante papel sobre o discurso, sobre a “memória discursiva”. O conceito de “memória” que a autora utiliza, é elaborado a partir de Pêcheux (1999). Para o francês, a memória não deve ser entendida no sentido individual, como propõe uma parte dos especialistas da psicologia.

Neste sentido,

[...] memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador (PÊCHEUX, 1999, p.50).

Em Pêcheux (1999), trabalha-se como a memória discursiva, ao considerar-se o texto como um emaranhado de sentidos, cujo objetivo é reestabelecer os “implícitos”, entendidos aqui no sentido técnico de “pré-construídos”, sejam citados ou relatados; discursos-transversos (PÊCHEUX, 1999, p. 52). O papel da memória, desse modo, é muito

importante nas relações de interpretação. O referido autor propõe pensá-la como “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória construída do historiador”. Pêcheux toma o texto *Rôle de la mémoire* (1984) para discutir: “O que é a memória? O que é guardado na memória? O que é memorizável, registrado na memória?” (PÊCHEUX, 1984, *apud* SCHERER; TESCHETO, *et all*, 2013, p. 120).

Scherer e Tascheto (2013), fundamentando-se também no conceito de “memória” de Pêcheux (1975), buscam mostrar quais os frutos positivos dessas discussões com outras áreas do conhecimento, a saber, com a história e com as ciências sociais, principalmente, discutindo, posteriormente, questões que envolvem a noção de “texto” e “discurso”. É claro que o encontro entre os diferentes olhares sobre a memória permite vê-la sobre diferentes perspectivas. Assim, Pêcheux afirma que “conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio à memória” (PÊCHEUX, 1984 *apud* SCHERER; TASCHETTO *et all*, 2013, p. 120).

Para que se possa reconstruir o acontecimento, a memória, enquanto espaço de deslocamento e de retomadas, registra-se em que lugar ocorrem os conflitos de regularização, de desdobramentos, de réplicas, de polêmicas e contra discursos (Pêcheux, 1984). A memória tem como função reestabelecer os implícitos, ainda que não se possa prová-los ou mesmo pressupor que eles tenham existido. Retomamo-los, assim, como algo existente em algum lugar como discurso autônomo. É nesse sentido que os implícitos podem de fato residir na memória discursiva, ainda que ausentes na presença. Isso porque eles estão disponíveis num dado registro oculto, encontrados na regularização e retomados, como efeitos de paráfrase, resultantes de sua opacidade e marcados no envolvimento com a metáfora.

Achard (1999), por sua vez, em “Memória e produção do sentido”, fala sobre o problema da memória e, seguidamente, dos implícitos. Ele tem consciência de que existem possibilidades de cair-se numa interpretação psicologista dos implícitos. É fato, para o autor, que a estruturação do discursivo vai possibilitar a construção da materialidade de uma dada memória coletiva. No entanto, afirma-se que:

Não se trata de avançar o termo “materialidade” como máscara retórica para explicações que

seriam de ordem do inefável ou do inconsciente coletivo, nem dar ao termo “memória social” um valor que não teríamos finalmente outro meio de analisá-lo senão colocá-lo (ACHARD, 1999, p. 11).

O funcionamento do discurso supõe que os operadores linguageiros só se encontram em atividade, quando se leva em consideração as práticas de que eles são portadores dessas operações. Coloca-se em cena uma negociação entre o choque do acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória que põe em jogo “uma crucial passagem do visível ao nomeado”, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando-se no interior dela mesma dentro de um programa de leitura.

Achard (1999) propõe, então, explicar o funcionamento da memória sob o ponto de vista sócio-discursivo. A partir dessa visão, o implícito se move na base de um imaginário, representando-o como memorizado, enquanto o discurso, ao pressupô-lo, apela para uma reconstrução, “sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase” (ACHARD, 1999, p. 13). Isso, portanto, leva-nos a afirmar que o implícito possa não ter sido reconstruído ou nem mesmo ter existido num determinado lugar como um discurso autônomo.

Nota-se que essa proposta metodológica de Achard, sobre o papel da memória social, afasta-se de uma interpretação psicológica, como “realmente já-outro-ouvido, memória fono-magnética ou registro mecânico” (ACHARD, 1999, p. 12). É isso que se propõe discutir posteriormente para aplicar o referido conceito à análise do *corpus*.

Courtine (1999) complementa o pensamento achardiano, ao afirmar que a produção de sentido deve ser pensada quando se toma “o discurso no interior de um feixe de relações entre a língua e a história”, articulando o que é dito a respeito deste, marcado historicamente. Isso pressupõe, segundo Courtine (1999), que um discurso já é produto de outro discurso anterior que, de alguma forma, foi retomado. A contento, diz-se, portanto, que não há propriedade autônoma, uma vez que não existe possibilidade alguma de assegurar-se que um dado discurso, de caráter particular, venha garantir a autoria sobre o que se dizer. As palavras não pertencem ao sujeito. Elas apenas significam na rota da história por meio da língua. O que está sendo dito mantém relação com o que já foi dito e o que está por dizer.

Achard (1999), por sua vez, não se afasta muito do ponto de vista discursivo de Courtine (1999) para explicar o funcionamento da

memória discursiva que iniciou esta questão. Afinal, é a memória que tem o papel de reconstruir os implícitos, através das paráfrases, retomando os discursos que nos colocam em movimento. Logo, o autor esclarece que existe como provar sua existência em outro lugar. Mas, pode-se justificar, até então, somente o que se pode fazer como exercício, que repousa sobre uma regulação, a qual se escora sobre o (re)conhecimento do que é repetido. O repetir se encontra presente na esfera formal, constituindo-se em outro jogo de força, fundador. Neste sentido, não existe sequer nenhum meio empírico para garantir que tal perfil gráfico ou fônico venha corresponder de fato à repetição de um mesmo significante. O autor tem dúvidas se este jogo de forças do simbólico para reconhecimento do mesmo, de sua repetição, ocorre de fato. Mas acredita que:

[...] uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais. É nessa colocação em série dos contextos, não na produção das superfícies ou da frase tal como ela se dá, que vemos o exercício da regra. De outro modo, é engendrando, a partir do atestado discursivo, paráfrases, a considerar como derivações de possíveis em relação ao dado, que a regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os dentro de séries (ACHARD, 1999, p. 16).

Essa relação entre linguagem e história será então tratada a partir das relações que se estabelecem entre a memória, a produção e circulação do discurso. Entretanto, ao analisar os movimentos da memória, não se deve confundir ingenuamente como um mero retorno às frases ditas e escutadas no passado, como se a memória fosse um mero depósito, em que se acumulam informações antigas, aleatórias e dispersas. Trabalhar com a memória é debruçar-se sobre o implícito que se estrutura sobre “um imaginário que o representa como memorizado.” (ACHARD, 1999, p. 13). O referido autor resume que a memória jamais pode ser comprovada, não pode ser deduzida de um determinado *corpus*. Ela só pode, por conseguinte, ser trabalhada, quando for enquadrada frente às formulações de um dado discurso concreto em que o sujeito se insere.

Pretende-se, aqui, retomar o interdiscurso, visto por Orlandi (1999; 2012) como memória. O interdiscurso, para a autora, deve ser entendido como “[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. (ORLANDI, 2012, p. 31). Ela chama este conceito

de “memória discursiva”. É, portanto, o saber do discurso que autoriza todo o dizer, retomando-o como pré-construído, já-dito, que está localizado na base do dizível, escorando-se em cada palavra pronunciada. “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2012, p.31).

Resta dizer que os sentidos já ditos por um sujeito, num determinado lugar, em diferentes momentos da história, em épocas distantes, têm um efeito sobre o enunciado que se propõe a analisar aqui e agora. É por isso que toda experiência passada, na interpretação de um enunciado, seja ele de qual natureza for, está afetada pelo político, ético, religioso, poético, jornalístico, etc. Esses sentidos produzidos provêm da história (sem pedir autorização alguma), via memória, constituídos de diferentes dizeres, de outras vozes, na própria língua, marcados ideologicamente. O dizer, portanto, não pertence unicamente a um sujeito, como propriedade particular, exclusivamente sua. Afinal, as palavras não pertencem a ninguém. Elas são transitórias e têm o poder de produzir novos sentidos, porque são atravessadas também por “já-ouvidos”.

Orlandi (2012) mostra o quanto os dizeres do sujeito são importantes para significar diante de um enunciado. Quando o sujeito diz algo, ele pensa que possui o controle sobre o que diz, ou seja, vive na ilusão de que ele mesmo tem o poder, o domínio do que está enunciado. Ao contrário, esse sujeito do dizer não tem qualquer acesso ou controle sobre o sentido constituído nele. Por esta razão não faz sentido na AD perguntar para o sujeito o que ele pretendia dizer, quando disse algo. O que o sujeito sabe de fato sobre o que disse é insuficiente para que se compreendam os sentidos que estão instalados no referido enunciado. Não há, portanto, como apreender os sentidos de um enunciado na sua totalidade. Algo escapa ao sujeito; algo se esvai no tempo.

O que a autora quer mostrar é que todos os dizeres têm conexão com a memória, identificando-os na historicidade, apontando para compromissos já coligados com o político e o ideológico. A partir daí, afirma-se que há uma relação entre o interdiscurso e o intradiscurso. Ou seja, existe uma forte relação entre o que já foi dito e o que se está dizendo.

Para Pêcheux (1975), estes dois conceitos estão amplamente inter-relacionados no que diz respeito à teoria do discurso, como construção de valores e de relações culturais, político-sociais. O autor francês organiza uma teoria do discurso que implica a existência de

transversalidade, de conflitos culturais, tanto no interior quanto no exterior dos discursos, a qual afeta não só o sujeito deste discurso, como também, simultaneamente, os sentidos das palavras que estão presentes nele.

É preciso, portanto, lembrar que o discurso produz-se na confluência - inconsciente/ideologia - na contradição dos leitores. Há conflitos, cuja origem está na diferença discursiva. Não se trata de conflitos isolados, mas coletivos, determinados por uma hegemonia política, por um poder capitalista, que estão arraigados na própria sociedade. É aí que a textualidade deixa de comprometer-se com essa hegemonia que se encontra no intradiscurso, ou seja, no próprio discurso que opera sobre si mesmo. O interdiscurso, para Pêcheux (1975), é o lugar que resguarda todos os dizeres que vêm de todas as formações discursivas. Isso mostra que o interdiscurso é também o lugar do não-sentido, onde a ideologia tem o papel de escolher quais os sentidos possíveis ainda não escolhidos. É neste lugar do não-sentido que existe permissão para existir.

O discurso que opera sobre si mesmo, do qual fala Pêcheux (1975), apresenta dois traços: Primeiro: o pré-construído, que se encontra em toda FD, funcionando como um pré-conceito histórico de conhecimento geral. Segundo: a articulação, a qual permite que um sujeito se constitua como tal e mostre sua relação com o próprio discurso que constrói. Aí entra em cena o conceito de ideologia que, segundo o referido autor, é relevante na construção do intradiscurso, considerado um espaço importante, de onde o pensamento crítico possa explicar coações, constrangimentos, seja de caráter social ou político. Esses traços afetam, diretamente, a construção da subjetividade.

Considerando-se, então, que o discurso é gerado dentro de um sistema na relação de sentidos, o conceito de interdiscurso mostra aí seu papel no processo de subjetivação da linguagem. O interdiscurso, então, pode ser visto como um discurso de um sujeito, enquanto o intradiscurso é visado como matéria linguística, simbólica, ideológica, já existente, que todo sujeito reconhece.

É preciso mostrar, então, que

A formulação determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É

desse jogo que tiram seus sentidos (ORLANDI, 2012, p. 33).

Orlandi (2012) reafirma que o interdiscurso e a historicidade determinam o que pode ou não pertencer às condições de produção, que pode vir a ser relevante para a discursividade. Por meio do funcionamento do interdiscurso, extingue-se, portanto, a exterioridade como ela é, para poder escrevê-la no interior de uma dada textualidade.

Diante do exposto, a analista brasileira orienta que não se deve confundir interdiscurso com intertexto.

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas façam sentido. E isto é efeito de sentido do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em que momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato” possa fazer sentido em minhas palavras (ORLANDI, 2012, p. 34).

Em resumo, quando uma pessoa fala, ela está filiada a uma rede de sentidos. Não há, no entanto, fórmulas que expliquem como um sujeito produz sentidos, deixando a responsabilidade a cargo da ideologia e do inconsciente com o qual aquele tem uma relação direta com estes. Sabe-se que, diante de um discurso, cada sujeito é afetado por alguns sentidos e não outros. A seleção se dá de acordo com o gesto de interpretação de cada sujeito, responsável pelos efeitos de sentido, produzidos para aquela e não outra situação. A responsabilidade de como esse processo ocorre fica a cargo da história, do acaso, do jogo da língua e dos equívocos que consagram nossa relação com os sentidos. É difícil negar, em outras palavras, que se tem uma relação com a língua, enquanto materialidade, e com a história, uma vez que a experiência simbólica de cada sujeito é atravessada pela ideologia. É papel da AD, afirmam os autores antes citados, estabelecer escutas que levem em conta os efeitos de sentido, explicitando as relações de poder, que nunca são aprendidas ou ensinadas, mas garantem a produção de sentido, a partir do gesto de interpretação do sujeito.

Essa nova prática discursiva permite enfatizar o que é dito, a partir de um discurso, sem descartar-se o que foi dito no outro. O objetivo é escutar o não-dito, diante do que é dito, considerando-o uma presença na ausência discursiva. Faz sentido, então, assegurar que tanto o interdiscurso quanto o intertexto se movimentam nas relações entre os sentidos de um discurso. No entanto, esclarece-se que o interdiscurso,

(memória comprometida com o esquecimento), se liga a um saber discursivo, enquanto o intertexto se realiza na relação do texto com outros textos.

2.7 Esquecimentos enunciativo e ideológico

Nessa secção, propõe-se analisar, a partir de Pêcheux, o que se entende por “esquecimento”. O filósofo francês o classifica em dois tipos em *Semântica e discurso* (1975), relacionando-os com o sentido do óbvio.

Para Pêcheux (1975), o esquecimento número 1 – também conhecido como conhecimento ideológico – ocorre em nível de inconsciente, por isso não pode ser percebido em nível de enunciação, cujo resultado está ligado ao modo pelo qual cada um de nós é afetado pela ideologia. Por esta razão, o sujeito não pode ser a origem do dizer – isso é ilusão. O que acontece é que cada sujeito retoma outros sentidos pré-existentes. Já o esquecimento número 2 se realiza no nível da enunciação, que tem conexão com a formulação. O sujeito não percebe que o dizer poderia ser sempre outro, por isso ele esquece os outros sentidos, porque não tem consciência disso. Assim, o sujeito pensa controlar o sentido do dizer.

O que se percebe é que o esquecimento 2 produz em cada sujeito uma impressão da realidade e do pensamento. Esta realidade é chamada de ilusão referencial, uma vez que ela faz com que se pense enganosamente que haja uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo. Se assim fosse, o sujeito teria consciência de que tal coisa poderia ser dita assim com estas palavras e não de outro modo com outras, como se o dizer fosse estanque. Cabe esclarecer, ainda, que se está falando de um esquecimento parcial, ou seja, semiconsciente. Tanto isso é real que se volta, muitas vezes, nesse nível de esquecimento, recorrendo-se à paráfrase.

Para finalizar, Pêcheux (1975) defende a tese de que esses esquecimentos (1 e 2) são estruturantes, pois são parte do sujeito e dos sentidos, que se constituem mutuamente. Aqui, a ilusão jamais pode ser vista como um defeito. Ela é, na verdade, uma necessidade para a linguagem, por sua natureza opaca. Se assim não fosse, não haveria como mostrar o funcionamento da linguagem no sujeito e na produção de sentido. Diariamente, o sujeito se esquece, involuntariamente, do que lhe foi dito, identificando-se com aquilo que profere, constituindo-se como tal. O sujeito, neste sentido, sempre está retomando as palavras, como se elas fossem originadas nele, o que na verdade não o é. Portanto,

afirma-se que o sujeito e os sentidos estão sempre em devir, significando de maneiras diferentes as mesmas e as outras coisas.

2.8 Papel da polissemia e da paráfrase

Afirmou-se, anteriormente, que se retomariam os conceitos de “polissemia” e “paráfrase” para explicar melhor o funcionamento da linguagem. Orlandi (2012) afirma que existe uma tensão entre paráfrase e polissemia, quando se quer traçar uma linha imaginária que separe o mesmo e o diferente na linguagem numa perspectiva discursiva. Esta é a razão pela qual todo funcionamento da linguagem repousa na tensão existente entre “processos parafrásticos e processos polissêmicos” (ORLANDI, 2012, p. 36). O conceito de “processo parafrástico”, para a autora, deve ser entendido como uma asserção que garante que em todo o dizer algo se mantém. Este algo pode ser a memória e o dizível. A paráfrase é, neste sentido, vista como um retorno ao mesmo espaço do dizer, produzindo formulações bastante diferentes de um mesmo dizer ali depositado, já dado. Portanto, cabe salientar que a paráfrase está junto com a sedimentação, ao contrário do processo polissêmico que está sob o efeito de deslocamento, de uma ruptura nos processos de significação. A polissemia, por sua vez, se assenta no lado do equívoco (ORLANDI, 2012).

Ora, pode-se afirmar a partir da leitura de Orlandi (2012) que a produção de sentido de um discurso se realiza nesta tensão que existe entre a polissemia e a paráfrase. Observe-se que é o processo parafrástico que permite que se produza o mesmo sentido sedimentado de muitas maneiras, enquanto o processo polissêmico se assenta na produção de sentidos diferentes, e múltiplos. Uma leitura parafrástica tem a intenção de repetir o que já foi dito, enquanto uma leitura polissêmica oferece múltiplos sentidos a partir de um texto (seja ele o mesmo ou não) (ORLANDI, 2012).

A tensão colocada por Orlandi entre a polissemia e a paráfrase marca o limite do dizer dentro da AD, pois os sujeitos e os sentidos se constituem na tensão entre esses dois processos, razão pela qual se pode afirmar categoricamente que tanto o sujeito quanto o sentido de um dado discurso podem ser outro, ainda que nem sempre o são, pois sujeito e sentido são afetados pela língua e são inscritos na história.

Vê-se o que diz a autora:

Esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que

a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (ORLANDI, 2012, p. 38).

Em síntese, apresentada a distinção entre polissemia e paráfrase, observa-se que o analista tem como objetivo mostrar de que forma o linguístico e o político se inter-relacionam no que diz respeito à constituição do sujeito na produção de sentido, que está marcada ideologicamente. Nessa mesma direção, salienta-se, por isso, que o sujeito sempre tangencia o novo e o diferente, geridos pela simbolização, numa relação de poder.

2.9 Papel da metáfora

Orlandi assevera que a noção de metáfora é indispensável à AD. Portanto, admite-se que “[...] não há sentido sem metáfora (ORLANDI, 2012, p. 44)”. Esclarece-se que a metáfora aqui não deve ser compreendida nos moldes retóricos aristotélicos, considerando-a uma figura de linguagem. Ela deve ser entendida, no entanto, no sentido de tomar uma palavra por outra, por meio do processo de transferência, mostrando o modo como cada uma destas palavras significa.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que não há sentido sem metáfora. Afinal, nenhuma palavra possui sentido próprio e nem (ou nunca) se encontra preso à literalidade. Tomando Pêcheux como referência, Orlandi (2012) afirma que o sentido se encontra sempre presente seja numa palavra, expressão ou proposição, que têm relação com outras palavras, expressões ou proposições. Para ser mais preciso, é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metafórica) que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido. Sendo assim, o sentido só existe nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrase, formação de sinônimos), a partir das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório (ORLANDI, 2012).

Vê-se que só se pode compreender o funcionamento de um discurso por meio das FDs. São elas as responsáveis pelos diferentes efeitos de sentido encontrados nele. Afinal, palavras iguais podem apontar para diferentes significados, quando estão inscritas em diferentes formações discursivas. Toma-se como exemplo a palavra “terra”. Para Orlandi (2012), “terra” significa coisas diferentes para um índio, para um agricultor sem terra, ou mesmo para um proprietário

rural. De igual forma, pode-se confirmar que este mesmo termo, escrito com letra maiúscula, não apresenta o mesmo significado que quando escrito com letra minúscula. Estes diferentes sentidos em torno de “terra” decorrem de usos do termo em diferentes posições, de diferentes formações discursivas.

É diante de uma formação de sentido (como no exemplo anterior) que Orlandi define categoricamente o papel do analista: observar em que condições de produção o sentido se manifesta, como também em que medida torna-se possível analisar o funcionamento da memória. O dizer, aí, é lançado sobre (produzido a partir de) uma determinada formação discursiva (esta e não outra), para compreender, neste contexto, o sentido que ali está instalado, está dito. A evidência do sentido, portanto, nada mais é do que um efeito ideológico, que não permite que se perceba seu caráter material, a própria historicidade de sua construção. De igual forma, pode-se afirmar que a evidência do sujeito mostra que este não é produto de uma identificação, mas de uma identidade, a qual se constitui através de uma interpelação, manifestando-se por meio da ideologia, devido sua inscrição numa dada formação discursiva. Este é um sujeito de direitos e de deveres – diz Orlandi (2012).

Em síntese, tanto os sujeitos quanto os sentidos se constituem na relação entre a língua, a história e a ideologia. Este é o objeto da AD.

[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se subjetivas não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos. (ORLANDI, 1999, p. 46).

2.10 Formações ideológica e discursiva

2.10.1 Formação ideológica

Orlandi (2012, p. 45) assevera que “um dos pontos fortes da AD é re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem”. Torna-se, neste sentido, importante definir discursivamente a ideologia, para compreender-se que não há sentido sem interpretação, o que confirma a tese de que não existe qualquer gesto de interpretação sem a presença dela. Orlandi (2012) é categórica ao reafirmar que não há nenhum sentido sem interpretação, frente a um objeto simbólico, a partir do qual o homem deixa-se levar pelo impulso de interpretar, que se manifesta como uma evidência, dando a pensar que o sentido já está lá dado. Quando se interpreta, diz a autora, está-se negando a própria interpretação, deixando-a na condição de grau zero. Por esta razão, considera-se natural a relação existente entre o histórico e o simbólico na linguagem. Há mecanismos marcados ideologicamente, cuja função é o apagamento da interpretação, comportando-se como se a linguagem e a história não apresentassem uma espessura, uma opacidade, dando margem para serem interpretadas por determinações históricas, as quais se manifestam, neste campo, imutáveis e naturais. A ideologia, portanto, tem esse papel: produzir evidências, deixando o homem em condição de relacionar-se, a partir do imaginário, com suas condições materiais existentes.

A ideologia torna-se um conceito importantíssimo para AD, pois ela é responsável tanto pela constituição do sujeito quanto dos sentidos. Assevera-se, assim, que

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo dessa informação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjettivas”, entendendo-se “subjettivas” não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjettivista da subjettividade – em que se possa

trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos (ORLANDI, 2012, p. 46).

Orlandi (2012) afirma que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Isso faz com que este processo apareça sob a forma histórica do sujeito. O que está em jogo aqui é a interpelação, que objetiva criticar as duas formas de evidência, a seguir: a da “constituição do sujeito” e a da “constituição do sentido”. Para a autora, a crítica em torno das evidências se encontra tanto na teoria materialista do discurso quanto na filosofia idealista da linguagem. Esta crítica pode entendida através duas abordagens: seja por meio do objetivismo abstrato ou por meio do subjetivismo idealista.

Neste sentido, afirma-se que todo sujeito está submetido à língua, mergulhado nela, na própria experiência de mundo. Está-se falando de um sujeito que está determinado pela imposição de dar sentido e de (re)significar-se, quando faz um gesto, cercado por um movimento sócio-histórico situado, permitindo a ele refletir-se na interpelação da ideologia, responsável por tornar o indivíduo em sujeito, enquanto tal. A ordem do discurso, então, é fruto da relação da língua com a história, responsável pelo funcionamento da linguagem.

Já em relação à evidência de sentido, a autora assevera que o sentido é produzido pelo/no discurso. Um discurso gera múltiplos sentidos. Estes sentidos oferecidos pelo discurso resultam das posições ocupadas pelos sujeitos, que são responsáveis pelo dizer, pela imagem que fazem de si mesmos e dos outros, de acordo com os processos que os sucederam anteriormente. Por fim, os efeitos de sentido são produzidos pela ideologia. Esta é a responsável pela naturalização daquilo que é constituído pela história, não se esquecendo de que a relação existente entre linguagem, pensamento e mundo não é direta, mas funciona como se fosse de fato. Quando o sujeito interpreta, ele é afetado pelo inconsciente, na relação existente entre linguagem, interpretação e ideologia. É por isso que há uma ilusão de que o sujeito é completo, transparente, relaciona-se com o que ele de fato significa. Ao contrário, a linguagem na sua opacidade confirma que não existe sentido sem interpretação, não existe sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2012).

Portanto, todo processo de interpretação faz parte do funcionamento ideológico da linguagem. Esse mecanismo tem o poder de convocar o Outro (o inconsciente), em cada gesto de interpretação, em cada esquecimento que o constitui como sujeito. O que está para ser dito tem influência significativa tanto da ideologia quanto do inconsciente, os quais são responsáveis pela/na constituição não só do sentido, mas também do sujeito, presentes na linguagem.

Por fim, o Orlandi retoma o filósofo francês:

O paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: à pergunta ‘quem é’, dá-se a resposta, bizarra e óbvia, ‘sou eu’, resposta essa sustentada em um “teatro da consciência” ‘eu falo’, ‘eu penso’, eu ouço’... que apaga (ou melhor, coloca no esquecimento) o fato de que se fala *do* sujeito e *ao* sujeito muito antes que ele possa dizer ‘eu falo’, ‘sou eu’ (PÊCHEUX, 1995, p. 155).

Baseada em Pêcheux (1995), observa-se que Orlandi (2012) quer mostrar que estes dois tipos de evidência são responsáveis por dar ao sujeito o efeito do real, que se constitui como uma estrutura de significações percebidas, ou seja, já experimentadas. Estes dois tipos de evidência funcionam a partir do que se conhece por “esquecimentos” já abordados na seção 1.7. Assim sendo, Orlandi (2012) considera que a ideologia não pode ser vista como uma ocultação, mas como um veículo que transita entre a linguagem e o mundo. Ora, a própria linguagem e o mundo refletem-se no sentido de refração, do próprio efeito imaginário de um sentido sobre o outro.

Antes de continuar nossa reflexão sobre “ideologia”, torna-se necessário tomar o referido conceito a partir de Pêcheux, que o toma de Althusser. Para o francês, o materialismo histórico, (superestrutura ideológica), está ligado aos modos de produção. Trata-se de um modelo que exerce um papel importantíssimo no que diz respeito ao processo de interdição de sentidos.

Assevera-se que o conceito de CP garante que todo discurso é fruto de efeitos de sentido que ocorrem entre interlocutores. Isso, então, assegura que o indivíduo não é autossuficiente para fazer suas escolhas de forma deliberada, dentro de uma situação dada. Ele não está autorizado a falar o que quer, pois seu ato de dizer está afetado pelo “já-lá”, expressão usada pelo francês, sinônima de interdiscurso.

Pêcheux (1995) considera que esses “já-lá” são sentidos construídos historicamente, resultantes das relações de poder, podendo ou não ser assumidos pelo sujeito, dependendo de que posições discursivas ele pode ou não ocupar, sob o domínio das regras de funcionamento da própria ideologia. A materialidade ideológica, para Pêcheux, só pode ser apreendida por meio da materialidade linguística, que se encontra presente nas FDs. Esse modo particular de mostrar o funcionamento de uma instância ideológica incide sob um assujeitamento ideológico, levando cada indivíduo a crer que, por meio de sua vontade livre, consegue colocar-se, sob a forma discursiva, em

lugar de uma classe social ou de outra qualquer. Isso resulta na interpelação de indivíduo em sujeito ideológico:

[...] se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso [...], são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p.163).

Para o filósofo francês, uma formação discursiva se articula com o sujeito, constituindo-o. Isso não é por acaso. Afinal não é qualquer formação, mas uma dada formação já marcada, com conexão com a posição que o sujeito venha ocupar, o qual se apresenta como forma-sujeito, uma forma de existência histórica de um indivíduo qualquer, considerado agente de práticas sociais.

Estas considerações pecheuxianas são seguidas por Orlandi (2012), que toma a ideologia não como o “x” da questão, mas tem interesse de que maneira o “x” é construído como tal. A partir daí, retomam-se as “evidências” já abordadas anteriormente, como complemento. Orlandi (2012) diz que o sujeito é desde sempre interpelado, por isso este produz esse efeito de evidência e não outro. É o famoso “já-dito” e o apagamento da história responsável pela instalação dos sentidos na sociedade, os quais naturalmente vão sendo percebidos, à medida que são apropriados no (para o) interdiscurso como elementos naturais.

Reafirmando ao já-dito, Orlandi afirma em outro lugar que ocorre uma “simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas”. Essa determinação histórica faz com que os sentidos sejam interpretados numa determinada direção (“em seus mecanismos imaginários”) e não em outra (ORLANDI, 1995, p. 10).

Em síntese, resume-se que a ideologia não pode ser definida como um conjunto de representações, nem como ocultação da realidade. Ela deve ser vista como uma prática significativa, como uma necessidade de interpretação, que não é inconsciente. A ideologia é um efeito da relação que tem com a língua e com a história, para que possa significar. Pensar a ideologia é pensar a interpretação. A língua tem,

nesse sentido, a capacidade de fazer sentido. Mas, para que isso ocorra, é preciso que a língua sofra intervenção da história, por meio do equívoco, pela opacidade. Portanto, ideologia e inconsciente estão intimamente ligados. Orlandi (2012) acrescenta mais alguns traços que envolvem a relação linguagem e mundo, afetada pela ideologia.

Na AD, quando se reflete sobre o conceito de ideologia, está-se pensando em interpretação. A língua sozinha não faz sentido; torna-se necessária a intervenção da história, por meio do equívoco, pela própria espessura material que o significante apresenta. É neste ponto que se pode afirmar que uma interpretação é regulada a partir de suas possibilidades, nas condições de produção. A interpretação não pode ser vista como um gesto de codificação ou como algo livre de determinações. A interpretação, para a autora, é naturalmente instada pela memória na teoria do discurso, assim dividida: 1) memória institucionalizada (o arquivo), a qual se envolve com o trabalho social da interpretação, o que legitima quem pode e quem não pode ter direito a ela. 2) memória constitutiva (o interdiscurso), que se forma a partir do trabalho histórico, na edificação do próprio sentido.

O que se assegurou até então no que diz respeito ao conceito de ideologia é que não existe nenhuma realidade sem ideologia. Ao considerá-la como prática significativa, a ideologia é vista como um efeito, fruto da relação necessária do sujeito com a língua e também com a história, para que o sentido exista. É por esta razão que Orlandi (2012) assevera que a relação entre linguagem, mundo e pensamento não ocorre termo a termo. Essa relação, no entanto, só acontece quando a ideologia interfere no modo de funcionamento do imaginário. É por meio do imaginário que as palavras se colam nas coisas. Em face disso, a ideologia é responsável pela presença do sujeito. “o efeito elementar é a constituição do sujeito (ORLANDI, 2012, p. 48)”. Por isso, só se inaugura a discursividade por meio da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito.

Nas palavras da analista:

Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidencia de sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. (ORLANDI, 2012, p. 48).

Percebe-se, aí, a ilusão de que a linguagem é transparente. Neste sentido, já se tem consciência de que nem a linguagem, nem os sentidos,

nem o sujeito são considerados transparentes, uma vez que cada um tem sua materialidade, constituindo-se em processo em que a tríada *língua, história* e *ideologia* competem conjuntamente. É fato que na AD o sujeito empírico incide com ele mesmo. Fala-se de um sujeito afetado pela linguagem e pela história, através do imaginário. Considere-se também que o sujeito não tem acesso a tudo que ele diz, mas apenas a uma parte. O próprio sujeito é *sujeito de* e *sujeito à*, diz Orlandi (2012).

O sujeito discursivo na AD deve ser pensando como uma posição, dentre outras muitas existentes. Não se faz referência a uma forma de subjetividade, mas refere-se a um lugar que ele ocupa para tornar-se sujeito do que diz. Essa noção de posição é encontrada em Foucault (1997, p. 58): “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”. (FOUCAULT, 1997, p. 59). A noção de lugar social para Foucault é um lócus de ancoragem onde se constitui a prática discursiva.

Diante do que disse Foucault (1997), afirma-se que tanto o sujeito quanto o discurso são dispersos. Esta dispersão está presente em muitos lugares, em muitas posições que o sujeito pode vir a ocupar, quando exerce uma função no discurso. Estes lugares que serão ocupados por um sujeito são construídos no interior de uma formação social, cujo papel é determinado pelas práticas discursivas. Diga-se de passagem: o objeto da AD difere do da Arqueologia. Isso significa que Foucault (1997) expõe uma problemática no que diz respeito à construção de uma FD, considerando-a muito mais como uma prática teórica exemplar, do que uma bateria de noções aplicáveis imediatamente na AD. Esclarece-se que “releer Foucault no es aplicarlo al AD, es hacer trabajar su perspectiva en el interior del AD” (COURTINE, 1982, p. 46).

Foucault (1997, p. 62) concebe o discurso como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação ao mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”. Isso nos autoriza a legitimar o discurso como um espaço onde há diferentes lugares, como também há a própria dispersão do sujeito, oportunizando a noção de lugar discursivo. Trata-se de uma rede de lugares diferentes, em que as práticas discursivas se realizam. Por esta razão, afirma Foucault (1997), não se trata exclusivamente de um lugar social, mas de um espaço que se estabelece no interior do discurso, decorrente da ordem de sua constituição.

Embasada na teoria foucaultiana, Orlandi reafirma que:

É a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. O modo como o sujeito ocupa o seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente, nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação, pois o vivido dos sujeitos é informado e constituído pela estrutura da ideologia (ORLANDI, 2012, p. 49).

Seguindo Pêcheux, Orlandi entende que o “lugar discursivo” não é determinado somente pelo lugar social, mas também pela língua já materializada no interdiscurso. Por esta razão, o lugar discursivo é visto como um efeito do lugar social que não é constituído senão por práticas discursivas. Ambos os lugares se constituem reciprocamente, pois têm relação direta com a ordem de constituição do discurso. Assim, é fato que o lugar social consegue se legitimar por meio da prática discursiva, a partir do momento em que o sujeito ocupa um lugar discursivo, que só existe discursivamente.

2.10.2 Formação discursiva

Para Orlandi (2012), o conceito de Formação Discursiva (doravante FD) é essencial à análise de discurso. É por meio de uma FD que se consegue compreender de maneira ocorre a produção de sentido num determinado discurso, que se relaciona com a ideologia. Isso possibilita ao analista estabelecer certas simetrias no próprio funcionamento do discurso. A FD se define como a partir de uma posição já estabelecida, determinada por uma conjuntura sócio-histórica, que autoriza o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2012, p. 43).

Esse conceito de FD nasce fora da AD, no trabalho de Michel Foucault em *A arqueologia do saber* (1975). Nessa obra, o francês afirma que é nesse vasto e fecundo questionamento sobre as condições histórica e discursiva, que nascem os sistemas de saber. Estes conceitos de condições histórica e discursiva foucaultianos são adotados posteriormente, por Pêcheux (1975), com o intuito de reconfigurar o próprio discurso, com base o materialismo histórico, provocando uma mudança significativa no estudo desta natureza. A partir daí, observou-se que discurso não pode ser mais analisado sem deixar-se levar em conta as condições históricas de produção, aproximando-se para si objetos como os discursos, os sujeitos, as ideologias, sabendo que não pode alcançá-los completamente.

Seguidor de teoria do discurso de Foucault (1975), o filósofo Michel Pêcheux (1995) traz para a AD a noção de FD já com outra roupagem, ao relacioná-la com a ideologia e a luta de classes. Pêcheux extrai, portanto, de Foucault o que há de materialista e revolucionário: o discurso como prática.

A partir dessa crítica que Pêcheux faz a Foucault no que diz respeito à teoria do discurso, o conceito de FD é compreendido da seguinte forma:

Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)).

Entendida a noção de FD que apresenta uma relação estreita com a FI, afirma-se que:

O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não noutra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm sentido em nelas mesmas, elas derivam seus sentidos de formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas, desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-o nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 2012, p. 43).

Percebe-se que os sentidos de um discurso são provenientes de outros discursos: “dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2012, p. 43). A autora afirma que toda FD é vista como regionalizações de um interdiscurso. Estas regionalizações apresentam determinadas configurações que são próprias dos discursos nas suas relações. É tarefa, portanto, do interdiscurso, colocar ao seu dispor dizeres que são oriundos do já-dito, que nada mais são do que a constituição de uma FD em relação a uma outra FD. Portando, as

palavras sempre estão significando em relação às outras. Dessa forma, é possível mostrar que as articulações das FDs estão sob o poder do interdiscurso, em sua materialidade objetiva contraditória.

Em face disso, Orlandi (2012) resume que os sentidos não são categorias pré-determinadas pelas propriedades da língua, as quais estão sujeitas às relações que se constituem nas e pelas FDs. Estas, no entanto, não podem ser consideradas blocos homogêneos que funcionam de forma automática, constituídas na e pela contradição. Ou seja, as FDs são heterogêneas em si mesmas, considerando-se suas fronteiras fluidas, que se configuram e se reconfiguram de forma contínua nas suas relações.

2.11 Por uma incompletude discursiva

Para Orlandi (2012, p. 52), “a condição da linguagem é a incompletude”. Assim sendo, tanto os sujeitos quanto os sentidos são categorias que nunca estão completas definitivamente. Ambas só funcionam no entremeio em que o sujeito e o sentido se manifestam na relação, na falta, no movimento. Se o sujeito não é acabado, fechado em si mesmo, ele possibilita a abertura para o simbólico, pois a falta é para a AD o lugar do possível, de buscar-se novos sentidos.

No entanto, o processo de significar é um ato aberto, mas nem por isso deixa de ser administrado. É a partir desta abertura que se pode assegurar que tal processo se sujeita à indeterminação, à estabilização, como também à cristalização (ORLANDI, 2012). Este processo garante, em última instância, que a linguagem faz seu movimento entre a polissemia e a paráfrase. Diante disso, o sujeito, numa situação dada, está impelido tanto pela língua quanto pelo mundo, pela própria experiência, pelos fatos que buscam incessantemente sentidos. E não é só isso, reclama por sua memória discursiva, por meio de um saber, de um dizer, de um dever fazer, a partir dos quais os fatos fazem sentido, pois estão inscritos em formações discursivas, que têm o papel de representar num discurso as injunções ideológicas, afirma Orlandi (2012). Esta é uma das razões pela qual se afirma categoricamente que o homem significa; e o sujeito e o sentido, nos entremeios, escorregam para outros sentidos e para outras posições, no equívoco que faz parte da linguagem já afetada ideologicamente.

O sujeito é, por natureza, incompleto, da mesma forma que os sentidos, a linguagem simbólica, embora todo sentido esteja ligado a uma rede de constituição, podem ser produtos de um deslocamento dessa mesma rede. No entanto, Orlandi afirma que há também presentes

injunções à estabilização, cuja função é bloquear o movimento significativo. Portanto, admite-se que o sentido nunca flui como também não se desloca. Neste caso, ao invés de ele fazer um lugar para gerar gestos de interpretação – sentidos – ele é “prego pelos lugares” e pelos dizeres que já estão estabelecidos. O que existe, aí, é só repetição.

Orlandi (2012, p. 55) aponta três formas de repetição:

- a) A repetição empírica (mnemônica) que é a do efeito papagaio.
- b) A repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo.
- c) A repetição histórica, que é a que desloca, permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

Em síntese, torna-se notório reafirmar que o efeito de evidência, fruto da ideologia, tem o papel de representar a saturação dos sentidos, como também dos sujeitos. Esta saturação é produto do apagamento de sua materialidade, de sua des-historização. São processos de identificação que são regidos pelo imaginário e esvaziados sua própria historicidade. Assim, há uma perda com o real, sobrando apenas as imagens. Isso nos faz concluir que há sempre o incompleto, que abre o caminho para outra interpretação. Há um deslizamento discursivo, que é contínuo (não fechado em si), um trabalho realizado pela metáfora.

3 A AD E O DISCURSO JORNALÍSTICO

No segundo capítulo, que trata dos pressupostos metodológicos da AD, desenvolveram-se conceitos-chave para aplicá-los ao discurso jornalístico. Antes de tomarem-se as publicações como objeto de pesquisa no terceiro capítulo, propõe-se descrever somente algumas tipologias ligadas ao discurso (jornalístico). O jornal *online*, enquanto meio de comunicação legítimo para noticiar os fatos referentes a assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas entre 2010 e 2013, é um espaço público, em que os acontecimentos circulam discursivamente, constituindo-se enquanto efeito de homogeneização. Ao considerar-se o jornal *online* como veículo de informação, e não de opinião, está-se admitindo que este, discursivamente, é/está instalado histórico e ideologicamente, afetado pela aspiração de ser imparcial, deixando-se perceber, nesse sentido, que tais discursos poderiam ser estes e não outros (ORLANDI, 2012).

Partindo do pressuposto de que a leitura de jornais *online* pode ser considerada uma das vias de acesso para perceber-se que essa homogeneização é um efeito de sentido, Megid (2008, p. 28) assevera que esse processo dá acesso “[...] a um dizer outro que não se coloca nas grandes empresas de comunicação, aqueles que têm maior tiragem ou maior audiência e, portanto, maior alcance em meio à população brasileira”.

A notícia é, pois, uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. Qualquer redator ou relator de um fato é parcial inclusive ao escolher o “melhor ângulo” para descrevê-lo, como se recomenda as redações.

A posição tomada por Megid (2008) autoriza-nos a afirmar que a notícia é uma parte do processo de socialização nos diferentes momentos da história da humanidade em todo o mundo. Isso nos leva a crer que no imaginário esta (notícia) é responsável tanto por narrar ou também por ofuscar a “verdade” de um fato. Se assim for, pode-se considerar juntamente com a autora que o jornal compartilha principalmente a constituição de um dado acontecimento, deixando de ser somente um relato sobre ele.

Para afirmar o que se disse até então, tomam-se as palavras da autora:

[...] o discurso jornalístico construindo o seu referente, a mesma autora (Bloco, 2006) afirma que, partindo dos estudos de Pêcheux (1999),

pode-se dizer que o discurso jornalístico pode ser visto como “inscrição” de um acontecimento “no espaço da memória”. Temos no discurso jornalístico um espaço de estabilização de dizeres que Pêcheux nomeia como “memória discursiva” (MEGID, 2008, p.49).

Vê-se que a autora considera a produção jornalística (no nosso caso as factuais sobre assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, no nosso caso) uma forma de textualização da memória social, responsável pelos processos de “regularização” ou de “des-regularização”, operados na produção dos fatos.

Isso se torna possível, segundo Megid (2008), quando os acontecimentos históricos são transformados em fatos do discurso. Esses acontecimentos midiáticos sofrem influência da memória social do jornal, seja para reforçar os sentidos que ali estão constituídos, seja para deslocá-los. Essa é uma das razões pela qual se considera que o discurso jornalístico só funciona porque ele está sob influência das relações sociais, jurídicas e ideológicas. Por esse motivo, adverte-se que o discurso jornalístico tem a responsabilidade de deixar que certas informações se mantenham e outras não em circulação, contribuindo, assim, com as relações do social com o jurídico-político (MEGID, 2008).

Em complemento, diz a autora:

Acontece que esta relação jurídica e política não se mantém na relação histórica da mídia com a sociedade. Ao contrário, ela é apagada, o que permite, por exemplo, denominações como veículos de informação (MEGID, 2008, p. 50).

A autora descreve que há um distanciamento entre o jornal e o que é discurso produzido no mundo. Essa relação não entre linguagem (jornalística) e mundo não é direta, pois ela está marcada pela ausência do “eu”, ou de um “nós” relator. Para Lage (2006), o jornal é responsável pela matéria veiculada. Por isso não há como perceber marcas de autoria na narração dos fatos tratados. Nesse sentido, os processos de produção de uma dada facticidade se apagam, (tanto do autor quanto do entrevistador), as fontes/agências primárias, a edição do texto, por exemplo, desaparecem.

Tanto Megid (2008) quanto Lage (2006) mostram que o jornal, paradoxalmente, apresenta marcas avaliativas no material a ser veiculado como se verá no próximo capítulo, ainda que se preze pela objetividade e imparcialidade dos fatos. “Há uma institucionalização

social dos sentidos”, já afetado pelo poder do sistema midiático na produção da materialidade a ser noticiada. Em síntese, pode-se assegurar, segundo os autores, que o discurso jornalístico tem suas propriedades bem variadas. Ainda que o jornal tenda a marcar a notícia como um dizer “a verdade”, que corresponde a anseio do sujeito/leitor, essa “verdade” é fruto dos diferentes efeitos de sentido, que variam de acordo com a posição-sujeito. No entanto, esse posicionamento da “imparcialidade”, “objetividade” jornalística não afeta a credibilidade dos leitores, do público em geral, diz a autora.

Feitas algumas observações sobre a relação entre a AD e o discurso jornalístico, propõe-se, na próxima seção, apontar algumas observações sobre o que se entende por “notícia”, a partir de uma abordagem discursiva francófona. A partir daí, Posteriormente, desenvolver-se-ão alguns pontos sobre as factualidades, tomando como ponto de partida a noção de posição-sujeito pouco trabalhada anteriormente nesse trabalho, a partir de Pêcheux (1975), Orlandi (1996; 2005; 2012) e outros.

3.1 A posição-sujeito no discurso jornalístico

Adverte-se, desse lugar jornalístico, que o sujeito que Orlandi (2012) defende não é cartesiano, não é consciente de suas ações, muito menos dono de si, da verdade inquestionável, das dúvidas. Mas, trata-se de um sujeito que é descentrado, já afetado pela língua e pelo real da história, razão pela qual ele não tem controle algum sobre si mesmo afetado tanto pela língua quanto pela história, constituindo-o em sujeito social. Trata-se de um sujeito instado por outros discursos, por isso este não age mecanicamente, dando-lhe, desse modo, a liberdade de representar diferentes papéis sociais (PÊCHEUX, 1987).

Pêcheux (1987) adverte que nesse processo, o sujeito sofre deslocamentos, tanto do sentido quanto da língua, que mantêm uma relação com a história. Isso possibilita confirmar que existem sentidos que estão sempre em jogo, a partir de uma posição-sujeito que, na AD, permite que o próprio sujeito ocupe outras posições sociais. Cabe salientar, desde já, que esse sujeito é agora uma posição, subjetivando-se, à medida que de sua posição já dada, lança-se para o mundo, marcando sua posição de sujeito no discurso.

É sabido que o sujeito e o próprio sentido se constituem simultaneamente. Isso só reafirma o que disse Pêcheux (1987): o sujeito resulta do elo existente entre a língua e a história, com a contribuição paralela do imaginário e da ideologia. Essa é uma das razões pela qual

se resgata de Pêcheux (1975) que o indivíduo se torna sujeito, ao submeter-se à língua, significando-a e, ao mesmo tempo, ressignificando-se, por intermédio do simbólico na história. Em outras palavras, o sujeito está as(sujeit)ad(o) à língua para, assim, torna-se sujeito desta. Por isso, Pêcheux (1975) reafirma que não há sujeito, nem sentido que não estejam assujeitados à língua. O sujeito não consegue realizar nenhum gesto, senão quando está afetado pelo simbólico, pelo sistema significante.

Neste ponto, Pêcheux (1975) traz para a discussão o papel da subjetivação no campo da significação. A subjetivação é considerada uma questão de qualidade, ao admitir-se que um indivíduo está/é assujeitado à. Recorde-se que Althusser havia asseverado que o indivíduo torna-se sujeito, quando este é interpelado pela ideologia, colocando-o na “origem” do dizer.

Pêcheux recorre à ideologia por considerá-la a responsável pela passagem de indivíduo para sujeito. Isso leva a afirmar que o pensamento pecheuxiano faz uma crítica contundente à forma de como as teorias da enunciação passam a ser submetidas à ilusão das evidências subjetivas e as de existência espontânea do sujeito, aproximando-as à evidência do sentido (de que não existe literalidade).

Pautada nessa posição de Pêcheux (1975), Orlandi (2012) ressalta que na AD o sujeito é visto como um processo significante, que funciona pela e na contradição, na medida em que o sujeito é interpelado pela ideologia. Isso só ocorre quando um trabalho teórico tem respaldo no campo da linguagem e/ou no das disciplinas de interpretação, resultando da noção de discurso fundante.

O que se vem trabalhando a partir da tríade sujeito-língua-história adquire um sentido: pensar o conhecimento prático das ciências humanas e sociais como uma corrente de pensamento que só ocorre, quando se res-significam as noções de ideologia e de inconsciente. Ambas as noções são pensadas materialmente, ligadas pela língua. É por isso que se assevera que o sujeito não produzir sentido, senão quando é afetado tanto pela língua quanto pela história, conforme dito anteriormente.

A posição-sujeito, portanto, é uma questão ideológica, diz Pêcheux (1975), porque a língua é desde sempre sujeita a falhas e a equívocos, realizando-se, portanto, na ordem simbólica. O equívoco, por sua vez, é constitutivo do discurso; é a inscrição da própria língua na história, responsável por esse efeito (o do equívoco) que decorre do funcionamento do inconsciente com o ideológico simultaneamente.

O sujeito, para o filósofo francês, é quem produz sentido ao ocupar o lugar social. Afinal, os sentidos não existem em si, mas são resultados das posições ideológicas, que fazem parte do jogo naquele momento, cujo resultado está sob o domínio das FDs.

No caso do discurso jornalístico, as FDs são responsáveis pelo lugar que o sujeito ocupa. Nesse caso, o sujeito/leitor produz diferentes efeitos de sentido seja qual for a tipologia do discurso. O estudo em questão, que trata das publicações sobre assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, possui diferentes interpretações, porque as FDs de cada sujeito/leitor são diferentes. Trata-se de regras anônimas, determinadas no tempo e no espaço, numa dada época, para uma específica área social, política, econômica, social, linguística, ligadas às condições de produção discursivas. Qualquer posição-sujeito pode ser ocupada por um indivíduo já interpelado, seja ele neonazista, ativista, pastor, padre, médico, psicólogo, psiquiatra. Cada um produz um gesto de leitura, que resulta das vivências do cotidiano. Cada posição ideológica identifica um sujeito legitimado a falar de um lugar que é ocupado por diferentes FDs, responsável pela identificação do sujeito.

Assim, o sujeito tem uma determinação histórica que não é para sempre, razão pela qual não se realiza da mesma forma nos acontecimentos históricos. A determinação história está marcada por um momento, que não é igual ao outro, porque ela está regida pela forma e pelas condições. Se for de caráter histórico, pode mudar ou não. Assim sendo, é entre o possível e o que é historicamente determinado que a AD trabalha (ORLANDI, 2012).

Diante da posição-sujeito que cada sujeito ocupa para produzir sentido diante das publicações de um discurso jornalístico, pode-se asseverar, então, que a materialidade significativa é uma fonte de sentidos, por isso ela abre o leque de conotações diante das pistas avaliativas que o jornal oferece frente às publicações *online*.

Em face disso, Pêcheux (1975), como precursor da AD na França, aponta para a importância do sujeito na interpretação de discursos de diferentes vertentes. A teoria do discurso apresentada pelo filósofo francês não se preocupa apenas com a escritura, mas também com outros tipos de textualidade, como: a oralidade, a imagem que aqui não estão em análise. No campo do discurso jornalístico, a factualidade, enquanto materialidade significativa (que se propõem analisar) é a mesma, mas pertence a países diferentes, de língua portuguesa e espanhola. Isso possibilita perceber que a posição-sujeito, seja ela de qual nacionalidade for, dá margem a convergentes e divergentes leituras de uma mesma factualidade por parte do leitor. Ainda que a factualidade

seja a mesma, a possibilidade de produção de sentidos, pelo sujeito, é irrevogável.

O discurso jornalístico é visto pelo analista como um campo de reflexão. Nele, busca-se a materialidade dos processos discursivos, que resulta da articulação entre a discursividade, a objetividade e a descontinuidade (ciência/ideologia), ao propor uma teoria não subjetivista da subjetividade, uma teoria do discurso submetida à determinação histórica dos processos de significação, somando-se às práticas políticas, responsáveis também pela produção do conhecimento, propondo “[...] que reflita sobre as diferentes formas pelas quais a necessidade cega se torna necessidade pensada e modelada como necessidade” (MEGID, 2008, 49).

Em síntese, é desse indivíduo já interpelado em sujeito que se põe em evidência nos estudos da AD (ALTHUSSER (1970); PÊCHEUX (1975)). Já legitimado a interpretar de qualquer lugar discursivo, o sujeito/leitor diante da mesma materialidade (que se propôs buscar no discurso jornalístico como objeto de pesquisa nesse trabalho) produz já-ditos e não-ditos. Ou seja, é do gesto desse sujeito que as interpretações surgem e os sentidos são produzidos, pois este (sujeito) está atravessado pelas FDs e FI que o constituem como tal, responsáveis pelo resultado dessa leitura (interpretação).

3.2 Nuanças do discurso jornalístico

Flores (2011) assevera que o discurso jornalístico não é tão objetivo e imparcial quanto deveria ser. Trata-se de um discurso que mascara o apagamento próprio da interpretação em razão dos fatos, que por si só, falam.

Em outras palavras, trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria – ou falaria sobre – da forma mais literal possível um mundo objetivo. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que ‘fraturar’ a informatividade dos relatos atua na direção de reforçar – enquanto explicação de mundo – a ilusão da objetividade jornalística (FLORES, 2011, p. 44).

A autora toma como ponto de partida as críticas que Pierre Bordieu (1997) faz aos jornalistas. Para o sociólogo, ao produzirem o material a ser publicado, os jornalistas fazem certas escolhas em detrimento de outras. Nesse processo, os jornalistas usam “óculos” especiais, que ajudam a selecionar no discurso somente o que lhe é conveniente: isso e não aquilo. Trata-se de um – um “ver-como” muito particular – um olhar que explica a noção de categoria, cujo papel é

organizar estruturas invisíveis por meio daquilo que é percebido de momento.

Para o sociólogo,

[...] os jornalistas são levados a uma só vez pelas pretensões inerentes a sua profissão, à sua visão, à sua visão de mundo, à sua formação, às suas dispersões, mas também pela lógica da profissão, selecionam nessa realidade particular [...] um aspecto inteiramente particular, em função de categorias de percepção que lhes são próprias (BORDIEU, 1997, p. 25).

A metáfora dos “óculos”, para Bordieu (1997), permite ao jornalista buscar na materialidade noticiosa o que lhe interessa, pois trata-se de um sujeito que está sob influência de suas formações discursivas e ideológicas. O jornalista, nesse caso, está sujeito às condições de produção. Portanto, faz sentido afirmar que esse profissional se encontra assujeitado à própria lógica da profissão.

Acredita-se, desse modo, que o jornalista está sob domínio da esfera discursiva, pois está afetado por um “eu” inconsciente, que lhe permite acessar, o que não é dito, mas pressupõe ser, selecionar o que lhe parece viável, escolher uns sentidos em detrimentos de outros possíveis:

Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular. (...) os jornalistas, grosso modo, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional para eles. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário (FLORES, 2011, p. 45).

Vê-se que o jornalista tem interesse pelo extraordinário, ao romper, simultaneamente, com o ordinário, com o que este considera que não faz parte das vivências daquele sujeito. Essa possibilidade de escolha por parte do jornal disponibiliza ao jornalista o poder de decisão do que deve ou não ser publicado, para submetê-lo frente ao leitor, que está autorizado a interpretar. Isso funciona como uma prévia, que faz parte da pauta do dia. Entendendo-a como um

[...] planejamento dos assuntos que serão abordados em um jornal impresso, em emissoras de tv e rádio, em sites de notícias. É a listagem dos fatos que o repórter irá transformar em matéria jornalística para os noticiários (FLORES, 2011, p. 45).

Sabe-se que toda interpretação de uma factualidade está sob as CPs do próprio discurso jornalístico. Ao entrar em circulação, as informações causam um certo efeito que para Flores (2011) permite que o jornal apresente inúmeras características, dentre elas, a agilidade de informar o leitor sobre o fato antes de qualquer outra agência. Esse modo de agir, com antecipação diante dos outros jornais, é conhecido no meio jornalístico como “furo de reportagem”. Com esse “furo”, a produção material torna-se fonte primária, de “origem”: o primeiro a dizer sobre o fato, ainda que este seja (in)consciente, de que isso não passa de uma ilusão, efeito de autoria.

Para Flores (2011, p. 47): “[...] esse efeito de fechamento resulta numa espécie de jogo de espelhos, refletindo-se mutuamente, produzindo um formidável efeito de barreira, de fechamento mental”.

Fundamentada na teoria jornalística de Bordieu, a autora afirma que os jornalistas buscam informações na mesma fonte primária, cuja intenção informar é narrar ao leitor o mesmo fato dos concorrentes. Flores esclarece que o sociólogo chama esse mesmo modo de operação de informar os fatos de “a circulação circular da informação”, nivelando e homogeneizando as matérias noticiosas nos meios de comunicação.

A autora busca em Bordieu (1997) elementos que expliquem como avaliar à força o fechamento de uma determinada informação. É preciso, por conseguinte, lançar a informação para o grande público, informando-o sobre o fato, mesmo que essa posição transgrida o interesse de um conjunto de comunicação midiático, que poderá vir a ser reforçado pelos efeitos da concorrência.

O jornalismo não considera qualquer evento um fato. Um fato deve ser entendido, segundo Flores (2011) como notícia, ao levarem-se em consideração certos critérios, dentre eles, o interesse do público, a facilidade de assimilação do assunto, a atualidade, a veracidade do fato, etc. Essa é uma das razões pela qual a autora considera de que é necessário que os sujeitos/jornalistas tomem o fato como “verdades tácitas”, que sejam estas e não outras nesse ou naquele instante imediato. Portanto, o gosto de público guia o critério de informação jornalística, fazendo com que este se teorize, informando, assim, o fato em primeira mão. Em razão disso, a autora afirma que:

A notícia pode ser considerada um produto vendável que atende as necessidades e as exigências do mercado, que nesse caso é o público leitor, sensibilizando e chamando a atenção para a informação (FLORES, 2011, p. 47).

Em face do que se relatou na citação, pode-se assegurar que a informação pode ser vista como um recorte pré-determinado pela linha de editoria do veículo. Antes de ser publicado, o recorte é considerado uma matéria, cujo objetivo é informar, tornar mais fácil o que é consumível pelo leitor. Essa matéria torna-se visada como mercadoria, que se encontra sob o domínio do proprietário da agência jornalística (empresa), vulnerável, muitas vezes, a interesses e pressões tanto internas quanto externas.

É fato, segundo a autora, que o sujeito/jornalista ao escolher esta e não aquela matéria para publicação está sob o domínio das FDs, responsáveis pelo produto final (o fato a ser publicado). Essa escolha decorre de um jogo de influências, em que se deixam perceber as impressões do próprio jornalista, desde já vistas como um sujeito histórico, alinhado à política daquele jornal.

Para confirmar o que se tem dito até então, Lustosa (apud FLORES, 20011) diz:

É aí que observamos a discrepância entre o discurso dos profissionais da imprensa e, principalmente, dos veículos, e o resultado de um trabalho. (...) É razoável concluir que, por sua origem e pelos seus defensores, a imparcialidade não passava, e não passa ainda hoje, de mera retórica, sendo usada para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo. A neutralidade jornalística é um mito cotidiano desfeito nas redações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editoria (LUSTOSA, 1996, pp. 21-22).

Tem-se apontado com veemência que o jornal é fonte do dizer. Isso é uma utopia, pois a construção de uma matéria a ser publicada, em primeira mão, não é de caráter exclusivo imparcial e objetivo. Isso também aparece nas palavras de Lustosa (1996) que, de acordo com Flores (2011), confirma a ilusão da neutralidade das matérias noticiosas, considerando-as um mito. Essa neutralidade se quebra também em relação à escolha da editoria, onde a matéria será publicada; há outros interesses por detrás disso, que não cabe, aqui, citá-los.

É preciso aceitar certas posições editoriais em nome de uma ideologia. Em outras palavras, é fato que o discurso jornalístico se constitui e atua no cotidiano, desde o momento em que o jornal decide qual assunto interessa ou não ao leitor, levando-o a uma espécie de

produção de sentidos dirigida, sem que este perceba que está sob a direção do jornal, concordando com o fato já afetado pelo “eu” do jornal.

Mariani (2006), por sua vez, adverte que o discurso jornalístico é uma prática discursiva que opera na construção e na operação dos sentidos. Essa prática resulta de um efeito ilusório da função do próprio jornal, cuja função é transmitir fatos objetivos.

O discurso jornalístico constrói-se dessa forma, com base em um pretense domínio da referencialidade, pois se baseia em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade (MARIANI, 2006, p. 34).

Para a autora, a pretensão do discurso jornalístico de ser informativo se ampara com o apoio de uma ideologia utilitária. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que existe uma necessidade de saber sobre os fatos narrados cotidianamente. Isso é possível quando se leva em conta que essa necessidade parte da relação do jornal com o leitor; relação essa construída sócio-historicamente. Isso vem ao encontro do que afirma Mariani (2006, p. 34): “Estes [fatos], dessa forma, já figuram nas páginas impressas pré-significados por uma relevância constituída pelo imaginário: se o jornal publicou é porque é importante ou só é importante o que aparece no jornal”.

A autora afirma que é esse jogo das regras que controlam ideologicamente um jornal. Nota-se que a seleção de notícias a ser publicada fica apagada para o leitor, o qual não tem consciência disso, não tem acesso a essa construção/seleção prévia, não sabe por qual motivo essa matéria foi escolhida para publicação em detrimento das outras. Essas informações são apagadas discursivamente pelos editores na pauta do dia.

Torna-se notório confirmar, de acordo com Mariani (2006), que o leitor e o jornalista partilham do pensamento da mesma época, sob o domínio das agendas dos editores, que guiam uma interpretação já legitimada socialmente e aceita consensualmente, seja ou não pelas forças de poder que o jornal exerce sobre o leitor. É esse tipo de ritualização ideológica que faz parte do discurso jornalístico, ao mostrar que o jornal é o responsável pela produção de sentido do próprio leitor, que, inconscientemente, nem sempre percebe que está sob o controle de uma ideologia de uma instituição (jornalística).

A teoria do discurso francófona pecheuxiana, aplicada ao discurso jornalístico, que se tem desenvolvido aqui, vem quebrando

tabus em torno dos pressupostos metodológicos de que o jornal ilusoriamente tende a apresentar ao público características como a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade, entre outras, como se disse anteriormente.

Nosso objeto de pesquisa, com base em Pêcheux (1975), Orlandi (2012), insere-se nessa categoria: de considerar a matéria noticiosa um discurso já afetado por uma ideologia, instando pelo sujeito que está autorizado a ocupar o lugar discursivo e, produzir, dali, sentidos possíveis, ainda que outros fiquem silenciados, possibilitando, ao mesmo tempo, dizer ou não dizer (ORLANDI, 2012).

Os discursos que tratam dos assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas são analisados por diferentes sujeitos, por meio de um olhar “estrábico”. Diga-se estrábico, porque a produção de sentido depende do olhar do sujeito, de sua FDs e FI, que dá abertura a uma possibilidade de leitura dentre outras, destituindo a visão de que as matérias noticiosas carregam consigo as características supracitadas.

Isso não ocorre porque a factualidade das matérias do jornal são afetadas pelo aspecto ideológico. Isso se torna possível porque o sujeito não é psicologizante, mas ideológico; já está afetado, anteriormente, por outros discursos que possibilita a ele confrontar-se com diferentes dizeres, os quais já estão lá na memória do leitor.

Para confirmar isso, tomam-se as palavras de Flores (2011, p.50) como respaldo:

O discurso jornalístico, em sua diversidade e sua heterogeneidade interna, permite ao analista do discurso compreender a apresetificação, a materialização do político, entendido como divisão dos sentidos socialmente produzidos, tomados em sua historicidade. Por isso uma das características do discurso jornalístico é atuar na institucionalização social de determinados sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social.

Para a autora, quando se fala sobre o discurso jornalístico, está-se admitindo que este é visto como uma modalidade de “discurso sobre”, o qual provoca um afeito instantâneo do próprio “falar sobre”, caracterizando-se como aquilo sobre o que se fala. Esse aspecto possibilita ao sujeito/jornalista descrever um fato, um acontecimento, a partir de um falso distanciamento imaginário, procurando apagar as marcas da posição-sujeito no discurso, mantendo-se neutro ao que está noticiando. Esse sujeito/jornalista ao narrar o fato se posiciona como se

tivesse na posição de um sujeito observador isento do próprio “eu” na criação discursiva (na materialidade significante).

Assim como Flores (2011), Mariani (2006) fala sobre o “discurso sobre”; considera-o um discurso enquanto tal. Esse discurso atua diretamente na institucionalização dos sentidos. Esses (discursos sobre) são vistos como intermediários, pois ao falarem sobre um determinado discurso (considerado de “origem”), eles, na verdade, já estão situados entre este e aquele sujeito, seja ele qual posição estiver ocupando. Esses lugares estão ocupados pelos diferentes sujeitos, são de autoridade, de onde cada um deles está legitimado a falar em nome do institucional, como ocorre com os casos de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, que legitima diferentes sujeitos (o psicólogo, o médico, o religioso, o nazista, o leitor do senso comum) a se posicionarem para provocar gestos de interpretação divergentes ou convergentes, mesmo assim aceitáveis. Afinal, A AD já alertou que só trabalha na contradição dos dizeres, que estão marcados ideologicamente.

Em resumo, faz sentido afirmar que o discurso jornalístico é apresentado ao leitor com diferentes roupagens, a partir de diferentes tipologias. As editoriais, nesse caso, tem um papel primordial na compreensão e na produção de sentidos. Isso corrobora a tese dos manuais de jornalismo que preza pela imparcialidade, pela neutralidade, pela objetividade dos fatos registrados enquanto factualidade. Esses discursos não são meras representações de uma leitura literal, sem margem para marcas avaliativas que se encontram (in)conscientemente presentes na matéria produzida pelo jornalista. Ao contrário, essa literalidade é anulada graças ao imaginário. Vive-se na ilusão de que a linguagem diz o que diz e nada mais, sem levar-se em conta outras características presentes na narração dos fatos.

O discurso jornalístico, em suma, está marcado ideologicamente, assim como o sujeito (jornal e leitor) já afetado pela língua, instado pela história. Isso garante ao leitor que o discurso jornalístico é capaz de produzir sentidos sobre a realidade, a partir de uma matéria noticiosa já construída pelo jornalista, pensando ilusoriamente que ali se encontra tudo aquilo que o leitor precisa saber, registrado naquele espaço editorial (FLORES, 2011).

A unanimidade complementar entre os analistas do discurso, que aqui se apresentou, garante que não há discurso que não seja afetado ideologicamente; não há discurso que não apresenta marcas avaliativas (inserindo-se aí o jornalístico). O discurso jornalístico é visto, de acordo com Pêcheux (1975), Bordieu (1997), Flores (2011), Mariani (2006), com fonte do dizer, um documento que objetiva a retratação de uma

determinada época, marcada historicamente. É fato que só dessa maneira é possível compreender o funcionamento do discurso jornalístico que tratará de factuaisidades sobre assassinatos de homossexuais atribuídos por neonazistas entre 2010 e 2013.

No próximo capítulo, propõe-se analisar os dados coletados para nossa pesquisa, mostrar de que maneira o sujeito produz os diferentes efeitos de sentido, a partir da mesma materialidade discursiva em diferentes jornais *online* em língua portuguesa e espanhola: *Folha de São Paulo*, *El Mundo* e *El Clarín*. Num primeiro momento, analisar-se-á os títulos, em seguida, somente o texto (enquanto materialidade significante), levando-se em conta em que editoria esse objeto se encontra: na de “Polícia” ou na de “Mundo”.

4 ANÁLISE DE DADOS: DO SUJEITO AO CORPO

Considerando os lugares onde se encontram as matérias *online* para análise sobre assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, propõe-se descrever o conceito de “corpo” de Michel Foucault (1999), que será de grande valia para esta pesquisa, com o intento de compreender os efeitos de sentidos produzidos, em épocas muito distantes, que usam os modos de operação contra as vítimas semelhantes. Em outras palavras, para compreender-se como nosso objeto de pesquisa produz estes sentidos e não outros no sujeito, propõe-se, como pré-requisito, compreender o conceito de “corpo” em *Vigiar e Punir* (1999) de Michel Foucault, que justamente descreve o *modus operandi* que os juristas usavam para punir os crimes naquela época.

Mas afinal, o que é o “corpo” segundo Foucault? Para ele, trata-se de um objeto que sofre punição na época de *Vigiar e punir*. Essa punição no acorrer das décadas, em termos gerais, vai do castigo físico até o da alma na descrição foucaultiana de um dos exemplos que marcou a história, a morte de Damiens, um civil que tenta matar o rei, mas não consegue. Como punição, ele é destroçado em praça pública, num espetáculo a céu aberto, com o intuito de servir de exemplo aos cidadãos franceses que, porventura, pudessem vir a rebelar-se contra o rei a ponto de assassiná-lo. Ainda que o plano não tenha sido executado, a personagem Damiens sofre na carne, literalmente, a morte lenta em plena praça pública.

Com o passar dos anos, Foucault (1999) descreve minuciosamente que as leis francesas iam avançando no modo de punir e castigar os réus confessos. Deixa-se de castigar o corpo, passando, a partir daí, a penalizar a alma, por meio da privação, do direito de ir e vir, atingindo a moral, o moral do criminoso. Percebe-se que já não há mais castigo contra o corpo, como anteriormente, arrancando uma perna, um braço de cada vez, puxados por aríetes e, posteriormente, decapitando a cabeça, sobrando o tronco.

Diante do que foi narrado anteriormente, considera-se o corpo morto de Damiens um texto (ROSSI, 2007). O corpo é uma fonte de significação. Cada uma dessas leituras feitas pelo sujeito não precisa ser necessariamente a mesma, porque cada um é afetado por diferentes formações discursivas, marcado sócio-historicamente. Muitas destas interpretações apresentadas por sujeitos de diferentes lugares podem, portanto, ser ou não divergentes. Em outras palavras, cada sujeito analisa o corpo, a partir de suas condições de produção (doravante CPs).

Esta é uma das razões pela qual o sentido do corpo-morto do homossexual hoje não existe em si mesmo, pois este é determinado por posições ideológicas, que pertencem a um jogo num dado processo sócio-histórico. Portanto, o corpo, enquanto texto (já fixado pelo discurso) (re) produz sentidos. Ou seja, este é gerador de sentidos; “es un dato socializado, semantizado (Le Breton, 2002, p. 152)”. Em outras palavras, todo corpo expressa uma dimensão social. Para Foucault (1999), ter controle sobre o corpo significa ter controle sobre o social.

Esse ponto de vista foucaultiano é também apreciado por Bordieu, para quem:

El cuerpo funciona, pues, como un lenguaje a través del cual se es más bien hablado que hablante. El cuerpo es un producto social. La distribución desigual de las propiedades corporales entre las clases se realiza a través de diferentes mediciones del gusto y, por tanto, de *habitus*, pueden perpetuarse de sus condiciones sociales de producción (BORDIEU, 1986, p. 185).

Antes, ainda, afirma o autor:

La relación con el propio cuerpo es una forma particular de experimentar la posición en el espacio social, mediante la comprobación de la distancia que existe entre el cuerpo real del cuerpo legítimo (BORDIEU, 1986, p. 184).

Neste sentido, afirma-se que os homossexuais são corpos vigiados por uma série de olhares invisíveis a quase toda a sociedade, que os condenam em nome de uma ordem social, pregada pelos neonazistas, autoproclamados como “Defensores Nacionais”, sem autoria explícita de um só indivíduo, mas de um grupo que “luta por uma causa”. Estes defensores, de acordo com jornal *online* peru21. pe, são seguidores de Hitler. No entanto, afirma a fonte FEE do referido jornal *online*, que nem todos os neonazistas (também conhecidos como Grupo Nacionalista 88) adotam as mesmas regras do passado. Alguns grupos possuem certas nuances, já adaptadas ao seu modo de ser e de estar no mundo atual.

Especialista em discurso neonazista no Brasil, a antropóloga Adriana Dias, em entrevista cedida à jornalista Débora Lopes (2013) no diário *online* www.vice.com, aponta o sul como a região com o maior número de seguidores, a começar por Santa Catarina, seguido do Rio Grande do Sul e, por fim, pelo Paraná. A antropóloga atribui os assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, motivados pela crença de serem pervertidos e doentes mentais. Está é uma das

justificativas neonazistas usada para dar fundamento à necessidade de lutar-se por um ideal de vida sadio: a criação de um estado ariano sulino (que aqui não está em questão).

Relembrando Dias (2007), assevera-se que os neonazistas julgam que eles devem vigiá-los e puni-los por desvio de conduta, em meio a “espetáculos punitivos” (expressão foucaultiana), por considerá-los como potenciais ameaças à ordem social. Vigiar e punir os homossexuais com a morte é, portanto, ter controle sobre o social, a única maneira de preservar a ordem.

Foucault (1975), por sua vez, toma o sentido de alma sem qualquer ligação com o metafísico (Agostinho, Tomás de Aquino). A alma não pode ser uma entidade abstrata, sem a participação da natureza histórica do próprio homem. Esta alma da qual trata o filósofo francês está imbuída do exercício de poder sobre o próprio corpo. A alma é um efeito de uma anatomia política; é ela que aprisiona o corpo, revertendo, assim, o pensamento platônico que afirma que é o corpo que aprisiona a alma, e não ao contrário.

Portanto, questiona-se: seria o homossexual um homem com alma feminina? Para Braga (2010), o que está em jogo (no campo do gênero) não é mais o corpo à moda condenatória, mas a alma, que padece e sofre pela condição de ser homossexual. Dialogando a partir de Foucault (1977), Braga (2010, p. 31), ainda discutindo a dualidade corpo/alma, afirma que “ao invés de atuar sobre o corpo, o castigo é aplicado profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade e as disposições”. É neste ponto que, para Braga, o castigo já não mais atua sobre o corpo, mas sobre uma “realidade incorpórea” (a alma). Não há mais lugar para lançar o corpo ao mundo como espetáculo, mas puni-lo por meio da lei que o priva do mundo, encarcerando-o, físico e psicologicamente na prisão, supervisionado por psiquiatras e psicólogos, com o intuito de recuperá-lo para fora do sistema prisional (BRAGA, 2010).

Assim, segundo Braga (2010), é preciso estabelecer a noção de “sujeito” com a subjetivação da alma. Ou seja, a um indivíduo que anda e pensa como homem, mas a alma é própria da subjetividade, (homossexual), o que leva o analista a explicar uma das causas pela qual o corpo é gerador de sentido, permitindo analisar a parte deste os efeitos de sentido sobre a perseguição e o assassinato de homossexuais por neonazistas, porque não compreendem a alma do outro (seus anseios e desejos proibidos socialmente), mas o corpo, o exterior.

O corpo-morto não pode mais, ser alvo de castigos violentos, como sucedeu em outras épocas, em que a lei era aplicada no corpo, levando-o à exaustão – à morte – reafirma Foucault. O corpo não pode

mais ser exposto em praça pública, mas deve-se aplicar nele a reclusão, pela liberdade de ir e vir. Esse modo de punir é, hoje, seguido por grande parte dos países. Indo mais longe, um corpo de um homossexual que se encontra sem vida não deve mais servir como modelo de punição. Deste lugar, está-se falando de um corpo-morto que não infringiu lei alguma, não violou regra nenhuma.

Como bem demonstrou Foucault (1999), não há espaço, em sociedades democráticas, para assistir ao corpo como num sistema de coação, de privação, de obrigações ou interdições sem antes de ter sido julgado como culpado ou inocente. Afinal, diz o francês, o corpo não é (e não pode) ser mais visto como uma arte das sensações, como aquelas sentidas, apresentadas no campo teatral. O corpo livre (considerado instituição social), enquanto seguimento de um grupo (homossexual), deve ser orientado dentro das mesmas regras de cidadãos considerados heterossexistas.

Em síntese, é preciso, como disse Foucault (1999), vigiar os desprotegidos, castigar os réus, não como no passado, mas hoje, pela privação da liberdade, pelo trabalho braçal (produzir para sua subsistência), servindo de exemplo pelo castigo ao corpo, não só físico, mas moral. Este trabalho está interessado no corpo-morto (representado socialmente), que em estado de post-mortem aponta para diferentes leituras. É este corpo-morto noticiado em publicações *online* que produz efeitos de sentido no sujeito/leitor em todo o mundo, gerador de diferentes efeitos de sentido, que atravessam fronteiras. Hoje, grande parte do grupo neonazista não obedece às leis do Estado, o que dá vazão a assassinatos de homossexuais, considerando-os pedófilos em potencial (*Occupy Pedofilia*) ou, ainda, doentes mentais.

Diante do que foi relatado até então, tentar-se-á explicar o funcionamento da linguagem que trata de publicações *online*, que dizem respeito às sete matérias, que tratam de assassinatos de homossexuais, pertencentes aos jornais *online* *El Mundo*, *El Clarín* e *Folha de São Paulo*, entre 2010 e 2013, que registram os corpos-mortos de homossexuais como fonte de sentidos.

4.1 Dispositivos para análise

A análise do discurso de orientação francesa não busca o sentido verdadeiro (se é que há) das coisas. Ela se interessa pelo efeito de sentido que está na materialidade significante, cuja construção vem dos aspectos linguísticos, históricos e ideológicos, que são trabalhados simultaneamente na teoria do discurso. A AD tem como função, como o

próprio conceito diz, analisar um determinado “discurso”, a partir do “já-dito” e do “não-dito”. Como percussora da AD no Brasil, Orlandi (2012) assevera que etimologicamente a palavra dis(curso) é entendida como uma ideia de “curso”, de “percurso”, de “deslocamento”, de “movimento”, enquanto prática linguística. A AD, enquanto disciplina, assume que a materialidade discursiva produz efeitos de sentido, cuja produção decorre de diferentes CPs. Essa materialidade significativa, já afetada, não depende da multiplicidade de sentidos de um dado texto, seja este oral ou escrito, mas depende do lugar discursivo que o sujeito ocupa, elege determinados sentidos e exclui outros. A AD não é vista como uma técnica de pesquisa, nem como uma disciplina de interpretação, que são constituídas na intersecção epistemológica. Ela se confirma, enquanto disciplina de entremeios (ORLANDI, 2012), a partir do deslizamento discursivo do não-dito que também produz sentidos. Um enunciado (recorte discursivo), seja ele de qual natureza for, apresenta muitos sentidos, porque pode ser visto como materialidade discursiva de caráter polissêmico.

Obdália Santana Ferraz Silva (2008), apoiando-se em Orlandi (1996; 2003; 2012), em: “‘Os ditos’ e os ‘não-ditos’ do discurso: movimentos de sentido por entre os implícitos da linguagem” parte do pressuposto de que o sujeito é afetado pela ideologia, marcado histórico e ideologicamente. Isso corrobora o já-dito até então de que o sujeito é atravessado também por outros discursos, que formam parte da memória discursiva. O discurso, portanto, é uma prática social, decorrente dos efeitos de sentido produzidos por diferentes sujeitos, constituindo-se a partir do movimento que objetiva a ligação com o intradiscurso e o interdiscurso, o já-dito que já se disse em outro lugar.

Em razão do que já foi dito nos pressupostos teóricos da AD, todo dizer mantém outras fontes, oriundas de informações no inconsciente, que fazem parte do próprio discurso. Na materialidade discursiva há, efetivamente, a presença da ideologia, da polifonia, da voz do Outro (inconsciente), da alteridade, presentes na materialidade da língua (AUTHIER-REVUZ, 2004). Por essa razão, diz-se que a AD se fundamenta na tríade: linguagem, sujeito e história (PÊCHEUX, 1995).

Este trabalho toma como foco de pesquisa as publicações *online* que tomam o mesmo fato jornalístico como trabalho simbólico, que dá abertura a diferentes efeitos de sentido, o que reflete realidades opostas, de um lado a inflexibilidade dos neonazistas, do outro a dos ativistas. Tais efeitos são decorrentes dos gestos de interpretação do sujeito, que se constitui na/por meio da língua, afetado pelo inconsciente, de caráter heterogêneo. Essa materialidade, enquanto recorte discursivo, é

atravessada pela ideologia, responsável pelo sentido que se encontra no interior do discurso. A ideologia, como já se viu, é constitutiva da prática discursiva. O sentido, por sua vez, é determinado pelo próprio sujeito, atravessado tanto pela língua, quanto pela história – reafirma a autora.

Para dar fundamento à análise, toma-se Lagazzi (2009) que segue a noção discursiva de recorte proposta por Orlandi (1984), cujo objetivo é seguir os gestos teóricos no percurso da AD. Segundo a analista, Orlandi diferencia uma frase de um recorte textual em sua incompletude. Parte-se, em princípio, de que um discurso (formulado em um jornal *online*) nunca se fecha em si mesmo, porque há, naturalmente, uma abertura nele, que dá vazão a diferentes sentidos. O discurso nunca deixa de produzir outros significados. Aí está a chave para ler um discurso: nunca se deixa esgotar diante de diferentes gestos de interpretação do analista.

Portanto, toma-se a palavra, a frase (enunciado, proferimento) como recortes dentro da metodologia de AD. Afinal: dizer algo por meio de uma palavra (Socorro!), frase (Estou aqui!) é visto como um recorte que tem a função de produzir sentidos, a partir destas materialidades discursivas.

Em razão disso, Lagazzi (2009, p. 401.) afirma que “o trabalho analítico discursivo na intersecção de diferentes materialidades significantes impõe demandas que levam o analista a enfrentar a noção de recorte”. Já se disse em outro lugar que o discurso se constitui na relação entre a materialidade significativa (discurso jornalístico em questão) aliada à língua e à história. É por meio da materialidade que se pode compreender de que maneira o material significativo faz com que o sentido se formule.

Mas, então, o que é o “recorte” para Lagazzi (2009), cuja fonte está em Orlandi? Ora, Lagazzi esclarece que “recortar” é selecionar significantes (não no sentido saussuriano) que dizem respeito ao funcionamento discursivo, estabelecendo relações entre os elementos significantes que fazem parte de diferentes materialidades. Essa é a razão pela qual Lagazzi (2009) busca em Orlandi (1984) a compreensão da análise materialista do discurso, que é um trabalho que perquire o próprio acontecimento do significativo num sujeito que está efetivamente atravessado também por outros dizeres. Entenda-se, então, que o conceito de “forma-material”, que Lagazzi (2009) toma de Orlandi tem sua fonte em Pêcheux (1995), no que diz respeito à diferença entre estrutura (língua) e acontecimento (discurso).

Diga-se de passagem, a seleção desses recortes discursivos, que se tomou aqui para análise, torna-se nosso ponto de partida, considerando-se que ela se realiza em sua incompletude (que se realiza na contradição), porque não há nenhuma materialidade na linguagem que consegue realizar-se completamente, pois ela jamais esgota todos os sentidos que estão a sua volta. É isso que torna vivo um discurso, enquanto procedimento analítico, formado por diferentes materialidades, assumindo-se, desde então, (nas palavras de Lagazzi) o jogo aberto entre a descrição e a compreensão; jogo esse constitutivo do próprio dispositivo analítico discursivo, ainda que este não se restrinja a um material verbal, mas a qualquer materialidade que difira desta apontada, seja oral, imagética, etc.

Por fim, aí entra a noção de “sentido” que será trabalhada nas matérias que tratam do mesmo fato noticioso por diferentes jornais *online*. Todo efeito de sentido, afirma Orlandi (1996; 2012), está presente sobre o social (LAGAZZI, 2009), que se realiza na contradição, nas relações de cunho social, não permitindo fechar a fonte do dizer de um discurso, a impossibilidade da síntese por completo. Lagazzi (2009) é categórica ao afirmar que o próprio efeito de sentido produzido sobre a cadeia significante só deve ser trabalhado, a partir de uma abordagem materialista, em junção ao primado significante, distanciando-se do prisma saussuriano, mas perscrutando-o como um acontecimento do próprio significante por meio de um sujeito.

Para melhor resumir o que foi dito até então: “trabalhar a significação a partir de uma perspectiva materialista requer que exponhamos a relação significado/significante às condições de produção, a exponhamos à história, na sua contradição constitutiva” (LAGAZZI, 2001, p. 402). Em outras palavras, isso significa afirmar que a produção de sentido ocorre sempre sobre a base material de determinadas condições e não de outras, dependendo, é claro, da posição que o analista ocupa. É por isso que, para a AD, o deslocamento e a incompletude fazem parte do discurso, a partir de uma abordagem materialista.

4.2 Abordagem prática I - Títulos

A presente análise será dividida em duas partes. A primeira diz respeito ao título da matéria (enquanto recorte) dos jornais *online*: *Folha de São Paulo*, *El Clarín* e *El mundo*, que faz menção a assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas entre 2010 e 2013. Na segunda parte, analisa-se o texto que narra o mesmo fato nos referidos jornais,

excluindo-se o título já trabalhado. Cada texto, tomado como materialidade significativa, possui sentidos atribuídos por um sujeito, que ocupa um lugar discursivo, e a partir dele produz gestos de interpretação.

Inicia-se a análise pelos três títulos *online* que envolvem o assassinato de um jovem chileno, de 24 anos, em uma praça na cidade de Santiago. O título, de cada jornal – *El Clarín*, *El mundo* e *Folha de São Paulo* – diz respeito a esse mesmo fato. Cada jornal, com a função de informar o sujeito/leitor sobre o fato ocorrido, construiu o título da matéria da forma mais provocativa possível. A partir daí, tentar-se-á apontar quais as semelhanças e/ou dissimilitudes discursivas que se encontram presentes num determinado título e outro; quais os efeitos que cada um dos títulos produz, resultantes dos gestos de interpretação de um sujeito (afetado ideologicamente), em busca de um sentido que o satisfaça a partir de suas CPs.

À contramão, cabe salientar que se trata de três títulos que registram a mesma matéria publicada pelos referidos jornais, partindo do pressuposto de que os efeitos de sentido, decorrentes dos títulos que tratam de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, podem produzir este e não outro sentido, dependendo de onde o sujeito se encontra: seja a posição de psicólogo, de médico, de pastor, de filósofo, de sociólogo, de antropólogo, de analista do discurso, etc. Afinal, todo discurso, assim como o jornalístico, possui marcas avaliativas (de adjetivações), pois é atravessado pela língua e pela história.

Títulos para a análise:

Ei-los:

- (1) Muere un joven homosexual chileno tras el ataque de un grupo de neonazis (*El Mundo*).
- (2) Conmoción en Chile por la muerte de un gay torturado por neonazis. (*El Clarín*).
- (3) Morre jovem espancando por neonazistas no Chile. (*Folha de São Paulo*)

4.2.1 O fato chileno: Daniel Zamudio

Cada título deve ser analisado como um recorte, que pressupõe um gesto analítico, segundo Orlandi (1984), seguido de Lagazzi (2009). Esses três recortes estão estampados na editoria “Mundo”, lugar ocupado por matérias de repercussão internacional, em março de 2010. Cada um desses títulos tem como função organizar e configurar o texto como unidade de significação. Ou seja, o recorte de cada jornal *online* é

considerado uma unidade de significação, que se vincula com um todo (o texto), permitindo ver o mesmo fato de perspectivas diferentes. É papel do analista buscar determinados efeitos que estão inscritos no discurso, nesse caso, em (1), (2) e (3).

É fato que a AD se faz na contradição, afirma Orlandi (2012). Isso pode ser comprovado nos títulos acima, que possuem marcas iguais e diferentes entre si. No jornal *El mundo*, (1) descreve o assassinato de um homossexual chileno atribuído a um grupo neonazista. O sujeito/autor deixa em evidência que se trata da morte de um jovem, decorrente de um ataque de neonazistas, cujo nome não é previamente divulgado no título, mas o identifica como homossexual. (1) traz algumas marcas avaliativas que se contrastarão com (2) e (3).

Por exemplo, em (1), chama-se a atenção para o verbo “atacar” e o substantivo “grupo”. De acordo com o Dicionário Houaiss (2001), o verbete “atacar” pode assim ser entendido:

Atacar: 1. Executar uma ação de defensiva; efetuar um ataque, investir, 2. Usar de agressão física contra, golpear ou morder, com o intuito de ferir ou matar. 3. Lançar injúrias contra, ofender. 4. Reprovar moralmente, censurar, criticar. 5. Contagiar, acometer. 6. Ocorrer a, iniciar subitamente em (alguém). 7. Causar danos, desgastar corroer. 8. Dar início a (alguma coisa) com ímpeto ou grande disposição. 9. Atirar-se à comida com grande apetite. 10. Arremessar, jogar, atirar. 11. Atingir com, dar ponta pé esmurrar, estapear com força e determinação, bater, tacar, virar. 12. Incendiar, queimar. 13. Dar, disparar. 14. Usar de muito empenho. 15. Exercer uma atividade ou papel. 16. Tomar a iniciativa, procurar marcar ponto deixando o adversário na defensiva. 17. Etim. Sinonímia de acometer e insultar, defender, proteger.

Os não-ditos em (1) ficam em evidência quando se procura entender qual ou quais desses 17 significados de “atacar” podem ser atribuídos ao modo de operação de nazistas contra um homossexual. “Atacar”, num primeiro momento, significa “tomar ofensiva contra”. A questão aqui não dita é a de que o homossexual é vítima, pois não está em posição de ataque contra os neonazistas, mas de defesa. “Hostilizar” e “acusar” são outros significados atribuídos a “atacar”. Parece mais apropriado aplicar-se esses sentidos à vítima, que está sob o domínio do grupo. Outros sentidos de atacar como: “usar de agressão física” contra alguém, “golpeá-lo” com o intuito de ferir ou matar se encaixa no sentido usado pelos neonazistas.

Esse é um dos exemplos, dentre muitos que ocorrem por todo o mundo, que chama a atenção do leitor para o fato de que a morte de Zamudio (nome da vítima chilena) é um ponto de partida para repensar a problemática que envolve casos de crimes de homofobia em diferentes

países, uma vez que a raiz desta pode estar no passado, nos pressupostos nazistas de Adolfo Hitler. Amparado no sistema hitleriano, ainda há indivíduos que seguem o nazismo com outra roupagem, considerando-se que a homossexualidade, ainda hoje, continua sendo vista como uma doença mental. Sendo assim, na luta por uma sociedade pura, o neonazista crê que é possível viver-se num mundo onde não haverá pedófilos, nem indivíduos com defeitos físicos nem mentais, fatores relevantes para que se prossiga à “caça” a homossexuais.

A morte do jovem chileno decorre, inicialmente, da “ação de atacar” de um grupo contra um indivíduo. Portanto, não cabe ao grupo a defesa jurídica de que está em posição ofensiva. Por essa razão, o julgamento servirá para apontar de ambas as partes fatos que esclarecem a morte de Zamudio, resultante de um encontro entre indivíduos com ideologias diferentes em relação às práticas sexuais. À primeira vista, percebe-se que um grupo neonazista o ataca sem razão alguma, mas por questões ideológicas.

Para fundamentar (1), torna-se necessário advertir ainda que os neonazistas têm como lema agir em grupo e lutar por um ideal. Não há lugar para uma luta de um para um, mas de um confronto com um grupo, com o intuito de eliminar a vítima (DIAS, 2009).

Compare-se o já dito sobre (1) a (2):

(2) Conmoción en Chile por la muerte de un gay torturado por neonazis. (*El Clarín*).

Nota-se que o referido jornal *online* busca no título marcas avaliativas que não se encontram em (1). Os efeitos de sentido em (2) apontam para uma “comoção” nacional chilena, que dimana do assassinato de um gay “torturado” por neonazistas. Observa-se que tanto (1) quanto (2) marcam a autoria do assassinato. Há uma consciência de que um indivíduo não é suficiente para lutar corpo a corpo contra um grupo. Por isso, a escolha do verbete “comoção” no início do título, para dar a amplitude do caso. O dicionário Houaiss (2001) oferece os seguintes significados aos termos:

Comoção: 1. Ato ou efeito de comover ou comover-se. 2. Abalo físico, sacudidela, abanão. 3. Emoção forte e repentina. 4. Med. Perturbação orgânica de origem nervosa, abalo, choque. 4. Agitação ou alvoroço, revolta popular, levantamento, agitação social. 6. Traumatismo craniano, que leva a um coma passageiro.

Tortura: s.f. Ato ou efeito de torturar. 1. Volta tortuosa, curvatura, dobra. 2. Dor violenta que se inflige a alguém, sobretudo, para lhe arrancar alguma revelação; suplicio. 3. Grande tormento no espírito; sofrimento, angústia. 4. Situação que encerra dificuldade, embaraço. 4. Ação de torcer; dor aguda, tortura; ato ou efeito de torturar. Suplício.

Há um uso de jogo de palavra para montar o título da matéria que impactou a sociedade chilena. Diferente do jornal espanhol, o argentino utiliza o verbete “comoção”, incluindo-se na situação de que se trata de um caso que toca o cidadão, ou seja, abalando toda e qualquer estrutura social. Percebe-se que o jornal *El Mundo* usa a palavra “homossexual”, enquanto *El Clarín*, “gay”. Há razão para haver diferença entre termos? Os efeitos de sentido seriam iguais ou diferentes?

Na antropologia, a palavra “homossexual” é mais antiga que “gay”. Significa gostar do “mesmo” sexo (seja entre homem ou mulher). A palavra é de uso universal, desde 1869, de acordo com jornalista gay-húngaro Benkert (MOTT, 2013). Já “gay” é usado para homossexual. Trata-se de um termo tão antigo quanto o vocábulo “homossexual”. Aquele (gay) significa: “alegre” (gaiato), numa sociedade heterossexista (MOTT, 2013). Portanto, os termos aqui equivalem e não há razão para pensar que o uso de “gay” é pejorativo.

Para complementar o que se tem dito e produzido, até então, pelo título dos jornais *online El mundo* e *El Clarín* em relação à morte do jovem chileno, toma-se o ponto de vista da *Folha de São Paulo*:

- (3) Morre jovem espancando por neonazistas no Chile. (*Folha de São Paulo*).

Dos três títulos apresentados sobre a morte do jovem chileno atribuído a grupos neonazistas, a *Folha de São Paulo* usa termos que não deixam marcas avaliativas explícitas, como os outros dois jornais antes citados. Os gestos de sujeito/leitor de a *Folha de São Paulo* são mais limitados à objetividade como estratégia de escrita jornalística, uma vez que o título pretende resumir brevemente o caso sem fazer nenhuma referência de que se trata de um caso de comoção internacional. Nos três jornais *online*, há a presença da palavra “morrer”, mas não “assassinato atribuído à”.

Há diferenças entre “assassinar” e/ou “morrer” um homossexual no âmbito discursivo? Como ponto de partida, analisam-se dois verbetes do dicionário Houaiss.

Assassinar: 1. Destruir a vida de (um ser humano) por ato voluntário (ação ou omissão); matar (a, um desafeto). 2. Tirar com crueldade a vida de (animal). 3. Exterminar, destruir, aniquilar. 4. Praticar ou executar mal ou pessimamente. Ver sinonímia matar.

Morrer: 1. Deixar de viver; falecer, expirar, finir-se (qualquer ser vivo). 2. Perder a vida sob determinada condição ou circunstância. 3. Acabar-se, extinguir-se, terminar. 4. Desaparecer aos poucos; sumir. 5. Não chegar a concluir-se. 6. Cair no esquecimento. 8. Experimentar alguma perda; desaparecer da memória, etc.

No título da matéria jornalística apresentada pela *Folha de São Paulo*, percebe-se que o jornal escolhe cada palavra para construir objetivamente seu projeto discursivo, diferentemente do jornal argentino, que constrói um título com mais marcas avaliativas. No recorte (3), pertencente à *Folha de São Paulo*, observa-se que, nele, a vítima não é identificada como gay e nem como homossexual. No entanto, o jornal faz apenas alusão a um jovem que foi morto e não assassinado, espancado por um grupo neonazista.

Percebe-se que o uso de “morrer” seja mais brando que “assassinar”. No entanto, o Houaiss mostra que ambos os termos são equivalentes, ainda que, em alguns contextos, a correspondência não pareça ser assim tão próxima. Nesse caso, quando se assassina, alguém morre, perde a vida violentamente.

A *Folha de São Paulo* utiliza a palavra “morrer”, como sinônimo de “assassinar”. “Assassinar” é provocar também a morte, que nesse relato, não é um acidente do acaso, mas um ato planejado com antecipação. Os neonazistas se preparam com planejamento prévio para os safáris para atrair a vítima para a execução. Isso caracteriza assassinato, não morte natural ou por outra fatalidade não brutal. Os sentidos atribuídos aqui em (3) também se somam a “espancado”. Cabe assim, asseverar que os três títulos tratam da morte de Zamudio de maneira diferente, produzem sentidos diferentes em alguns aspectos, mas, ao mesmo tempo, semelhantes em outros, pois “morrer” e “assassinar” pertencentes ao mesmo campo semântico em algumas situações e em outras não.

Isso nos leva a afirmar que os enunciados (1), (2) e (3) são fontes de diferentes significações que se entrecruzam no ato de dizer. Cada gesto de interpretação dado pelo leitor provoca um efeito de sentido que se faz na contradição, entre o dito e o não-dito. Como se tem visto: o sujeito não é a fonte do dizer, porque ele é afetado por diferentes formações discursivas, razão pela qual leva a marcá-lo ideologicamente. Dizendo de outro modo, se há diferentes interpretações sobre o mesmo fato (a morte/assassinato de Zamudio) é porque cada sujeito/leitor tem uma FD, geralmente diferente, sempre ligada a formações ideológicas, responsáveis pela produção de sentido. Afinal, como disse Orlandi (1999), o sujeito/leitor é aqui entendido como um indivíduo, que ocupa um espaço social, de onde ele é capaz de produzir um novo discurso que nunca se fecha em si mesmo, pois está sempre em devir, produzindo sentido, pois a “incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo” (ORLANDI, 1999, p. 36).

Cada sujeito/ leitor está legitimado a produzir sentidos diante dos títulos *online* em questão. Afinal, no próprio título há termos polissêmicos, ligados a rupturas, a criatividade, ao deslocamento de uma dada regra, pois cada um desses títulos se movimenta, simultaneamente, na diferença. Trata-se de diferentes sentidos que pertencem ao mesmo objeto simbólico. Tanto os sentidos quanto os sujeitos são múltiplos, por isso o dizer está sempre aberto a novas formas de ver o mundo. Se assim não fosse, não haveria a necessidade de produzir sentidos iguais na diferença (entre os títulos), ou seja, dizer dessa maneira e não de outra, cada uma delas eficaz ao sujeito. Por isso, torna-se viável admitir que os efeitos provêm do projeto discursivos dos referidos jornais, aliados à posição de cada leitor, que está sob o domínio da língua e da história. Seja o título com menos ou mais marcas avaliativas, nada o isenta de dizer diferente, mas aceitável, sob a condição de produzir novos sentidos.

4.2.2 O fato francês: Clément Mérec

Todo jornal *online* se preocupa com o título da matéria a ser veiculada. A maioria dos editores considera que o leitor se prende principalmente ao título, mostrando interesse por este e não por aquele tema. Uma matéria de repercussão mundial, por exemplo, depende de um título chamativo, imediato e provocativo. Segundo os manuais de redação, se o jornal tem a intenção de atingir o leitor a partir do título, então este deve ser criativo, dando um panorama geral do que será dito no texto produzido logo abaixo. Ora, percebe-se que os três jornais *online* produziram títulos diferentes, que tratam do mesmo fato, com construções semântico-discursivas bem diferentes. Analise-se o caso francês, contrastando-o com os anteriores, apontando pontos convergentes e divergentes entre si que repercutiram essa matéria em nível mundial:

- 1) El ultra de origen español acusado de matar a Mérec alega defensa propia (*El Mundo*).
- 2) Ataque neonazi en París: matan a golpes a un militante de izquierda (*El Clarín*).
- 3) Promotora acusa skinhead de morte de militante de esquerda em Paris (*Folha de São Paulo*)

Inicia-se a análise pelo título do *El Mundo*. Diante do recorte discursivo (1), percebe-se que a autoria do crime é atribuída a um único cidadão. O título, inicialmente, não dá a dimensão do caso, ao mostrar

que o suposto réu se defende da acusação, enquanto vítima, ao afirmar que a morte ocorreu em defesa própria. No título, o jornal descreve o nome da vítima antes mesmo de ser divulgado por outros jornais. É fato que se trata de um assunto de momento, já-dito por outros jornais, em outros lugares, ‘incentivando’ o leitor a buscar outros sentidos possíveis. Ao mesmo tempo, vê-se que o jornal *El Mundo* busca a objetividade ao relatar apenas informações factuais. Nesse título, não há informação sobre a relação existente entre a morte de Mérec que envolve questões políticas como será discutido num segundo momento. Há algo a ser dito além do título, mas é preciso buscar na memória, na história ocorrida há poucos dias.

Analisa-se o título do jornal *online El Clarín*:

(2) Ataque neonazi en París: matan a golpes a un militante de izquierda.

O enunciado (2) oferece elementos novos; outros traços não encontrados em (1). Diferente do jornal espanhol, (2) dá outra dimensão mais ampla ao caso, ao apontar já no título a relação entre neonazismo e militância de esquerda, em Paris. No entanto, diferente do título (1), a autoria em (2) é dada a um grupo, marcada pelo verbo matar na terceira pessoa do plural, um único (suposto) autor. Enquanto o título do *El Mundo* confirma que há somente um suposto autor, de origem espanhola, acusado de assassinato. O *El Clarín* aponta para um grupo neonazista como suposto autores que golpeiam a vítima até a morte sem terem os nomes relevados. A palavra “ataque” e “golpes” resultam no assassinato de um militante esquerdista. À primeira vista, pelo título, não se trata diretamente de um caso de encontro de um grupo de neonazistas e um militante homossexual esquerdista.

O leitor que se encontra diante desses dois títulos não consegue produzir sentidos similares. Afinal, os já ditos, que estão em cada um dos títulos, são bem diferentes. Isso pode produzir efeitos de sentido divergentes, ainda que abordem o mesmo fato. Portanto, há algo novo ainda a ser dito: enquanto o jornal argentino se debruçou à busca de palavras que dessem conta da construção de um enunciado com sentido impactante, como, “ultra” e “defensa”, o jornal francês usou estratégias para ressaltar a relação entre “ataque neonazis” e “matan a golpes”, ainda que a relação entre partido de esquerda e de direita não se encontra no jogo do dizer.

Pode-se inferir que cada jornal construiu um título com estratégias diferentes para atingir o leitor e, assim, produz sentidos diferentes para ele, a partir do mesmo fato narrado de diferentes lugares,

em contextos sócio-históricos distintos. Em síntese, são dois gestos analíticos marcados ideologicamente pela noção de recorte. Para fechar a primeira parte de análise desse trabalho, busca-se o título da matéria *online* sobre a morte do jovem militante francês, atribuída a um *skinhead*, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*. Parte-se do seguinte título:

- (1) Promotoria acusa skinhead de morte de militante de esquerda em Paris.

A *Folha de São Paulo* traz um resumo do caso divulgado há algumas semanas atrás pelos outros dois jornais *online* analisados anteriormente. O título do jornal brasileiro afirma que se há promotoria, ao que se pode deduzir que há réu. A partir daí, pressupõe que há outros sentidos no título que não foram ditos até então pelos dois jornais. Enquanto o jornal de *El mundo* não faz referência a nenhum tipo de grupo: neonazistas, *skinheads*, o *El Clarín* já dá uma pista de que a suposta autoria pertença a um grupo neonazista.

O jornal *Folha de São Paulo* constrói um título que mescla informações dos dois anteriores. A estratégia enunciativa não apresenta marcas avaliativas que possam apontar, explicitamente, a opinião do veículo, mas é atravessado já por outros dizeres. Afinal, o jornal não se restringe a anunciar a morte de um militante de esquerda atribuída a um suposto *skinheads*, mas sugere que o caso teve desdobramentos importantes, uma vez que já está sob julgamento da Promotoria, que acusa o suposto agressor pela morte, cujo nome não é divulgado. Há uma junção de um novo dizer (não dito antes) ao já-dito. Portanto, pressupõe-se que o sujeito/leitor da *Folha de São Paulo* procura outros elementos além do já-dito, porque este (sujeito) não é fonte do dizer. Este está afetado pelo já-dado por outras fontes noticiosas. Por esta razão, os sentidos produzidos pelo sujeito não são estáticos, estão sempre em devir.

Um ponto que precisa ser esclarecido: os três jornais usam termos diferentes no título, como *skinheads* e neonazistas como se fossem sinônimos. O colunista brasileiro Luiz Soares esclarece na matéria “Skinheads repudiam imagem polêmica divulgada por neonazista”, que os próprios *skinheads* não querem a imagem do grupo associada a neonazistas: “Repercussão de imagem postada por neonazista nas redes sociais revolta *skinheads*. Integrantes do movimento *skinheads* afirmam que Di Mauro não faz parte da causa. O jovem já foi preso por espancar gays e skatistas” (SOARES, 2013, p. 1).

Tal diferenciação mudaria, num primeiro momento, a análise que se propôs nos três títulos das matérias *online* analisadas aqui? Pensa-se

que não. Para a maioria dos sujeitos/leitores o assunto abordado não muda o rumo dos sentidos que se busca na leitura de cada título, uma vez que de fato há facções neonazistas com diferentes ideologias. No entanto, já se disse que todos os grupos neonazistas, sem exceção, mantêm o ódio ao homossexual, ainda que Soares tente mostrar que nem todo *skinheads* seja um neonazista, fundamentando-se na asserção de T. A., com 26 anos, usa da estratégia apenas as iniciais manter o anonimato: “Ele não é skinhead, é apenas neonazista”, acusando Antônio Donato Adson Peret, mais conhecido com o Donato di Mauro, que divulgou imagens nas redes sociais do enforcamento de um morador de rua, em Belo Horizonte. De acordo com T.A., o que espanta é que “[...] é a impunidade e um possível acobertamento da polícia em relação a estes crimes”.

No entanto, assegura-se que objetivo deste trabalho não é focar a diferença entre *skinheads* e neonazista, mas mostrar que a ideologia de cada um desses grupos se fundamenta nos pressupostos hitlerianos. Torna-se apenas necessário confirmar que tantos os *skinheads* quanto os neonazistas produzem sentidos nas matérias *online*, independente de que os jornais tenham usado um ou outro vocábulo (*skinheads*/neonazistas). À verdade é que há sinonímia entre os termos, o que certifica a autoria a neonazistas, independente de que facção venha pertencer.

Retome-se, desse modo, os pressupostos de que discursos sobre assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas fornecem diferentes sentidos convergentes e divergentes de acordo com as pistas avaliativas que o jornal utilizar para provocar sentidos no leitor. Diante desses três títulos, que registram o mesmo fato de lugares diferentes, observa-se que o sentido é um gesto atribuído pelo sujeito/leitor, que se dá justamente na contradição. Não há lugar na AD para questões que envolvem os efeitos de sentido sem a presença do sujeito, marcado sociocultural e ideologicamente. Há duas posições ideológicas que precisam ser colocadas em xeque sem que uma elimine a outra. De um lado, um sujeito/homossexual (e vítima), do outro, um sujeito/neonazista (executor da ação) que, em nome de um ideal, busca objetivos diferentes: o homossexual – expressar livremente a condição sexual do desejo pelo mesmo sexo (senso comum, de opinião); do outro lado, o grupo neonazista – com liberdade de pensar e “agir” de acordo com seus ideais. No entanto, ambos estão sujeitos às leis que regem seus países.

Cabe, assim, dizer que cada título analisado em questão coloca um executor e uma vítima na cena do crime. Afinal, trata-se de um assassinato que produz deferentes sentidos atribuído a um sujeito, que segue uma ideologia neonazista. Essa posição que o leitor ocupa é

responsável pelo gesto de interpretação, pela produção de novos sentidos, independente de que o executor tenha sido um *skinheads* e/ou neonazistas.

Percebe-se que a *Folha de São Paulo* (como *El Clarín* e *El Mundo*) aponta para outros grupos legitimados socialmente que incitam o ódio a homossexuais. Trata-se de executores, que (no silêncio) produzem sentidos, quando atacam homossexuais, provocando confrontos nas ruas, registrados por diferentes agências de notícia. Faz-se referência aos políticos franceses direitistas e esquerdistas, que de alguma forma, pregam ideologias diferentes, mas que não chegam a admitir abertamente no ideal de vida, a morte/o assassinato de homossexuais, mas, implicitamente, fazem apologia ao crime. Grupos dos direitos humanos lutam contra a opressão das sexualidades hegemônicas, buscando oportunidades de liberdade de expressão – de ir e vir – e, por fim, pela desnaturalização de hegemonias heteronormativas.

Cada título recortado pelo jornalista foi colocado em planos fechados. Cada um deles teve a função de buscar para si as palavras para compor o título, considerado um dos pontos principais para a chamada da matéria em uma determinada editoria. O que se percebe é que em cada título há a formação de uma família parafrástica: “espaçamento”, “tortura”, “ataque”, “morte”, “assassinato”, do outro lado, “homossexual”, “gay”, “neonazista”, “skinheads”, “antifascista”, “ultradireitista”, “ultraesquerdista”. Estas marcas avaliativas se constituem no conflito entre o dito e não-dito, razão pela qual se parte do pressuposto de que há sentidos, presentes nos títulos analisados até então, responsáveis pelos diferentes efeitos de sentidos, que podem ser estes e não outros. Cada uma dessas palavras, que compõe o recorte de cada título, está sob o jogo dos sentidos. Esses sentidos são encontrados em classes diferentes de palavras, mas querem dizer o mesmo, algo semelhante, de forma diferente.

Retoma-se Lagazzi (2009), para quem é importante a concepção de materialidade significante. Cada recorte nada mais é do que uma palavra, uma frase/enunciado que faz parte de outros dizeres. Afinal, sempre se afirmou que o discurso se realiza na língua e na história (ORLANDI, 1996; 1999; 2012; LAGAZZI, 2009).

Cada discurso, afinal, possui diferentes materialidades (isso foi o que se viu no título de cada matéria significante), decorrentes do efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante da história. (LAGAZZI, 2009). Isso nos faz pensar, ainda, que o trabalho de interpretação no discurso que se toma para análise não tem começo, nem

fim, pois, como se tem dito, seguindo Orlandi (2012), o sujeito não é a fonte do dizer, pois cada discurso se constrói no entremeio, na constituição da AD, a partir da contribuição da psicanálise (lacaniana) e do materialismo histórico. Por isso, a incompletude discursiva é um dos conceitos principais que faz parte da AD. Essa é uma das razões pela qual nenhum discurso consegue esgotar a significação. Ele é gerador de sentidos que não acabam nunca. Esta noção de “já-dito” vem registrado desde os pré-socráticos, dentre eles, Heráclito, o obscuro, para quem todo discurso se constrói a partir de outros discursos. Segundo Heráclito, não há origem, porque o primeiro dizer é o deus (não no sentido religioso) que produz o primeiro movimento das coisas. A partir daí, os sentidos se multiplicam, porque tudo é devir, e movimento de sentido para explicar o mundo.

Para Heráclito:

[...] o oráculo de Delfos não declara nem oculta, mas significa, define, com certeza, o seu próprio discurso. Sentindo a insuficiência do sistema linguístico para desvendar o mistério do mundo, desenvolveu uma linguagem ambígua, alusiva, multissignificativa, apta a apanhar a complexidade da realidade apenas entrevista, discurso que gera outros discursos em corrente sem fim determinável (FRAGMENTO B, d10).

Por fim, o tipo de estratégia discursiva (posta no título) que pautou nossa análise até este ponto: mobilizar o jogo, em que os dizeres se multiplicam, os significados são cambiantes, sempre em movimento, fazendo fluir outros sentidos que vêm de outras fontes, sob outros olhares, cujo sujeito, sempre submetido aos deslizos e aos equívocos da língua, confirma a possibilidade de outro sentido, ainda não dito. O sentido está naquilo que se sente, naquilo que se constitui como tal. Mesmo em épocas tão distantes (VI. a C.), Heráclito, do ponto de vista da filosofia, já havia proferido que está atento aos discursos, “tanto ao discurso, tanto o já muitas vezes dito quanto o ainda não proferido. O Discurso gera o que é, e o que se diz. Gerando, o discurso restaura o movimento daquilo que propendia à rigidez letal.” (SCHÜLER, 1996). Em outras palavras, para dar movimentos aos diferentes sentidos que um discurso nos oferece, é preciso que cada um tome o lugar de analista, como fez Heráclito, é reconheça que o discurso é fonte de dizer que não esgota a significação.

4.2.3 O fato brasileiro: Marcelo Campos

A *Folha de São Paulo* registra explosão em *Parada do Orgulho Gay*. Para se ter acesso a eles, é preciso buscá-los na Editoria de “Polícia”.

Leia-se o título:

- (3) Acusados de explosão em Parada Gay de SP são condenados por formar quadrilha.

Analisando-se (3), percebe-se que o jornal não faz referência ao nome da suposta vítima, nem ao do autor do delito. Nota-se, inicialmente, que há apenas o uso de expressões que remete o leitor a buscar respostas para identificar quem é o “condenado”, a que grupo pertence, que objetivos pretendia ao explodir o artefato na *Parada do Orgulho Gay* em 2010. O título aponta para um grupo no banco dos réus, que foi levado a julgamento e condenado por um ato criminoso: formação de quadrilha. O resultado da explosão não é mencionado; não há informações se houve feridos ou mortos.

No título, percebe-se ainda que há pistas que apontam para outros sentidos a ser ditos, que não estão explícitos. É que o sujeito atribui sentidos, quando identifica as marcas avaliativas na factualidade analisada. A primeira delas, diz respeito à expressão “formação de quadrilha”, que é ignorar que o terrorismo não tem relação com agressões contra movimentos que envolvem questões de gênero. Ainda que o termo “explosão” esteja associado ao terrorismo, não é interpretado pelas autoridades como um problema grave.

O recorte discursivo (título) pode provocar no leitor outros sentidos além dos já abordados até então. Por tratar-se de um ataque durante a *Parada do Orgulho Gay*, esse caso poderia ser divulgado como de homofobia. Isso mostra que não há evidências no título que comprovem essa acusação. Intui-se, no entanto, que quando um caso é tratado como de “formação de quadrilha” deixam de ser aplicados a ele outros agravantes, porque os elementos que o incriminam são menos atenuantes do que tratá-los como um caso de homofobia.

O leitor está diante de um título que produz certos efeitos de sentido diante do já-dado. Tendo em vista a teia semântica das palavras-chave no título, tais como “acusados”; “condenados” e “quadrilha” o leitor é levado a amparar esse dizer no campo policial. No entanto, como bem demonstrou Orlandi (2012) não há sentido *a priori*. Trata-se de um

sentido que é construído, a partir de uma interlocução, que se encontra ligada às CPs (contexto histórico, social), no caso, desse recorte.

Em face disso, é possível concluir-se que o título dessa matéria é tratado como um caso isolado dentre muitos que acontecem diariamente. Tornar um caso desses de nível internacional, possivelmente, provocaria outros efeitos de sentido. Esta é uma das razões pela qual a informação não chega a outras partes do mundo, uma vez que nenhum caso que envolve assassinatos de homossexuais praticados por neonazistas está registrado nos outros dois jornais estrangeiros *online*.

4.3 Abordagem prática II - texto

Na subseção anterior, buscou-se analisar somente os títulos das três matérias jornalísticas que tratam do mesmo fato: assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas. Percebeu-se que cada título da matéria *online* possuía determinados traços, que não apareciam em outros. O jornal ao produzir a matéria procurou sintetizar no título, informações que chamassem a atenção para o projeto do texto que o seguiria. Assim, em cada gesto de interpretação dado pelo sujeito/leitor, diante da materialidade significativa, percebeu-se que o leitor pode produzir sentido diferente, a partir do título. Há certas marcas discursivas presentes em um determinado título, enquanto no outro não. Algumas marcas avaliativas eram mais evidentes em um título do que noutro, vistas como pistas avaliativas para análise posterior como matéria significativa. Conforme Pêcheux (1975), o sujeito é um feito ideológico elementar que ocupa um determinado lugar no sistema de produção, afetado ideologicamente. Esse pressuposto também está ligado às

[...] evidências, incluído aquelas, segundo a qual uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possuía uma significação’ ou seja, incluindo a evidência da transparência da linguagem, esta evidência de que eu e você somos sujeitos – e que este fato não constitui nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1970, p. 30).

Enquanto sujeitos, nosso próximo passo é observar a produção de diferentes efeitos de sentido diante não mais dos títulos, mas das marcas avaliativas nas matérias jornalísticas que tratam do mesmo fato tomado como *corpus* nesta pesquisa. Em face disso, o sujeito/leitor deve observar em qual editoria encontram-se as matérias publicadas nos três

diferentes jornais e como essas segmentações em editoriais podem interferir no processo de interpretação em questão. De imediato, diz-se que esse modo de operar a separação gráfica no jornal poderá abrir caminhos para a produção de diferentes sentidos para diferentes direções.

Conforme citado anteriormente, o leitor produz diferentes efeitos de sentido diante da mesma materialidade significativa. Para adentrar-se ao foco dessa parte da análise, propõe-se retomar o conceito de recorte (ORLANDI, 1984; LAGAZZI, 2009). Orlandi (1984, p. 14) afirma que “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

Assim, retoma-se a ideia de que “o texto é o todo em que se organizam em recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Em outro momento, Orlandi procurou apontar a distinção entre “polissemia” (múltiplos efeitos de sentido) e “paráfrase” (repetição). Nesse caso, adverte-se que a ideia de recorte, na AD, liga-se naturalmente à polissemia e não à informação nova. O recorte é visto como uma instância, como um pedaço, um fragmento, que não pode, Nessa direção, ser compreendido na sua linearidade, como uma sequência de palavras ou frases que forma o texto – a unidade de significação no sentido usual.

Quer-se apenas alertar mais uma vez que, diferente do texto (discurso fixado pela escritura), o discurso é produto de outros discursos, gerado por diferentes dizeres. Por fim, uma vez que o sujeito é afetado por diferentes FDs, ele está, consequentemente, ligado às FI – diz Orlandi (1984). Isso faz com que o discurso seja visto como um todo que não se fecha. É característica de a linguagem estar sempre aberta a novas significações, o que garante ao sujeito/leitor que por mais que ele tente, jamais conseguirá esgotar o sentido do objeto de análise, porque a incompletude é condição necessária para quem (como sujeito) quer estudar discursos, como condição da própria linguagem. “Com essa ideia de incompletude apaga-se, em relação a turnos, o limite que separa o meu dizer e o do outro.” (ORLANDI, 1984 p.16).

A autora considera que o espaço que pertence ao texto jamais poderá fechar-se em si mesmo, pois ele tem uma relação com o contexto e com outros textos dependendo da situação. A partir daí, resta-nos reafirmar que o *corpus* deste trabalho – as sete matérias jornalísticas que tratam do mesmo fato jornalístico – tendem a produzir diferentes efeitos de sentido, por razões distintas, dentre elas, a que já se frisou no início

desse trabalho, a que editoria jornalística cada matéria pertence. Para a análise, em questão, parte-se dos pressupostos teóricos da AD com suportes de Pêcheux (1984; 1995; 1997; 1999) e interlocutores, como: Orlandi (1984; 1996; 1999; 2004; 2012), Lagazzi (2009), Maldidier (1997), Henry (1997), Courtine (2006), Authier-Revuz (2004), Achard (1999), Foucault (1970; 1999), entre outros.

Depois de analisar os títulos das publicações *online*, retomam-se para análise as matérias *online* que tratam do mesmo caso:

O caso Chileno: visão do *El Mundo*

MUERE UN JOVEN HOMOSEXUAL CHILENO TRAS EL ATAQUE DE UN GRUPO DE NEONAZIS

Daniel Zamudio, el joven que fue gravemente herido por un grupo xenófobo. El joven homosexual chileno que fue atacado por un grupo de neonazis a principios de marzo ha fallecido esta noche, según ha confirmado el equipo médico encargado de su recuperación.

Según los directivos de la Posta Central, el mayor hospital de urgencias de Santiago, Daniel Zamudio, de 24 años, murió después de que diera positivo en el test de apnea que se le había practicado.

Durante el periodo en que Zamudio estuvo hospitalizado sufrió un paro respiratorio que debilitó su organismo y estuvo conectado a ventilación mecánica prácticamente desde el mismo día que le internaron.

Según explicaron los médicos, debido al abrupto deterioro que tuvo durante los últimos días el estado de salud del joven, es poco probable que se puedan donar sus órganos.

Un grupo de neonazis que fue detenido por la policía y que será acusado por homicidio calificado, con una pena de cárcel de 40 años, agredió brutalmente a Zamudio el pasado 6 de marzo.

Víctima de la homofobia

Le arrancaron parte de una oreja, le marcaron el cuerpo con símbolos neonazis y le dejaron caer en varias ocasiones una gran piedra sobre el estómago y también sobre sus piernas e hicieron palanca en una de ellas hasta que sus huesos sonaron y la fracturaron.

Jaime Parada, portavoz del Movimiento de Liberación Homosexual (Movilh) dijo a los periodistas que "Daniel es una víctima de la

homofobia, del odio que tienen algunos por quienes tienen una orientación sexual distinta, y es para nosotros hoy un mártir ciudadano". Parada emplazó a los congresistas a que aprueben la Ley contra la Discriminación, aunque los propios diputados de la alianza derechista han rechazado, según han denunciado varios diputados de la opositora Concertación.

A la Posta Central llegaron esta noche, a entregar las condolencias a sus familiares, el vicepresidente de la república, Rodrigo Hinzpeter y el ministro de Salud, Jaime Mañalich.

También el cantante puertorriqueño Ricky Martin rechazó este ataque. "No más odio, no más discriminación. Espero que se haga justicia YA. Mucha luz para Daniel y toda su familia. #fuerzadanielzamudio", escribió el artista en la red social Twitter.

O caso Chileno: visão do *El Clarín*

CONMOCIÓN EN CHILE POR LA MUERTE DE UN GAY TORTURADO POR NEONAZIS

El joven Daniel Zamudio fue atacado durante una hora en una plaza. El grupo lo golpeó, lo marcó con esvásticas y quemó con cigarrillos. El caso reavivó el debate sobre la discriminación y cuestionó al gobierno y a los sectores conservadores.

El brutal asesinato de un joven gay por un grupo neonazi conmociona a Chile y ha reavivado el debate sobre la discriminación y la homofobia que perdura en el país: tanto es así que el caso ya es visto como un posible punto de inflexión en que el gobierno, la iglesia católica y evangélica y los sectores conservadores han quedado fuertemente cuestionados.

Daniel Zamudio, de 24 años, fue salvajemente atacado en un parque de Santiago en la madrugada del 3 de marzo pasado, y tras 25 días de agonía falleció el martes en el hospital donde estaba internado. Según detallaron los médicos, sus agresores se ensañaron de una manera inconcebible con él durante aproximadamente una hora: le arrancaron parte de una oreja, le marcaron el cuerpo con esvásticas, lo quemaron con cigarrillos y le arrojaron numerosas veces una enorme piedra sobre el estómago y las piernas, fracturándole los huesos. Murió de traumatismo craneoencefálico.

Los atacantes tienen entre 20 y 26 años, y cuatro de ellos se encuentran detenidos. En declaraciones preliminares ante el fiscal, reconocieron que tienen afinidad con un grupo neonazi y argumentaron que estaban borrachos cuando agredieron a Zamudio. Tres de ellos cargan con

antecedentes penales por ataques xenófobos. Si se los acusa de homicidio calificado, podrían ser condenados a 40 años. Zamudio trabajaba como vendedor en un local de ropa y estaba tratando de terminar sus estudios secundarios para luego estudiar teatro. El caso sacudió a la sociedad chilena, que salió masivamente a dar apoyo a la familia del joven. Centenares de personas depositaron flores, velas y mensajes de esperanza en las puertas del hospital. También hubo vigiliias y manifestaciones en distintas ciudades chilenas, mientras en las redes sociales se multiplicaron los reclamos de justicia.

El episodio dejó mal parado al gobierno de Sebastián Piñera, que aún no logra recuperarse de las protestas estudiantiles, porque no facilitó la aprobación de la ley antidiscriminación que sigue dando vueltas en el Congreso. En un intento por salir del aprieto, el presidente prometió que la muerte de Zamudio “no quedará impune” y que su caso “refuerza el compromiso total del gobierno contra toda discriminación arbitraria y con un país más tolerante”.

El ministro del Interior, Rodrigo Hinzpeter, no pudo eludir el tema de la ley antidiscriminación y se comprometió a agilizar su aprobación. Desde hace siete años se viene discutiendo la iniciativa, frenada por el principal aliado del gobierno, la Unión Demócrata Independiente (UDI), de derecha. La norma está destinada a proteger a las minorías raciales, sexuales y religiosas, y sanciona penalmente a quienes realicen acciones en su contra. “Vamos a trabajar incansablemente en nuestro Congreso para sacar nuestra ley de discriminación en el menor tiempo posible”, dijo Hinzpeter.

El vocero del Gobierno, Andrés Chadwick, fue más allá y propuso bautizar a la iniciativa como “Ley Zamudio”. “Sabemos bien que una ley no nos va a solucionar el problema que es mucho más profundo, esto tiene que empezar a transmitirse desde nuestra cultura, nuestra formación como sociedad”, destacó.

El proyecto de ley fue aprobado en noviembre en el Senado y pasó a Diputados, donde legisladores de la derecha oficialista –apoyados por instituciones católicas– manifestaron su negativa a sancionarla porquetemen que sea un primer paso para aprobar el matrimonio homosexual, prohibido en la actual legislación.

Mientras se demora esta ley, siguen vigentes en Chile normas absurdas y arcaicas. Por ejemplo el artículo 373 del Código Penal aún prohíbe que los homosexuales se besen en la calle porque “ofenden el pudor o las buenas costumbres”. Otro hecho que demuestra cómo aún perduran resabios autoritarios en el país, y que mereció la condena de la Corte

Interamericana de Derechos Humanos contra el Estado chileno, es el de una jueza a la que le retiraron la custodia de sus hijas por ser lesbiana. Por eso el ataque contra Zamudio no sólo impactó contra el gobierno, sino también contra otras instituciones de la sociedad chilena. Rolando Jiménez, titular del Movimiento de Integración y Liberación Homosexual, acusó a las iglesias católica y evangélica de incitar el odio hacia las minorías sexuales. Ante esto, el presidente de la Conferencia Episcopal, Ricardo Ezzati, salió rápidamente a condenar la agresión al joven que, dijo, se produjo en circunstancias “dolorosas y repudiables”

O caso Chileno: visão da *Folha de São Paulo*

Morre jovem gay espancado por neonazistas no Chile

Morreu nesta terça-feira Daniel Zamudio, 24, homossexual que foi agredido por membros de um grupo acusado de ser um movimento neonazista em uma praça de Santiago, no Chile, no último dia 3. O jovem ficou 25 dias internado no hospital central da capital chilena. Quatro suspeitos de terem dado os golpes, que têm entre 19 e 25 anos, estão em prisão preventiva, sob a acusação de homicídio qualificado. Os agressores poderão ser condenados até 40 anos de prisão.

Zamudio sofreu queimaduras de cigarros, foi marcado em todo o corpo com lemas e símbolos nazistas e teve parte de uma orelha cortada, segundo fotos reveladas pela família. O jovem ainda sofreu fraturas expostas nas pernas e golpes de uma pedra que foi jogada em seu abdômen.

Os supostos agressores, que possuem antecedentes por crimes de xenofobia, negaram as acusações. Zamudio sofreu uma parada respiratória que debilitou o organismo e respirou por aparelhos durante todo o período de internação.

O vice-presidente chileno, Rodrigo Hinzpeter, o ministro da Saúde, Jaime Mañalich, e deputados foram ao hospital nesta terça e ofereceram condolências aos familiares.

O caso causou comoção no Chile, onde seu estado clínico foi seguido pela imprensa local, e ganhou a atenção do cantor porto-riquenho Ricky Martin, que assumiu sua homossexualidade no ano passado e dedicou um prêmio ao jovem.

4.3.1 O corpo-morto - caso chileno

O chileno será o primeiro caso de repercussão internacional que se analisará aqui. Todos os três jornais *online* registraram a matéria na

editoria “Mundo”. No entanto, é possível perceber que há informações contidas explicitamente em um jornal *online* e, no outro, não. Dentre eles, os já citados: *El Mundo*, *El Clarín* e a *Folha de São Paulo*.

No início do texto, cada jornalista se propõe a descrever o caso em questão usando de estratégias que marcam a objetividade dessa escrita jornalística, o que não significa dizer que cada jornal não se inscreva discursivamente em cada forma de narrar a mesma factualidade.

Inicia-se com o texto da *Folha*:

No primeiro parágrafo, A *Folha de São Paulo* faz referência ao nome da vítima, que foi agredida por indivíduos pertencentes a um movimento neonazista. Nas primeiras linhas, o jornal afirma que a vítima é homossexual, chamada Daniel Zamudio, 24 anos, abrindo caminhos para diferentes interpretações. O referido jornal também não descreve como o jovem e o grupo se encontraram na Praça da cidade de Santiago, mas registra que houve um confronto, seguido de agressão, que deixou a vítima hospitalizada, em estado grave, levando-o à morte dias depois. A partir do desfecho do fato, as informações começam a aparecer. Em seguida, surgem como supostos autores do crime quatro cidadãos chilenos, cujos nomes não são revelados à imprensa e que apresentam faixa-etária entre 19 e 25 anos. Segundo a *Folha de São Paulo*, enquanto não houver autoria, haverá apenas suspeitos da morte do jovem.

Percebe-se que o jornal da *Folha de São Paulo* não pretende incluir os supostos réus, por enquanto, a nenhum grupo, ainda que esteja consciente de que a vítima é homossexual, vítima de homofobia. Percebe-se, aí, que há um apagamento de informações que não se encontra em outros textos, em outros jornais. No momento, não há como apontar a autoria do crime a um ou outro grupo.

A expressão “um suposto...” remete a um “não-dito”, levando o leitor a ver os crimes como autoria não comprovada de um grupo neonazista. Não há fato de que houve um encontro supostamente marcado antecipadamente entre a vítima e o autor(es), como também não há fontes que comprovem que Zamudio os tenha provocado, encontrando-os ali na praça por coincidência. Há apenas indícios de que o *modus operandi* é de neonazistas, uma vez que a ideologia de um grupo, dessa natureza, prega pelo ataque repentino, pois nunca atua sozinho, mas em bando. O lema de um grupo neonazista é negar sempre autoria, mesmo que haja provas robustas, é preciso sustentar a tese de defesa. Isso se comprova a partir do seguinte recorte discursivo: “os supostos agressores [...] negaram a acusação”.

Os supostos agressores são acusados de possuírem antecedentes criminais por “xenofobia”.

De acordo com Dicionário Houaiss (2001):

Xenofobia: s.f Desconfiança, temor ou antipatia por pessoas estranhas ao meio daquele que as ajuíza, ou pelo o que é incomum ou vem de fora do país. Sinônímia de preconceito. Que tem aversão às pessoas e às coisas estrangeiras.

Ora, vê-se que os supostos criminosos vão utilizar-se desse argumento diante das autoridades, pois a pena é mais branda do que a de um assassinato por homofobia. No entanto, a sociedade chilena parece conter-se, em geral, porque o crime foi classificado como xenófobo, não como homofóbico. Se esse for considerado um caso de xenofobia, então não haverá como apontar o motivo pelo qual Zamudio foi atacado, uma vez que ele não é estrangeiro e não há nenhum indício de que tenha sido confundido como tal.

Outro ponto interessante no texto jornalístico é o jogo político. Como se trata de um caso de repercussão internacional, o vice-presidente da República e o Ministro da Saúde foram ao hospital visitar Zamudio. Há uma necessidade de os políticos mostrarem preocupação com o fato que envolve grupos radicais. A autoria a grupos neonazistas aparece no último parágrafo, quando há um registro de que o corpo da vítima foi marcado com símbolos como a suástica de Hitler, o que pressupõe que o crime não é de xenofobia, mas de homofobia.

De acordo com Sousa (2013), a notícia é um dispositivo determinante, identificador, sistematizador. É papel do jornal buscar respostas diante do fato, como: O quê? Por quê? Quando? Onde? Quem? Já construído, o texto é resultado dessas questões (perguntas) conhecidas no meio jornalístico como “pirâmide invertida”, que objetiva narrar os fatos dos mais para os menos relevantes. A morte de Zamudio é um exemplo disso: chama a atenção do leitor já nas primeiras linhas da matéria veiculada. Essa é uma estratégia do jornal: buscar prender o leitor não só no título e no subtítulo, mas na abertura da matéria noticiosa. Essa é uma das razões pela qual o jornal coloca a chamada da matéria na editoria “Mundo”, cujo título agarra o leitor, informando-o nas primeiras linhas do texto de repercussão mundial (SOUSA, 2013).

Logo, depois de o leitor já estar informado sobre o que trata o fato, as informações vão das mais relevantes às menos relevantes. Aplicando essa teoria ao caso Zamudio, percebe-se que o leitor já está informado do fato nas primeiras linhas da matéria *online*. Nesse sentido, o leitor vai tecendo a matéria espaçadamente ao apontar provas contundentes contra o grupo neonazista, as quais aparecem mais à frente

no texto, quando o jornalista descreve o modo de operação dele: além de queimar com cigarro o corpo da vítima, decepou-lhe parte da orelha, mostrando o grau de crueldade. Esse é o lugar de repensar o passado, que castigava o criminoso (descrito anteriormente) num espetáculo ao público à moda foucaultiana em *Vigiar e punir*. O crime era aplicado ao corpo, levando-o ao suplício (FOUCAULT, 1975; BRAGA, 2010).

O corpo-morto de Zamudio oferece diferentes efeitos de sentido. Há um sofrimento carnal, na pele, na exposição do osso, da dor, da passagem da vida-morte. É desse lugar de sujeito que se produz sentidos: mas esse dizer não é único exclusivamente dele. O sujeito, segundo Orlandi (1984, p. 12-13) jamais poderá ser a fonte do dizer “[...] há uma ilusão de que ele é a fonte do sentido do que diz, quando na verdade retoma sentidos pré-existentes”. O dizer do sujeito se constitui principalmente por aquilo que ele próprio não conhece, mas se encontra ali presente em seu discurso.

Observa-se também que o proferimento do cantor porto-riquenho soou com outros sentidos: é preciso respeitar as diferenças, mas também se torna necessário punir os culpados, criminalizá-los pelos atos que levaram o jovem à morte. É preciso, diz ele, que a Justiça, com letra maiúscula seja feita. Esse dizer do outro vem ao encontro do dizer do referido jornal *online*: se condenados, os supostos neonazistas poderão pegar até 40 anos de prisão.

Em síntese, Zamudio, nesta primeira leitura, passa a ser visto como um corpo-morto que provoca revolta pela falta de justiça. Para neonazistas, o assassinato do chileno é visto como limpeza, purificação, o que difere de outros sentidos que surgem do lugar de onde o leitor faz o gesto de interpretação. É fato que cada leitor produz sentidos, que podem ou não ser diferentes, pois estão relacionados à posição que o mesmo ocupa. Neste caso, o sujeito/juiz, o sujeito/religioso, o sujeito/neonazista, o sujeito/ativista apresentam gestos de leitura diferentes porque possuem diferentes FDs. Esse é o lugar para pensar o discurso. Como disse Maldidier (2001, p. 205): “pensar el discurso como el lugar donde entabla la relación entre lengua e historia”.

Toma-se, agora, para análise, o mesmo fato – a morte de Zamudio – sob o ponto de vista do modo de noticiar de *El Clarín*.

Pretende-se observar os efeitos de sentido daqueles pontos não abordados na *Folha de São Paulo*. Ambos os jornais *online* narram a matéria na editoria “Mundo”. O jornal argentino marca a matéria por meio de adjetivações: “brutal”, “salvajemente”, “25 días de agonía”, “(...) le arracaron partes de una oreja, le marcaron el cuerpo com suvástica” “El caso sacudió a La sociedad chilena”, discriminación

tolerante”, “(...) y com um país tolerante”. Essas marcas avaliativas encontradas no jornal online *El Clarín* são responsáveis pelos efeitos de sentidos sobre o leitor. A partir delas é possível oferecer diferentes efeitos de sentidos, de acordo com a FD do leitor.

O jornal usa essas marcas avaliativas/adjetivações como uma estratégia de escrita para chamar a atenção do leitor de que a matéria aponta para uma suposta autoria de um grupo e não por um único suposto indivíduo neonazista. Isso significa que a fonte do dizer do jornal já está definida. Ainda que não interfira na interpretação da matéria em questão, atribui-se informação desencontrada. Nesse caso, para *El Clarín*, Zamudio tem 24 anos, para a *Folha de São Paulo*, 25 anos. Esse tipo de informação é dado pela agência primária que cuida do caso. No entanto, afirma-se que a polícia é considerada uma das fontes do dizer, representada por diferentes sujeitos. Assim como toda a memória é falha, torna-se possível que o mesmo sujeito (fonte do dizer) tenha fornecido dados em relação à vítima contraditórios como aparece nos referido jornais. Ainda que não haja provas sobre como os jornais obtiveram a informação, torna-se possível que um deles tenha buscado elementos não só junto ao órgão competente, mas também à família da vítima, o que justificaria a contradição da informação.

Em meio a esse grave episódio, percebe-se que há um pedido por parte da sociedade para que o governo aprove a lei contra a homofobia, frente à resistência da direita política. Fazem parte dessa ala católicos e evangélicos, que são radicalmente contra a aprovação do projeto de antidiscriminação gay “[...] Rolando Jiménez, titular del *Movimiento de Integración y Liberación Homossexual*, acusó a las iglesias católica e evangélica de incitar el ódio hacia las minorías sexuales”(EL CLARÍN, p.1).

Enquanto o jornal *Folha de São Paulo* tratou o caso, num primeiro momento, como xenofobia, percebe-se que o *El Clarín* o tratou como homofobia, uma vez que o próprio título da manchete traz a expressão “neonazista”. Isso nos levou a pensar em assassinato contra um gay, diferente do que a *Folha de São Paulo* narrou alertando o leitor de que o fato deveria ser tratado como um ataque a um jovem de 25 anos, cujo nome não foi revelado.

Há outros pontos interessantes a serem abordados. O *El Clarín* faz referência à posição de ativistas e de duas instituições eclesiásticas e, por fim, das duas alas políticas – a de esquerda e da direita:

- (1) Iglesia católica y evangélica y los sectores conservadores han quedado fuertemente cuestionados.

Diante desse recorte há muito por dizer, dependendo de que lugar o sujeito está e de que marcas avaliativas ele considera relevantes. Esses pontos de vista vindos de diferentes lugares que envolvem a morte de Zamudio não aparecem em *El Mundo*, nem em a *Folha de São Paulo*. Somente o *El Clarín* faz referência a cada um desses seguimentos da sociedade (ativista, católico, evangélico e setores conservadores da política), provocando efeitos de sentido diferentes, quando assumem seus lugares como sujeitos sociais, marcado sócio-historicamente e afetado ideologicamente. Os três campos que representam a sociedade são pressionados pela população para que se posicionem sobre uma lei contra a homofobia que está há muito no Congresso. No entanto, como regra geral, as igrejas católica e evangélica, neste sentido, baseiam-se no pressuposto de que “Deus fez o homem para a mulher”. Não há, portanto, espaço para um “terceiro” sexo: a prática homossexual. De igual forma, a ala política conservadora ultradireita também é contra a homossexualidade e tem, quase sempre, ligação com grupos religiosos de diferentes vertentes.

Há três materialidades discursivas que atravessam o *corpus* desse trabalho, a partir de *El Clarín*:

- 1) O da religião
- 2) Conservadores
- (3) Ativistas

Não há como prosseguir se não se resgatar da memória coletiva o posicionamento desses três pontos acima elencados. Mas antes, retome-se o conceito de “memória” de Orlandi (1999, p. 59): “[...] a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”.

Partindo do pressuposto de que os assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas vêm do passado, observa-se que o grupo de neonazistas, seguidor de Hitler, traz à cena o político e o histórico, atravessado pela língua e pela história, resgatando alguns dizeres, esquecendo-se de outros. A homossexualidade sempre foi tratada como tabu pela maioria dos povos que habita o planeta. Hoje, com mais intensidade; ontem, com menos perseguições, os homossexuais viviam silenciados, porque sabiam que a agressão era uma das respostas pelo simples gesto de ser identificado como tal. Tratava-se de um silêncio opressor, da época de Hitler, que faz ecos ainda nos dias atuais. Buscar na memória o holocausto (no nosso caso, os gays, como se verá, eram marcados com um triângulo rosa) é registrar o silenciamento imposto pelos nazistas aos homossexuais, produzindo sentidos opressores, no

papel da tortura, da censura de expressar-se como tais. Uma vez identificado o homossexual, segundo informa o jornalista Manuel P. Villatorio (2013, p.1), Hitler permitia que os médicos “extirpasen el pene para curar la homosexualidad” e, depois, o levassem para o campo de extermínio, porque as pesquisas médicas eram apenas uma parte do projeto a atingir.

Os homossexuais, retratados naquela época (1945), eram vistos como doentes mentais. Essa era uma das justificativas para tratá-los com portadores de patologia grave. Na AD, um acontecimento discursivo, dessa natureza, desencadeia-se num processo de produção de sentidos, diante da repressão, acarretando num discurso de cunho nazista. Esses efeitos de sentido (mesmo no silenciamento) produzia a opressão, o desespero de ser identificado como homossexual, que seguramente iria para os campos de concentração, nas câmaras de gás. Esse evento atravessa tanto a história quanto a sociedade, afetando o sujeito (enquanto instituição social) não só político, mas principalmente cultural e moralmente (ORLANDI, 1999).

Orlandi (2012) busca referências para assegurar o conceito de esquecimento que ela toma de Pêcheux (1975). Há uma fragilidade, segundo o francês, ao conceber-se o esquecimento como pertencente ao espaço da memória. Essa é uma das razões pela qual o próprio esquecimento se esvai em duas direções: aquele que escapa à inscrição; na verdade, nem chega a inscrever-se, e o outro que, quando dissipado, é sugado pela memória, como se não houvesse acontecido. É fato, portanto, que o acontecimento, enquanto recorte, não relembra de tudo o que ocorreu. Faz parte do jogo discursivo que o esquecimento aconteça de fato. Portanto, como bem disse Orlandi (1996, p. 61), “Falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também para apagar novos sentidos possíveis, mas foram estancados por um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, des-significados”.

Ponto de vista religioso

O jornal *El mundo* não faz referência a questões religiosas, conforme se salientou anteriormente, diferente de *El Clarín*, que deixa marcas linguísticas na escrita referindo-se a essa instituição.

Católico

Diante do assassinato de Zamudio, percebe-se que a instituição eclesiástica, mesmo sendo contra a homossexualidade, manifestou-se contrária à violência praticada contra o jovem. Trata-se, segundo o sujeito eclesiástico, antes de tudo, de um ser humano e cidadão chileno. No discurso religioso, a homossexualidade é apagada. Não há discursos sobre as causas e as consequências de ser e estar homossexual. O que existem são discursos de resistência de outros sujeitos, tentando isolar o indivíduo do seio social por justificativas infundadas. Um desses discursos de resistência contra o “terceiro” sexo é o eclesiástico, que os julga dentro de uma política do silêncio. O efeito de sentido provocado pelo discurso religioso na sociedade sobre assassinatos de homossexual por neonazistas deve ser visto como um ato pecaminoso: ninguém está legitimado a tirar a vida de um ser humano, senão Deus, razão pela qual há um pecado diante dos homens e outro diante dEle. Mas, por outro lado, a igreja usa o perdão como forma de redimir os pecados, pois no discurso religioso, há lugar para o perdão, que inclusive se estenderia a Hitler. Para a igreja, no caso de Zamudio há um assassinato, mas deverá haver perdão divino. Não importa, portanto, para a igreja, o *modus operandi* do grupo neonazista, mas a morte em si, o perdão já não se estende ao corpo-morto, mas à alma, que só Deus tem o direito de julgar: do inferno ao paraíso. Após o crime, tem-se apenas um corpo. Cabe, assim, afirmar-se que o discurso da igreja católica é velado, silenciado, esquecido propositadamente para não entrar em confronto com outras instituições públicas, com a sociedade em geral, quando o assunto é a homossexualidade (ou a prática de). Há a necessidade de manter a neutralidade. Na posição do referido discurso da igreja católica, é preciso manter mudança na lei contra os agressores, mas, ao mesmo tempo, é necessário opor-se a outras questões, como casamento gay, relação homoafetiva. Esses são sentidos atribuídos à igreja em relação à morte de Zamudio, que não condena o pecador, mas o pecado em si.

Evangélico

Já as instituições eclesiásticas evangélicas, representadas pelo sujeito/pastor, opõem-se contra o assassinato de Zamudio. Para elas, trata-se de um corpo-morto que mostra o quanto o homem se encontra afastado de Deus. A questão da homossexualidade também não é tema dos sermões diários. Trata-se de uma questão velada, da mesma forma que a católica. Acredita-se que a homossexualidade é um problema espiritual, portanto há como curar o desvio da orientação sexual.

Em se tratando do caso Zamudio, os evangélicos veem esse corpo-morto como o resultado de um distanciamento de Deus, independente de quem é a autoria do assassinato. Os evangélicos não fazem apologia ao crime, mas combatem a homossexualidade. Neste sentido, o corpo-morto de Zamudio torna a alma a ser fadada ao inferno, por isso responderá pelos atos da condição de ser homossexual. Nessa mesma linha de raciocínio, o evangélico também não aprova a lei a favor do casamento gay ou dos direitos legislativos em relação à homoafetividade, porque foge aos preceitos bíblicos. Não há meio termo para os evangélicos: só há vida ou morte eterna. Os evangélicos afirmam que não combatem o ser humano, mas a condição homossexual daquele que nela se encontra.

Portanto, o pastor (enquanto sujeito que ocupa um lugar social) está legitimado a falar como Deus, produzir efeitos de sentido que vão além do já-dito. Há alas evangélicas mais radicais que outras. No entanto, em se tratando de homossexualidade, de lei contra a homofobia, todos os evangélicos, sem exceção, todos reprovam matérias políticas dessa natureza, pois o pastor tem representatividade junto ao povo. A morte de Zamudio, para os pastores, é decorrente do distanciamento de Deus. Ela é a representação do mal na terra. O pastor tem como princípio eclesiástico combater a homossexualidade em sua homilia, pois se assenta no pressuposto divino de que a cura gay existe. Portanto, do ponto de vista eclesiástico, o ato homossexual deve ser combatido com o intuito de resgatar a criatura (homossexual) do mal. O pastor, enquanto instituição, ocupa o lugar de Deus, fala como se fosse Ele, sem questionamentos. Aceitar a homossexualidade no âmbito religioso seria ir de encontro a discursos pregados pela bíblia. Zamudio, enquanto corpo-morto, é o exemplo de que a homossexualidade não é o caminho para quem tem desejo de encontrar o paraíso bíblico. A partir daí, admite-se que a morte da vítima produziu diferentes efeitos de sentido. O sujeito católico, o sujeito evangélico/pastor, o sujeito/ativista (como será mostrado posteriormente) apresentarão posições diferentes porque são afetados pelo teísmo *versus* ateísmo. É preciso perceber que os evangélicos não fizeram nenhuma referência direta ao grupo neonazista, mas defenderam a punição aos supostos réus pela morte brutal de um cidadão e não de um homossexual.

Ponto de vista ativista

Os ativistas são contrários às ideologias eclesiásticas, independente da vertente a que pertencem, razão pela qual o corpo-

morto do jovem é o lugar de onde se pode dizer algo além dos já-ditos. O gesto de leitura do ativista vê o corpo-morto de Zamudio como uma via contrária à eclesiástica: uma proposta de liberdade de expressão; de amar e ser amado independente de ser ou não uma relação homoafetiva. Independente de onde venha a voz dos ativistas, enquanto sujeitos/representantes de uma classe minoritária, estes lutam pela aprovação de uma lei que recrimine a homofobia. Desse modo, exigem o reconhecimento legal das autoridades competentes para evitar que os neonazistas continuem agindo impunemente. Para eles, torna-se necessário uma punição ao grupo respaldada na lei. Os supostos agressores “podrían ser condenados a 40 años” de prisão, “si se los acusa de homicidio calificado”. A lei que se encontra no Congresso chileno contra a homofobia, desde 2009, até hoje, não foi aprovada. Assim, os ativistas reivindicam a aprovação dela para que esse caso não caia no esquecimento, como tantos outros.

Percebe-se que há uma parte de congressistas que pede que a lei contra a homofobia seja aprovada para casos como esse, sugerindo chamá-la “Lei Zamudio”. Essa sugestão aparece tanto em *El Clarín*, quanto em *El mundo*. Ambos os jornais *online* advertem que tanto parte dos congressistas de esquerda quanto os de direita não são a favor da lei da discriminação sexual. Ainda que haja pressões de movimentos sociais registradas em todos os meios de comunicação, inclusive nos jornais até então analisados, não há agilidade na aprovação do referido projeto. O que há é um silenciamento que parte dos congressistas direitistas e esquerdistas, ainda que em ambos os jornais há registros de condolência por parte do Presidente e do Ministro da saúde do Chile.

Outro ponto crucial. Diferente dos jornais *El Clarín* e *a Folha de São Paulo*, *El Mundo* é o único que faz referência direta ao fato de que não houve testemunha para o caso ocorrido na praça em Santiago.

O jornal *El Mundo* apresenta diversas marcas de adjetivação, cujo objetivo é avaliar o caso, em questão, na imparcialidade. Estas pistas ajudam a chamar a atenção do leitor para o caso factualmente narrado como “grave”. No primeiro parágrafo, o jornal não faz referência à autoria do assassinato por grupos neonazistas, mas por xenófobos. A carga semântica entre ser julgado como neonazista e como xenófobo aponta para penalidades bem diferentes aplicadas ao sujeito da ação.

Aqui, percebe-se o valor semântico das marcas avaliativas do recorte: pertencer a um grupo neonazista é ir de encontro ao já recriminado pela humanidade, nos tempos do regime ditatorial de Hitler, buscar no diferente o resultado de pesquisas; usar o homossexual como cobaia em nome de uma raça suprema. Ser neonazista é um seguimento

(nos dias de hoje) também sinônimo de intolerância com a minoria homossexual. No entanto, ao ser acusado como xenófobo, o grupo se protege de outros agravantes da lei, tornando a punição mais branda, aplicando a lei de acordo com o código penal, a partir desses e não daqueles agravantes legais. Faz sentido, então, que a defesa peça o julgamento dos réus por crime de xenofobia e não de homofobia. Ser xenófobo, nesse caso, isentá-los-ia de 40 anos de prisão.

A gravidade desse caso, registro na editoria “Mundo”, segundo o jornal *El Mundo*, levou Zamudio à morte, pois respirava por ventilação mecânica. Estar nessa condição, significa em termos médicos, de que não há muito que fazer pela vítima, uma vez que o coração continua batendo, mas o cérebro já está sob o efeito de hipóxia (falta de oxigenação). Estar sob ventilação mecânica é procurar adiar os dias do jovem já morto. Provocam sentidos diferentes no leitor, dizer que Zamudio está morto ou que está respirando artificialmente. Essa é uma das estratégias usadas pelo Governo para manter a ordem social, deixando a impressão de que o jovem deu entrada ainda com vida no hospital, vindo a falecer depois dos procedimentos padrões adotados, o que frearia parcialmente as manifestações sociais não só nos veículos de comunicação escrita e/ou oral (televisiva).

Veja o que diz o referido jornal *online*:

Durante el período en que Zamudio estuvo hospitalizado sufrió un paro respiratorio que debilitó su organismo y estuvo conectado a ventilación mecánica prácticamente desde el mismo día que le internaron (*El Mundo*).

O que chama a atenção é que no primeiro parágrafo o grupo é denominado de “xenófobo”. Seguindo a leitura da matéria, percebe-se que o grupo já foi identificado como “neonazista”. Portanto, se a jurisprudência entende que o grupo agiu por questões ideológicas, então a tese de que atuaram desse modo por serem xenófobos e por estarem bêbados não se sustenta diante do tribunal. Mais uma vez o termo “bêbado” é usado pela defesa para justificar a ação involuntária, desqualificando-o como autor da prática delituosa, sob o efeito do álcool, tentando classificá-lo como homicídio qualificado sem a intenção de matar. A pena seria menor; não chegaria aos 40 anos de prisão.

O agravante se sustenta, quando os jornais relatam que de fato há um crime de cunho homofóbico pelo *modus operandi* do grupo, desqualificando a tese da defesa levantada anteriormente.

Le arrancaron parte de una oreja, le marcaron el cuerpo con símbolos neonazis y le dejaron caer en

varias ocasiones una gran piedra sobre el estómago y también sobre sus piernas e hicieron palanca en una de ellas hasta que sus huesos sonaron y la fracturaron (*El Mundo*).

Essa descrição do caso feita passo a passo também se encontra registrada similarmente em *El Clarín*. Ambos os jornais acusam o grupo de agir em nome de uma ideologia nazista. Já a *Folha de São Paulo* em nenhum momento descreve/ou narra o ocorrido. Quando o jornal *El Mundo* (assim como *El Clarín*) busca na agência as primeiras informações, está-se isentando da subjetividade. Mas, ao mesmo tempo, não consegue negar as marcas avaliativas que atestam a autoria do homicídio: “Arrancaram-lhe as partes de uma orelha”, “marcaram o corpo como símbolos neonazistas”, “deixaram cair uma pedra sobre o estômago...”, “atravessaram um ferro em uma das pernas, deixando as fraturas expostas”.

Em face dessas atrocidades cometidas contra Zamudio, as marcas avaliativas encontradas na publicação do *El Mundo* deixam a “assinatura” do grupo reacionário que assassinou o jovem chileno: a marca da suástica neonazista. Ainda que a prática delituosa tenha sido realizada no silêncio, os supostos autores não fazem questão de esconder a ideologia que seguem pelo desenho feito à faca no corpo da vítima ainda vivo. Aliada a essa posição social, os neonazistas usam a brutalidade para justificar o ato em nome de uma limpeza étnica, que objetiva distanciar os pedófilos em potencial, os doentes mentais (os homossexuais) e outras sub-raças da sociedade ariana. O ato de arrancar a orelha, atravessar uma barra de ferro nas pernas é para o grupo neonazista uma “ação concluída com sucesso”, vitórias dos seguidores do bem social (SOUSA, 2007).

É égride observar que essas marcas avaliativas encontradas no *El Mundo* não foram suficientes para incriminar diretamente os réus no processo. Há outros jogos políticos (infundados ou não) que tentam justificar a inocência do grupo. Um deles é passar a ser vistos como xenófobos, o que mostra o quanto o sistema penal pode ser falho, passível de erro.

Assim como no *El Clarín*, *El Mundo* também faz referência a ativistas, dentre eles, Jaime Parada, considerado o porta voz do Movimento Gay denominado “Liberación Homosexual”. Ao buscar-se o que ainda não foi dito, mas pressupõe-se que seja possível ver desse modo, o referido ativista afirma que:

Daniel es una víctima de la homofobia, del odio que tienen algunos por quienes tienen una

orientación sexual distinta, y es para nosotros hoy un mártir ciudadano (p.1).

A condição de ser vítima de grupos homofóbicos mostra o quanto a sociedade é ainda reacionária contra a violência cotidiana. Essa ação de(re)agir por parte dos cidadãos se encontra nos três jornais analisados aqui. Em face disso, pode-se afirmar que as marcas avaliativas aparecem em evidência (em negrito e sublinhado) nos *El Mundo* e *El Clarín*. A *Folha de São Paulo*, nesse aspecto, é mais reservada à produção e publicação de matérias noticiosas dessa natureza. Esse “eu” se encontra nessas adjetivações encontradas implicitamente nessas factuaisidades, sem que o leitor perceba muitas vezes que a interpretação feita por ele está sob o domínio do ideológico.

Outro ponto relevante diz respeito ao discurso da ala política. Essa posição contra o assassinato de Zamudio já aparece no *El Clarín* e, agora, no *El Mundo*. Nesse caso, está-se referindo à posição política ultradireitista, que é contra a aprovação da lei de discriminação de homossexuais. O ato de discriminar é separar o que é bom do que é ruim no âmbito social, de acordo com os neonazistas. Mas, afinal o que se considera bom ou ruim numa (e para uma) sociedade? Trata-se de uma questão que envolve outros conceitos que não aparecem nas publicações dos dois referidos jornais, muito menos na *Folha de São Paulo*. Segundo o dicionário Houaiss, “discriminar” pode também ser entendido como “estabelecer diferenças com base em preconceitos”. Essas diferenças não são unânimes numa sociedade, o que caracteriza os afetos e os desafetos entre os parlamentares. Conforme já se disse na análise do discurso do *El Clarín*, no discurso do *El Mundo*, os políticos religiosos se encontram em posição de instituição eclesiástica, muito pouco de política. Há uma confusão de que lugar o sujeito está falando ao posicionar-se contra a discriminação: do religioso ou do político. Já a *Folha de São Paulo* não faz referência alguma a questões ideológico-eclesiásticas. Para resumir o fato, os jornais terminam narrando isentamente a posição política tanto de esquerda quanto de direita: pela punição dos culpados, enviando aos familiares condolências. Dos três jornais, só a *Folha de São Paulo* mais uma vez não referência a essa passagem.

O que chama a atenção, nesse caso, é que os discursos colhidos pela polícia (da agência primária) vêm de outras diferentes fontes, o que dificulta ainda mais a identificação do(s) executor(es) da ação criminosa. Nesse sentido, pode-se dizer que há vários discursos que se contradizem em torno da morte de Zamudio atribuída aos neonazistas, mas todos os sentidos neles dados são aceitáveis, pois produzem

sentidos pertinentes a uma logicidade dentro de cada posição discursiva que se assuma. Há, nesse caso, sentidos ainda silenciados, outros excluídos, outros ainda poderão vir a significar no futuro. Isso significa que o discurso que trata do assassinato de Zamudio está presente no domínio da língua, registrado já na história recente da política e da cultura do Chile, que não corresponde a um dizer fechado, mas aberto a outras interpretações. Cada leitura é um gesto de interpretação diante desse fato.

Zamudio (enquanto corpo-morto) provoca outros sentidos, outros não ditos, outros pressupostos. Chama-se a atenção para o fato de que o Chile é um país que ainda não se abriu totalmente a questões que abrangem problemas de gênero, mais especificamente como as que envolvem o caso Zamudio. Envolver-se com discursos que dizem respeito a grupos neonazistas e morte de homossexuais, nesse caso, provoca no leitor debates calorosos em diferentes setores: sócio-político-econômico, nas academias chilenas, argentinas, brasileiras, espanholas, em diferentes abordagens, sejam elas sociológicas, antropológicas, médicas, psicológicas, religiosas, políticas, em geral, do senso comum. O caso Zamudio envolveu a comunidade internacional. Esse jogo de ir e vir faz parte da própria memória, do próprio modo de governar os sentidos dos gestos políticos atuais e futuros. São eles que, em grande parte, dão sentido à sociedade, em meio às contradições políticas das instituições. Isso significa dizer, nas palavras de Orlandi (1999, p. 66), que o já-esquecido não está fora da memória; não foi olvidado totalmente, ou trabalhado exaustivamente, nem transferido, nem metaforizado. Na verdade, “está in-significando, de-significando”.

Em resumo, esses três posicionamentos discursivos sobre o assassinato de Zamudio, do ponto de vista dessas duas vertentes eclesiais e de ativistas, têm pontos em (in)comum com a morte desse homossexual atribuídos a neonazistas. Pela perspectiva discursiva, compreende-se que há dificuldades para a formulação de uma resolução concreta para o caso. Há interpretações que são influenciadas pelas diferentes marcas avaliativas encontradas em cada jornal. Elas resultam dos diferentes leitores de FDs diversas, às quais se filiam os sujeitos. Por isso, a AD insiste na observação de que o sujeito é interpelado por uma ideologia, o que resulta em diferentes dizeres em torno da morte de Zamudio. Cada jornal registrou o fato de um lugar marcado pela língua e afetado por aquilo que naquele lugar tornou possível aquele dizer e silenciou outros dizeres. Por isso, cada leitor sujeito/leitor, diante da notícia do assassinato, a interpreta diferente porque as formações discursivas e ideológicas nunca são as mesmas. Cada leitor busca na

memória o já-dito sobre a ideologia nazista, no que se refere à orientação sexual, aceitando-a, refutando-a de acordo com suas vivências.

Para dar sentido a cada texto/discurso que diz respeito à morte de homossexuais atribuída a neonazistas, observa-se que todos os jornais *online* que aqui se analisou apresentam marcas avaliativas, responsáveis pelos efeitos de sentido.

Estas marcas avaliativas analisadas no *El Clarín* e no *El Mundo* são adjetivações que têm uma função: informar o leitor de que não se trata de um caso normal de homicídio além do já-dito. Mesmo que a materialidade signifiante, em questão, demonstra que o partido de direita extremista é contra o matrimônio gay, observa-se que estes se justificam junto à sociedade, ao considerar que o autor ou autores do crime deixaram de usar a razão, esquecendo-se que de há uma lei que os punirá pelo ato cometido. Portanto, falar de interdiscurso em relação a um discurso como esse implica falar de memória. Ou seja, tudo já foi dito em outros lugares, independente, já-esquecido, que determina o que se diz, o que se pensa e o que se faz. No entanto, diz a autora, quando se pensa a linguagem discursivamente, não significa um movimento de retorno ao mesmo ou/e ao já-dito (ORLANDI, 2012).

Como já se disse em outro lugar, o referido jornal *online El Clarín* inicia a narração do fato mais importante, para o menos importante (a pirâmide invertida já anteriormente citada). O estado de coma de Zamudio é decorrente dos golpes sofridos pelos neonazistas, cujo registro está na expressão: “[...] le arrancaron parte de una oreja, le marcaron el cuerpo con esvásticas”. Aí, percebe-se que o jornal aponta para uma ideologia que prega o ódio a uma minoria. A marca da “suástica” no corpo da vítima aponta não para um único autor (enquanto indivíduo), mas para indivíduos interpelados pelas ideologias, ou seja, transformando-se em sujeitos sociais, ao usar a expressão verbal “arrancaron”. Portanto, a violência é gerada por um grupo social que, em nome de um ideal, pratica atrocidades contra homossexuais, ao agir acima da lei. A suástica simboliza/entrega a autoria do grupo, que tem como característica agir no silêncio (DIAS, 2007).

Se silenciar, de acordo com Orlandi (2012), é também opressão, então o silenciamento pode ser compreendido, neste caso, como acuação à vítima. Outro sentido que existe no silêncio diz respeito ao lema das cartilhas neonazistas (e-books *online* à disposição para baixar nas redes sociais): negar às autoridades a autoria do crime, mesmo que haja testemunhas. Permanecer calmo; silenciar-se mesmo diante de provas já dadas como válidas nos autos do processo. (DIAS, 2007).

No *El Clarín*, encontram-se enunciados como: “El caso sacudió a la sociedad chilena” “[...] no quedará impune”, “Vamos a trabajar incansablemente en nuestro Congreso para sacar nuestra ley de discriminación temen que sea un primer paso para aprobar el matrimonio homosexual”, “Código Penal aún prohíbe que los homosexuales se besen en la calle porque ofenden el pudor o las buenas costumbres”. Todas estas marcas de adjetivação presentes nos enunciados justificam os diferentes os efeitos de sentido que a matéria que informar ao leitor.

Ora, vê-se que o jornal resgata questões ética e política: “sacudir a sociedade chilena” e “não ficará impune”, são outras marcas de subjetivação complementares que produzem outros sentidos: de impunidade, por tratar-se de um caso ainda em julgamento, o qual apresenta evidências a favor e contra à vítima. No texto, há outros sentidos sempre presentes; estão sempre em movimento, diz Orlandi (2012). Eticamente, a sociedade precisa de resposta, de aplicação da lei, sem interferência de ideologia religiosa e/ou política ou de qualquer outra natureza. Nesse sentido, pode-se asseverar que o povo chileno espera é que independente de quem seja o autor ou autores do crime, a punição deve ser aplicada, conforme a lei, uma vez que o direito de Zamudio de ir e vir foi-lhe negado. A sociedade espera que o caso não fique impune – afirmam os ativistas chilenos.

Nos últimos parágrafos, o jornal noticia a morte de Zamudio depois de 21 dias hospitalizado, razão pela qual grupos sociais (dentre eles os ativistas) exigem penas aos agressores: “Vamos a trabajar incansablemente en nuestro Congreso para sacar nuestra ley de discriminación temen que sea un primer paso para aprobar el matrimonio homosexual”, “Código Penal aún prohíbe que los homosexuales se besen en la calle porque ofenden el pudor o las buenas costumbres”.

Os ativistas, que lutam contra os ideais políticos de direita principalmente exigem que a lei da discriminação contra os homossexuais, que já se encontra há alguns anos no Congresso, seja colocada em votação. O caso Zamudio pode ser considerado um ponto de partida para pressionar partidos de direita extremista que, mesmo afirmando que não compartilham a morte de Zamudio, consideram a lei do matrimônio gay uma afronta à sociedade, principalmente àqueles ligados a ideologias religiosas, estendendo-se a de grupos neonazistas. Em complemento, no Chile, hoje, o Código Penal chileno proíbe (mas não considera um crime doloso) que homossexuais se beijem nas ruas. No entanto, vê-se que as pressões vindas das ruas querem a aprovação

da referida lei sem ter interferências ou ligações com um ou outro sistema de ideias.

Acrescenta-se aí que há um sentido possível, mas não se deve perder de vista outros deles que estão ali à disposição, ao alcance do sujeito. Para finalizar esta parte, retome-se Orlandi (2102), conscientes de que a memória jamais deve ser entendida como “memória” individual, de caráter psicologista, mas deve ser compreendida no entrecruzamento de sentidos entre uma memória mística e uma memória social, inscritas como práticas, juntamente com a memória construída pelo próprio historiador. Isso nos faz lembrar o que já foi dito em outro lugar, de que o esquecimento é natural para que, assim, novos sentidos surjam e possam ser apagados, tornarem-se estanques, frente a um processo histórico-político e silenciador como o discurso que trata da homossexualidade.

4.3.2 O corpo-morto – caso francês

Depois de analisar a notícia da morte do jovem homossexual chileno assassinado por neonazistas, procura-se analisar, agora, os efeitos de sentido a partir da matéria veiculada abaixo sobre o assassinato de Clément Mérec, cuja autoria também é atribuída a um grupo que prega o extermínio de homossexuais.

Retomam-se para análise os três matérias que tratam deste caso:

Texto I – *El Clarín*:

Francia está de duelo, bajo enorme tensión política y mutuas acusaciones partidarias después del asesinato de un joven estudiante de ultraizquierda en manos de un grupo de siete skinheads neonazis a plena luz del día, en las cercanías de la estación de Saint Lazare, en París. Clément Méric, militante antifascista y recién llegado a estudiar ciencias políticas a la capital francesa desde Bretaña, fue atacado ayer **a golpes de manoplas de hierro a la salida de una boutique.**

Junto a tres amigos, fue reconocido por sus atacantes después de haber participado en los choques entre la izquierda y la derecha en la manifestaciones contra el matrimonio gay, durante el pasado mes de abril. Miles de franceses de izquierda en diferentes ciudades del país repudiaron el crimen y se concentraron en solidaridad.

Clément entró en muerte cerebral ayer al atardecer, luego de que uno de los golpes que le propinaron lo hiciera caer de espalda sobre el cemento

y pegar sobre una barra de hierro que impide el estacionamiento de vehículos en las veredas parisinas. Fue trasladado al hospital de la Pitié-Salpêtrière, pero murió ayer a la tarde, sin poder recuperar el conocimiento.

Siete de los involucrados han sido detenidos por la policía. Entre ellos se encuentra el presunto autor del crimen, que ha confesado “no haber querido matarlo”, según fuentes policiales. Los detenidos pertenecen al grupúsculo ultraderechista Juventud Nacionalista Revolucionaria, que dirige Serge Ayoub, alias Batskin.

Con los socialistas, los comunistas y el Frente de Izquierda exigiendo la disolución de estos grupos de “cabezas rapadas” neonazis, el Frente Nacional y la conservadora y opositora UMP comenzaron a desmarcarse de cualquier vinculación ideológica con los asesinos o como instigadores ideológicos de la actual violencia política surgida tras la llamada “Manifestación para todos” que ha repudiado la legislación del matrimonio gay recientemente aprobada en Francia.

La voz de alarma fue encendida por el millonario y dueño del diario **Le Monde**, Pierre Berge, en un Tweet. “Estos son los inconscientes de la ‘Manifestación para todos’ que **han preparado el terreno**. Al asociarse con la extrema derecha les ha permitido existir”, escribió. El líder provisorio de la UMP, Jean François Cope, apoyó ostensiblemente esas manifestaciones contra el matrimonio gay y las marchas degeneraron en violentos enfrentamientos entre los grupos ultras de un lado y del otro. Un clima tóxico y polarizado, que finalmente derivó en este crimen de odio y fanatismo. Cope, por la UMP, y Marine Le Pen, por el Frente Nacional, reclamaron públicamente que nadie haga asociaciones con ellos en busca de rédito político.

Clément Méric apenas tenía 18 años pero su militancia sindical se había iniciado en un liceo público de L’Harteloire, en Brest, Bretaña. Un alumno brillante, que había conseguido su bachillerato con excelentes notas y no había tenido dificultades para conseguir su lugar en la prestigiosa Science Po París. “Cortés, respetuoso, elocuente y delegado de sus compañeros”, según el recuerdo de Jean Jacques Hillion, uno de sus educadores.

Con dos padres abogados y recientemente jubilados, Clément había llegado en septiembre a París. Rápidamente se alineó con el sindicato Solidaires Etudiant-e-s Sciences Po y con el grupo Antifascista Paris-Banlieu, herederos de los duros “redskins” de la ultraizquierda, que ayer lo recordaron frente a su centro de estudios.

Su asesinato conmovió a Francia. La UMP y el Frente Nacional rechazaban que “se hiciera un paralelo entre estos agresores y las familias que estaban pacíficamente marchando contra el matrimonio homosexual”. El presidente François Hollande, desde Japón, condenó el crimen y dijo que “los grupos que crean el desorden deben ser reprimidos”.

Clément se estaba recuperando de una leucemia, su otro combate en tan corta vida.

Texto II – *El Mundo*

Uno de los skinheads que agredió a Clément Méric es Esteban M., de origen español y nacido en 1992. Según avanza el diario galo 'Le Point', el cabeza rapada español sería el autor material de la muerte del joven activista francés que fue agredido brutalmente en la madrugada del jueves en París y falleció horas después en el hospital tras quedar en coma.

Según ha informado la Policía, Esteban M. nació en Cádiz en 1992, aunque tiene nacionalidad francesa. En su declaración ha confesado que participó en la paliza a Clément, pero que fue en defensa propia. También insistió en que no tuvo intención de matar, añadió la Prefectura de Policía.

Esteban fue detenido en el lugar de los hechos junto a otros tres skinheads, entre ellos una mujer. Se trataría de los jóvenes Cédric C., Stéphane C. et Katia V. Las autoridades francesas han señalado que este suceso que ha conmocionado Francia es obra de la extrema derecha. El ministro del interior francés, Manuel Valls, declaró su "total determinación a erradicar esa violencia que lleva la marca de la extrema derecha y pone gravemente en peligro nuestro pacto republicano".

La policía llegó hasta el joven español después de cotejar escuchas telefónicas y de interrogar a varios testigos del ataque. Aunque consideran que la autoría material está demostrada sin duda, los agentes no dan por seguro que se usara un puño americano en la agresión ni que la intención de los atacantes fuera la de matar.

Los **detalles de la agresión siguen siendo confusos**. Según algunos testigos una disputa verbal entre los 'skinheads' y un grupo militantes de izquierda degeneró en una violenta pelea en la que el fallecido fue golpeado con puños americanos y cayó de espaldas dándose un fuerte golpe en la cabeza.

La pelea comenzó como una discusión subida de tono en una tienda donde al parecer coincidieron de forma fortuita los dos grupos de jóvenes, los antifascistas y los cabezas rapadas.

Una vez expulsados, llegaron a las manos cuando estaban en la calle, con diferentes versiones sobre quiénes fueron los que empezaron a pegar. Toda la clase política francesa, desde la izquierda hasta la derecha, ha denunciado esta agresión y ha pedido la disolución de los grupúsculos violentos de extrema derecha. El presidente francés, **François Hollande**, de viaje oficial en Japón ha señalado a la televisión francesa que "si se demuestra la participación de un grupo organizado en esta agresión, habrá que tomar medidas. Los grupos de extrema derecha que provocan desordenes deben de ser reprimidos". Incluso la presidenta del Frente Nacional, **Marine Le Pen**, ha denunciado también la agresión y ha desmentido cualquier vinculación de su formación política con estos grupos de extrema derecha.

Texto III – *Folha de São Paulo*

O acusado, identificado como Esteban, tem 20 anos e é espanhol naturalizado francês. O promotor pediu a prisão preventiva do suspeito e de outras três pessoas que participaram do ato, além do controle judicial de uma adolescente.

Para Molins, a morte de Méric foi causada por golpes que recebeu no rosto e não por sua queda durante a briga, que aconteceu em um bairro comercial da capital francesa. O jovem morto pertencia ao grupo Ação Anti-Fascista, vinculado ao Partido de Esquerda, quarto colocado na eleição presidencial de 2012. Já os skinheads eram membros da Juventudes Nacionalistas Revolucionárias, do grupo de extrema-direita Terceira Via.

Os dois grupos se encontraram em uma loja de Paris e, ao serem expulsos, começaram a brigar na rua. Segundo testemunhas, os skinheads deram um soco contra Méric e o lançaram contra um poste. Os pedestres que estavam no local da briga dizem que os agressores foram homens carecas, com jaquetas de couro. Ao cair, ele bateu com a cabeça em um bloco que impede a passagem de veículos e desmaiou.

Os agressores fugiram. Ele chegou a ser levado ao hospital com ferimentos graves, mas não resistiu e morreu na manhã desta quinta. O caso causou revolta e comoção na política francesa, tanto de setores de esquerda, vinculados ao presidente François Hollande, como de direita.

O ministro do Interior, Manuel Valls, fez um apelo à prudência nas declarações, alegando que "há um clima que favorece este ambiente de ódio". Nas últimas semanas, houve aumento da tensão política na França por causa da aprovação do casamento gay no Parlamento local. O novo direito aos homossexuais, apoiado pela esquerda, provocou fortes protestos de setores de direita.

Nesse sentido, o assassinato de Clément Méric é atribuído a neonazistas de acordo com os três jornais aqui analisados na editoria "Mundo". Trata-se de uma matéria de repercussão internacional, que está repleta de marcas avaliativas, que produzem os efeitos de sentido em torno das factuaisidades que tratam de um crime atribuído a neonazistas contra um jovem homossexual francês, nas semanas em que se discutem a aprovação da lei do matrimônio gay.

Francia está de duelo, bajo enorme tensión política y mutuas acusaciones partidarias después del asesinato de un joven estudiante de ultraizquierda en manos de un grupo de siete *skinheads* neonazis a plena luz del día, en las cercanías de la estación de Saint Lazare, en París. (*El Clarín*).

Uno de los *skinheads* que agredió a Clément Méric es Esteban M., de origen español y nacido en 1992. (*El Mundo*).

Já os *skinheads* eram membros das Juventudes Nacionalistas Revolucionárias, do grupo de extrema-direita Terceira Via. Os dois grupos se encontraram em uma loja de Paris e, ao serem expulsos, começaram a brigar na rua. Segundo testemunhas, os *skinheads* deram um soco contra Méric e o lançaram contra um poste (*Folha de São Paulo*).

Conforme citado anteriormente (na análise do título), o caso francês não é atribuído a apenas uma, mas a muitas autorias. É um típico episódio atribuído a neonazistas, pertencentes à facção "cabeça raspada" (*skinheads*), considerados responsáveis pela morte do jovem Clément Méric: nenhum dos três jornais *online* menciona que o ataque foi feito por um grupo contra um único homossexual. Afinal, Méric também se encontrava com amigos, assim como os neonazistas. No entanto, o confronto inevitável entre Méric e Esteban ocorreu fora da loja. Este último, representante do grupo neonazista, é apontado por testemunhas como o principal mentor do crime.

Chama-se a atenção para o fato de que a morte de Méric coincide, assim como o caso chileno, com a aprovação da lei anti-homofobia. Note-se, ainda, que a política de direita, há algum tempo, vem fazendo, abertamente, apologia à homofobia, mas a derrota para a

esquerda na pauta sobre o casamento gay teria sido o estopim das revoltas nas ruas, incluindo aí o crescente número de confronto nas principais ruas francesas entre ativistas gays e grupos extremistas de diferentes orientações: *skinheads*, *punks*, *Sharps* com diferentes ideologias coincidem apenas em um ponto: pregam a morte de homossexuais.

Junto a tres amigos, fue reconocido por sus atacantes después de haber participado en los choques entre la izquierda y la derecha en la manifestaciones contra el matrimonio gay, durante el pasado mes de abril. (*El Clarín*).

Nas últimas semanas, houve aumento da tensão política na França por causa da aprovação do casamento gay no Parlamento local. (*Folha de São Paulo*).

Assevera-se, portanto, que uma das linhas de investigação da polícia responsabiliza o assassinato de Mérec ao debate entre os políticos franceses (esquerdistas e direitistas), à aprovação do casamento gay. Segundo o jornal *online Folha de São Paulo*, esse tema repercute nas ruas por meio de passeatas, em que ocorrem os confrontos entre ativistas e diferentes grupos, dentre eles, os neonazistas. Há de se notar que essas considerações não surgem no texto das matérias dos jornais *online El mundo*.

Conforme já se sinalizou, cada jornal *online* estabelece um modo de distribuir o foco dos conteúdos jornalísticos em suas editorias ao publicar suas matérias. Isso implica imputar a determinadas editorias grau de relevância maior ou menor de acordo com sua suposta abrangência de leitura. Dentre os três jornais, a *Folha de São Paulo* costuma publicar assassinatos atribuídos a grupos neonazistas fora do Brasil na Editoria “Mundo”, por tratar-se de um tema com repercussão nacional. No entanto, de modo diferente, quando casos dessa natureza ocorrem no Brasil, a *Folha de São Paulo* costuma publicá-los na editoria de “Policia”. Diferente do jornal *online* brasileiro, os jornais *online* argentino e espanhol, analisados por nós, publicam fatos dessa natureza na editoria internacional, por considerá-los graves.

Fora a diferença entre as matérias *online* em editorias distintas para registrar casos de assassinatos contra homossexuais atribuídos a neonazistas, o caso Mérec, registrado no *El Mundo*, *El Clarín* e *Folha de São Paulo*, se aproxima no que tange à informação. Nota-se que *El Clarín*, em relação aos outros dois jornais *online*, é o que procura

explorar de forma mais ostensiva as informações acerca do caso. Por exemplo, o fato de registrar os discursos dos políticos de esquerda, que lutaram pela não aprovação da referida lei, também se mostraram preocupados com a morte de Mérec atribuída a neonazistas, por questões ainda (supostamente) não esclarecidas pelos órgãos competentes, pois os de esquerda atribuem grande parte dos crimes contra homossexuais à direita política extremista que não aceitou a derrota da matéria quando foi colocada em votação no plenário.

Há um jogo de sentidos ao analisar comparativamente as três matérias que tratam do mesmo fato nos referidos jornais *online*. Os sentidos produzidos não são os mesmos, porque estes são uma soma (ou subtração) de outros já-ditos por outros sujeitos. No entanto, cada jornal *online* busca um diferencial focado no não-dito, por exemplo: o apoio psicológico dos direitistas à família da vítima, mesmo sendo contrários ao matrimônio gay. Num jogo político não há lugar para revolução de um partido em detrimento do outro, razão pela qual os políticos de direita sentem a “necessidade” de dar uma resposta à sociedade, uma vez que mesmo sendo extremistas, tentam isentar-se da acusação de estimular crimes desta natureza.

Dos três jornais, somente *El Clarín* fez referência ao ponto de vista do dono do Jornal *Le Monde* sobre o caso Mérec. Como leitor, ele responsabiliza os políticos em geral pela morte do jovem como sendo decorrente da aprovação da lei que permite pessoas do mesmo sexo ter os mesmos direitos dos heterossexistas. O dizer do dono do *Le Monde* não isenta nenhuma vertente partidária da responsabilidade de incitar o ódio aos homossexuais. Neste ponto, uma pequena ala esquerdista também se alia a discursos contra o casamento *gay*, que ultrapassa a opacidade do que é dito. Para o dono do *Le Monde*, este discurso, além de ser racista, é homofóbico.

O leitor das matérias *online* entende que há uma nova onda de ataques em todo o mundo contra os homossexuais, cuja autoria é de um grupo neonazista re-emergente, violento, homofóbico (DIAS, 2007). Esta nova onda atinge a todas as esferas sociais, atribuindo a cada neonazista um poder legitimado pelo grupo, envolvendo-se com questões políticas de direita extremista que lutam contra a causa *gay*: os direitos atribuídos a cada um enquanto cidadão. Isso demonstra que cada grupo age de acordo com uma ideologia, responsável pelo dizer, pela produção de sentido, que está além do já-dito e do já-dado.

Os dizeres prós e contras têm ecoado pelas ruas francesas depois da morte de Mérec. Os dirigentes dos partidos políticos, tanto de direita, quanto de esquerda, tomam rumo muito semelhante: ambos enviam

pêsames aos familiares pela morte do jovem. A ala política manifesta-se em relação ao caso e produz um efeito de sentido de que o corpo-morto, dilacerado, do jovem Clément é o resultado de um ato inaceitável numa sociedade democrática. Por outro lado, ativistas apontam que esta é uma estratégia política para não manchar as futuras eleições, principalmente de direita, uma vez que o “espetáculo” flui o sentido da revolta, do desprezo pela vida humana, pela liberdade de ir e vir, de pensar, de amar. Esta preocupação política em geral pela paz está registrada tanto nos jornais *online* *El Mundo* e *El Clarín* como na *Folha de São Paulo*.

Depois da morte de Mérec, o historiador Leboug, especialista em extrema-direita, afirma que um jovem extremista de direita deixa a seguinte frase no Twitter: “Um TGV apenas esmagado um faixas de travessia viajante: deve dissolver a SNCF”. Esta frase é uma forma de mostrar que este é apenas um exemplo para os próximos casos de assassinatos que deverão ocorrer nas ruas francesas como represália à aprovação do casamento gay. Ou seja, as expressões: “esmagado”, aliado à “viagem”, apresenta um sentido de ameaça, de novas ações que não pararão por aí. “A travessia de viajante” é o ato de assassinar, como sendo a passagem do plano terreno para o sobrenatural (SERGE e HENRI, 2013).

Este recorte publicado sem autoria ocupa um espaço no jornal. É partir desse lugar, que o olhar do sujeito se volta e produz diferentes gestos de leitura. Para entender-se é preciso voltar-se ao marxismo, considerando-se, desde já, que os discursos sobre o assassinato de Mérec é comparado a uma luta de classes, envolvendo sempre um perdedor e um vencedor. Ao perdedor, resta um corpo-morto, que provoca no leitor diferentes sentidos político-sociais: a luta pelo espaço democrático, em que a liberdade de expressão é estendida a todo cidadão, independente do sexo, em meio às resistências de diferentes facções. O corpo-morto de Mérec funciona como um mecanismo de contemplação para o povo francês, para todos aqueles que assistem ao assassinato como força e poder, tanto por parte dos contra, quanto por parte daqueles que defendem uma democracia. Há fato, há corpo, há revolução na sociedade.

Essa luta de classes nas ruas francesas contrasta-se com as ideologias divergentes. Por exemplo, de um lado, os neonazistas lutam pela absolvição de Esteban (mesmo sendo de origem espanhola, silenciando-se) como se ele fosse (na verdade) um francês nato. Talvez estejam em defesa de um estrangeiro naturalizado francês por não ser homossexual, pois se fosse um espanhol sem nacionalidade francesa estaria sendo cassado pelos próprios neonazistas, que não toleram

imigrantes. Do outro lado, os ativistas, junto com grande parte da sociedade, buscam o julgamento justo pelo assassinato do jovem Mérec, antes que caia na simplificação e no sensacionalismo.

Percebe-se que, nos três jornais online, o corpo-morto torna-se ícone de liberdade de expressão, pois, de acordo com os jornalistas Serge e Henry (2013), os ativistas chamam às ruas simpatizantes de uma ideologia igual ou semelhante à da vítima. Para os neonazistas, o corpo-morto é sinônimo de dever cumprido. Para ambos, a morte de Mérec é comparada à caça realizada no passado em Roma contra os homossexuais, uma vez que a igreja católica se manifestou sobre o caso a favor da paz entre os homens, fazendo menção de forma velada.

Entende-se que as FDs de cada sujeito são responsáveis pela interpretação dos fatos narrados aqui. O caso Mérec não é exceção. Cada sujeito, diante dos casos que se analisou até então, aponta para interpretações convergentes, porque “a questão do sentido é uma questão aberta” (ORLANDI, 1996, p.12). Para Orlandi (2012), não existe apenas um sistema de signo, mas muitos deles, uma vez que há diferentes maneiras de significar a matéria significante (o texto em questão), porque ela é plural, tem sua plasticidade. A matéria do caso de Mérec é um exemplo disso: há múltiplos sentidos ao dispor do sujeito, porque os jornais estão marcados por marcas de adjetivação, cujo papel é a partir delas buscar outros sentidos, que estão sob o jugo das FDs de cada sujeito. Os sentidos não agem indiferentes à matéria significante, ou seja, não atinge apenas a enunciados e texto, mas a pinturas e imagens, que afetam diretamente o gesto de interpretação do leitor.

Percebe-se que o que está em jogo não é apenas o assassinato em si, mas os dizeres do jornal sobre ele. Ou seja, dá-se importância ao caso reportado pelos jornais, e mais ainda sobre o modo como estes (os jornais) operam esse dizer, que produz um efeito de sentido sobre seus leitores. Esta matéria significante em torno do assassinato é “um bólido de sentidos” (ORLANDI, 1996, p, 14), uma vez que a mesma pode apontar para muitas direções, em diversos planos significantes, o que dá possibilidades de os enunciados (o texto em questão) serem elaborados por diferentes formulações, que fazem parte de peças significativas.

Todo texto, nesse ponto, tem uma relação com a memória (interdiscurso). Há redes de sentidos que vão se constituindo à medida que o sujeito se encontra autorizado a criá-las, possibilitando entender por que motivos, naquele momento, tais sentidos são produzidos e não outros a partir de uma mesma factualidade. Nenhuma sociedade gira em torno de um poder único, mas em micro-poderes que, por meio dos discursos, circulam por todos os espaços sociais, em diferentes

instituições ideológicas: religiosa, política, ateuista, científica, jornais, etc. (FOUCAULT, 2004). Isso inclui o caso de Mérec. O texto que se analisou sobre o caso Mérec é um emaranhado de sentidos que se inter-relacionam no confronto ao reafirmar o direito à resistência, à diferença dentro de uma sociedade. É a partir desse lugar de resistência que o sujeito “responde” como os franceses veem o neonazista Esteban perante a corte.

Essa é uma das razões pela qual Foucault reafirma que não há sociedades estáticas, sem mudanças em meio às resistências encontradas cotidianamente. Para ele, toda sociedade constrói sua própria referência, re-sinificando-se. Sendo assim, a luta de poder é um confronto diário pela fixação dos significados, decorrentes dos fatos. É desse embate entre as esferas sociais que os sentidos ficam evidentes, pois são produzidos por diferentes sujeitos.

No caso de Mérec, torna-se notório afirmar que os pais das vítimas são advogados aposentados. Trata-se de sujeitos resistentes, como bem disse Foucault, repensadas a partir das relações existentes entre estes e o poder. Portanto, assevera-se que os pais da vítima estão legitimados a prosseguir no processo contra o réu. A acusação dos pais irá posicionar-se contra a tese dos advogados de Esteban, ao comprovar o fato de que se trata de um caso premeditado, a partir dos símbolos neonazistas inscritos no corpo do acusado, que servem como prova cabal. Este registro contra Esteban aparece somente no *El Clarín*. A *Folha de São Paulo* e *El mundo* não fazem menção à profissão dos pais.

O jornalista Doroteo Arango (2013) reafirma que a imprensa burguesa, depois de longos meses de discussão no tribunal francês, procura passar a imagem do réu como um jovem que não pode ser julgado como assassino, mas como vítima em defesa da própria vida. A polícia também assevera que não existe qualquer dúvida de que Esteban o assassinou, mas não se trata de um caso intencional. Ainda assim, a defesa afirma que essas provas contra Esteban não são robustas perante os tribunais, mesmo em se tratando de um neonazista, que fez uso do soco americano – arma comum usada pelo grupo em defesa própria – e não para atacar cidadãos. Mesmo que os policiais que atenderam o caso tenham deposto a favor Esteban, ele continua sendo réu no processo. Essa estratégia da defesa do suposto autor é, segundo o jornal, um mal entendido – afirma a ativista.

La prensa burguesa continúa preparando un juicio benigno para el nazi que asesinó a Clément. Ahora insisten en que la policía arrestó a Esteban M. cuando este "se dirigía a entregarse en la

comisaría" de Saint Ouen, en la prefectura de Seine-Saint Denis, la periferia norte de París (ARANGO, 2013, p. 2).

Observar-se que a matéria jornalística sobre o caso Mérec produz sentidos diferentes nas relações antagônicas de poder. As informações desconstruídas pelos três jornais deixam multiplicar-se nas redes sociais, com o intuito de homogeneizar os efeitos, passar a imagem de moço de família. É neste ponto que entra a ideia de criatividade, que permite que uma materialidade significativa produza, do mesmo material, diferentes sentidos. Esta é uma das razões pela qual os jornais *online* são um lugar de interpretação, interpelado pelo sujeito marcado sócio-historicamente.

Dos oitos neonazistas detidos pela morte de Mérec, um deles foi liberado na mesma semana. Esteban continua preso, mas ele pertencente ao comando das Juventudes Nacionalistas Revolucionárias (JRN), principal representante de uma banda denominada “Terceira Via”, cujo poder majoritário pertence ao já conhecido neonazista Serge Ayoub, um ultradireitista, que teve a intenção de explicar que não participou efetivamente nesse caso, que culminou na morte de Mérec. Para defender-se da acusação, o líder do grupo narrou à polícia como a briga ocorreu entre o grupo neonazista e os militantes que estavam juntos com Mérec, reafirmando que não está entre os que atacaram a vítima. Há, segundo Ayoub, um mal entendido quanto à participação. Estar no mesmo tempo e espaço dos fatos não significa nada, nem esclarece o “mal entendido” que envolve sua pessoa.

Registra-se que *El Mundo* não faz referência a esse neonazista, mas a outros, dentre eles, uma mulher. Já os jornais *online*, *Folha de São Paulo* e *El Clarín* fazem menção apenas ao número de pessoas (contraditórios entre si), sem citar nenhuma delas. É diante dessas informações contraditórias que se instaura a incompletude nos jornais. Neles há outros dizeres que, às vezes, se complementam, em outras, se distanciam, porque cada sujeito/leitor possui FDs diferentes, que funciona como resistência à objetividade. O caso que envolve Mérec mostra que há uma ligação entre discurso e o que no senso comum considera-se como prática, cuja constituição de sentidos decorre do lugar em que se encontra o sujeito sob o domínio de uma determinada ideologia. Para finalizar, constata-se que, em meio às evidências linguísticas sobre o caso, uma palavra pertencente a um recorte designa uma coisa ou outra, podendo, ou não, possuir outros sentidos. Inclui-se, aí, o efeito de evidência da transparência, ao qual se está o tempo todo submetido.

Observa-se que os efeitos de sentido que decorrem dessas matérias *online*, dos três jornais analisados, são divergentes porque estas não são fechadas em si. Pode-se dizer que o jogo dos sentidos que ocorre no discurso encontra-se sempre em devir, pois está aberto a produzir diferentes sentidos. Esta incompletude discursiva presente nos três textos que abordam o caso Mérec não nega que a matéria, com já se disse em outro lugar, é constituída pelas/nas relações de sentidos, sob o conhecimento de que um sentido deriva do outro, um efeito de sentido que está sob o domínio também da memória.

Os três jornais apresentam adjetivações que mais se aproximam do que se distanciam. Em cada um deles há uma forte ligação entre a incompletude, o silêncio e a interpretação. A incompletude textual é o que possibilita apontar para diferentes sentidos na perspectiva discursiva. O dizer mantém uma ligação com o silêncio: há algo (opressor) que pode ser dito, e algo que não pode ser dito. Portanto, veem-se todos os textos como um espaço simbólico, em que os sentidos se constituem como tal. Já a interpretação constitui-se de um “gesto”, afetado pelo simbólico (como bem demonstrou Pêcheux (1995)). Quando se fala de “gesto”, deve-se diferenciar do uso que a pragmática faz desta palavra – o que se percebe é que há um deslocamento da noção de ato da perspectiva que os pragmáticos usam, mas em nenhum momento deixam de considerá-los.

Ora, o texto que trata do assassinato de Mérec apresenta esse deslocamento. Cada gesto de interpretação diante deste caso inscreve-se no âmbito do simbólico, que tem como atributo/característica a incompletude, e esta se relaciona com o silêncio (ORLANDI, 1996, p. 18). Cada interpretação ocorre de algum lugar da história. Isso permite que o leitor esteja sempre habilitado a apresentar outros sentidos. Por exemplo, enquanto os franceses que acompanham o fato produzem um sentido e não outro, passível de aceitação (de ser interpretado), um estrangeiro (como leitor) pode apresentar uma interpretação totalmente diferente da anterior e assim sucessivamente. Cada gesto de interpretação do sujeito/leitor é um sentido novo decorrente das formações discursivas, afetado pela língua e pela história, conforme apontado anteriormente.

Para outros, Mérec é um corpo-morto sem representação social. Este será apenas um caso dentre outros que estarão por acontecer. Torna-se necessário que ativistas continuem seguindo uma ideologia isenta de revide. Em face disso, as interpretações em relação ao corpo-morto de Mérec deveriam servir como um exemplo de apaziguamento para os grupos neonazistas em meio a um pressuposto quimérico, que só

existe no imaginário social, de que eles viverão em um mundo onde não há lugares para homossexuais pelas duas razões que se assumiu aqui.

4.3.3 O corpo-morto - caso brasileiro

Nesta secção, procura-se analisar os efeitos de sentido a partir da matéria que diz respeito ao ataque a um grupo de homossexuais atribuído a neonazistas (*hooligan*). Este caso brasileiro, no entanto, está publicado na editoria de “polícia”. Ainda que grande parte da matéria preocupe-se com a explosão de um artefato durante a *Parada do Orgulho Gay* em São Paulo, a *Folha de São Paulo* faz uma breve referência à morte de um cozinheiro de 35 anos, cuja suposta autoria é atribuída a neonazistas.

Acusados de explosão em Parada Gay de SP são condenados por formar quadrilha

JULIANNA GRANJEIA
DE SÃO PAULO 20/09/2010

A Justiça condenou na última sexta-feira (17) 2 dos 7 indiciados por suspeita de envolvimento na explosão de uma bomba caseira lançada no centro de São Paulo durante a Parada Gay, realizada em junho do ano passado. Rodrigo Alcântara de Leonardo, 24, conhecido como Tumba, e Guilherme Witiuk Ferreira de Carvalho, 20, o Chuck, foram condenados a dois anos de prisão em regime fechado por associação criminosa. Eles são apontados como integrantes do grupo neonazista Impacto Hooligan.

O explosivo foi jogado no meio da multidão na avenida Vieira de Carvalho (centro da capital) e feriu ao menos 22 pessoas no dia 14 de junho. Os acusados foram presos preventivamente em dezembro de 2009 e soltos, após revogação da prisão, em maio deste ano.

O juiz Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, da 29ª Vara Criminal do Fórum da Barra Funda (zona oeste de SP), considerou que não há provas de que a explosão tenha sido causada por integrantes do "Impacto Hooligan" e nem se os outros cinco indiciados no processo são integrantes do grupo neonazista.

No entanto, para o juiz, ficou provado que o Impacto Hooligan é uma quadrilha criminosa, estável e organizada formada desde, pelo menos, o início de 2008. "O grupo não se limitava a exercer o direito constitucional de reunião e de expressão do pensamento, ainda que absurdo, preconceituoso, intolerante e desarrazoado, mas extrapolava

para a execução de atos de violência contra os alvos escolhidos, preferencialmente grupos 'punks' rivais igualmente criminosos e indivíduos com orientação homossexual", afirmou Valdez em sua sentença.

O magistrado também diz que os membros do bando são jovens de classe média, que cursavam boas escolas e faculdades, e que seguiam orientação neonazista e xenófoba para disseminar o preconceito, o ódio, a intolerância e a violência. "São inúmeros os boletins de ocorrência acostados aos autos sobre crimes contra a integridade física, a vida e o patrimônio, em sua maioria envolvendo vítimas homossexuais, sempre com o envolvimento de membros da quadrilha desde a adolescência", escreveu o magistrado em outro trecho da sentença.

Durante a investigação, a polícia apreendeu na casa de Guilherme - líder do grupo - e Rodrigo roupas, acessórios e obras com temáticas nazistas e anotações sobre os rituais de batismo, reuniões periódicas e códigos de comunicação e conduta do Impacto Hooligan. "Vale ressaltar que Guilherme, como confirmado em audiência, ostenta o numeral 98 tatuado em seu corpo. (...) Os números se referem a localização da primeira letra das palavras no alfabeto. Especificamente, 88 refere-se a HH, que por sua vez indica a saudação nazista 'Heil Hitler', enquanto 98 se referem a IH, que tem o significado óbvio de Impacto Hooligan", afirmou Valdez.

O líder da quadrilha, além dos "inúmeros boletins de ocorrência" como citado pelo juiz, já foi condenado em 2009 por injúria real, após ser preso em flagrante. De dentro da cadeia, Guilherme escreveu uma carta para Rodrigo que foi considerada mais uma prova da formação de quadrilha. "No segundo parágrafo, Guilherme escreve: 'O os rolês muleque? Tá fiel ao IMPACTO né? Porque aqui é 98 até a morte, não é porque eu fui preso que tudo ou eu irei parar ou largar a banca. Eu to montando a banca até aqui na cadeia, juro pra você, HAHAHA! [sic]'. No parágrafo seguinte, acrescenta 'seja leal à banca e ao nosso ideal 88'. Por fim, termina assinando: CHUCK 98, IMPACTO H88LIGAN e uma suástica nazista", diz a sentença.

O magistrado também ressaltou que Guilherme e Thiago Batista Miranda, conhecido como Crânio, --um dos cinco absolvidos nesta decisão-- respondem juntos a processo criminal por homicídio doloso contra vítima homossexual. Valdez não especificou na sentença se a vítima seria o cozinheiro Marcelo Campos Barros, 35, morto após ser espancado durante a Parada Gay do ano passado.

A reportagem tentou entrar em contato com os advogados dos dois acusados, mas eles não foram localizados.

DANOS MORAIS

O consultor de negócios, Felipe Pereira de Freitas, 19, vítima da explosão que ocorreu na Parada Gay no ano passado, afirmou que ele e mais outras cinco pessoas que ficaram feridas irão entrar com um pedido de indenização por danos morais contra os sete indiciados.

“Nós não gostamos da sentença, a pena foi curta. É um grupo que está crescendo demais e por isso temos que tomar atitudes. Até sexta-feira vamos entrar com uma ação de danos morais no valor de R\$ 700 mil”, disse Freitas à Folha.

Lembra-se que este caso brasileiro não se encontra publicado no *El Clarín* e nem no *El Mundo*. Dentre as publicações analisadas neste trabalho, a *Folha de São Paulo* é o único jornal que publica o caso envolvendo a morte de homossexual atribuída a neonazistas na editoria de “polícia”. Levantamos, aqui, a hipótese de que caso essa matéria tivesse sido publicada na editoria “internacional” pela *Folha de São Paulo*, possivelmente, a repercussão seria maior, podendo servir de pauta para periódicos estrangeiros, incluindo *El Clarín* e *El Mundo*. Neste último caso, que ora analisamos, entende-se que a *Folha de São Paulo* publica essa facticidade na editoria “policial”, porque tem, em específico, um tipo de leitor a atingir. Partindo do pressuposto de que todos os jornais online atingem um leitor dentro de um espaço ideologicamente marcado em suas editorias (“Mundo” e “Policial”), os jornais *El Clarín* e *El Mundo*, como se viu nos outros casos, julgam que matérias dessa natureza merecem a atenção mais central em suas publicações, por isso criam estratégias para narrá-las, sem restringi-las aos contextos policiais. No caso das publicações na seção “Mundo” ou “Internacional”, a ação criminosa continua existindo, mas o mote envolve outras questões, como a política, a cultura e os direitos humanos, tão aclamados no mundo contemporâneo.

Considerado o fato de que a matéria produzida pela *Folha de São Paulo* não tem extensão internacional, tendo em vista o fato da elaboração do projeto discurso daquele texto no jornal, nota-se que na referida publicação há ainda presença de outras marcas avaliativas. Partindo da teoria jornalística da “pirâmide invertida”, no início da narração, o leitor já está informado de que a Justiça condenou dois dos sete indiciados pelo ataque na *Parada gay*. A partir daí, o leitor é

informado acerca de que tipo de grupo realizou a explosão do artefato: os neonazistas, conhecidos pela polícia paulista como *Impacto Hooligan*.

A Justiça condenou na última sexta-feira (17) 2 dos 7 indiciados por suspeita de envolvimento na explosão de uma bomba caseira lançada no centro de São Paulo durante a Parada Gay, realizada em junho do ano passado. Rodrigo Alcântara de Leonardo, 24, conhecido como Tumba, e Guilherme Witiuk Ferreira de Carvalho, 20, o Chuck, foram condenados a dois anos de prisão em regime fechado por associação criminosa. Eles são apontados como integrantes do grupo neonazista *Impacto Hooligan* (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 01).

À luz da teoria da interpretação, parte-se do pressuposto de que esta matéria produz diferentes sentidos, porque a linguagem também é multidimensional. Segundo o jornal, o juiz alega não ter provas que condenem os dois presos como autores da explosão, e nem evidências de que os mesmos pertençam a um grupo neonazista. Nos autos, o jornal reafirma que o juiz tem conhecimento de que o grupo *Impacto Hooligan* é uma quadrilha criminosa, que persegue homossexuais.

Nas palavras do juiz Valdez:

O grupo não se limitava a exercer o direito constitucional de reunião e de expressão do pensamento, ainda que absurdo, preconceituoso, intolerante e desarrazoado, mas extrapolava para a execução de atos de violência contra os alvos escolhidos, preferencialmente grupos 'punks' rivais igualmente criminosos e indivíduos com orientação homossexual, afirmou Valdez em sua sentença. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 1).

Diante da sentença final do juiz, pergunta-se: o que é ser considerado algo “absurdo”, “perigoso”, “intolerante” “alvos escolhidos” no olhar jurídico? As marcas de adjetivações provocam outros sentidos no leitor. O juiz segue a lei; não a leitura do senso comum (que exige punição aos culpados). A palavra “absurdo”, de acordo com dicionário Houaiss, denota, além de outros sentidos, “contrário ao bom senso e à razão”. O leitor percebe, então, que existe uma incoerência pelo fato de a justiça abrir um leque de interpretação em torno da aplicação da lei aos condenados que pertencem a grupos neonazistas que, além de serem intolerantes e preconceituosos, têm o

direito de ir e vir, mesmo contrariando o direito à liberdade de expressão dos outros grupos que ocupam o mesmo espaço social.

De acordo com o jornal, o referido juiz justifica a soltura dos criminosos, ainda que, paradoxalmente, a polícia tenha apresentado fatos que assegurariam a prisão dos criminosos, garantindo, por conseguinte, que o chefe da súcia pertence ao grupo *Impacto Hooligan*:

São inúmeros os boletins de ocorrência acostados aos autos sobre crimes contra a integridade física, a vida e o patrimônio, em sua maioria envolvendo vítimas homossexuais, sempre com o envolvimento de membros da quadrilha desde a adolescência, escreveu o magistrado em outro trecho da sentença (FOLHA DE SÃO PAULO, p.1).

É nesta contradição de interpretação que a AD se justifica. Não há, de fato, um sentido estanque, mas sempre em devir. Isso se comprova nas diferentes teses de soltura do juiz, que faz outra leitura do mesmo caso, em diferentes ocasiões, ainda que nos autos haja provas suficientes de que os criminosos deveriam continuar presos tempo suficiente para repensar o ato criminoso cometido contra um cidadão brasileiro:

Durante a investigação, a polícia apreendeu na casa de Guilherme – líder do grupo – e Rodrigo, roupas, acessórios e obras com temáticas nazistas e anotações sobre os rituais de batismo, reuniões periódicas e códigos de comunicação e conduta do *Impacto Hooligan*. “Vale ressaltar que Guilherme, como confirmado em audiência, ostenta o numeral 98 tatuado em seu corpo”.

Para os neonazistas, segundo Dias (2007), há leis e regras rígidas a serem seguidas. Por exemplo, além de terem acesso a um vasto material, torna-se necessário reconhecerem os códigos do grupo, que geralmente aparecem em forma de letras e números.

Veja-se o que diz o jornal:

Os números se referem à localização da primeira letra das palavras no alfabeto. Especificamente, 88 refere-se a HH, que [...] indica a saudação nazista 'Heil Hitler', enquanto 98 se refere a IH, [...] Impacto Hooligan [...] Guilherme escreve: 'O os rolês muleque? T fiel ao IMPACTO né? Porque aqui é 98 até a morte [...] nosso ideal 88'. [...] assinando: CHUCK 98, IMPACTO H88LIGAN [...].

Para não repetir o significado dos números já analisados anteriormente, toma-se para análise apenas o número 98, que está ligado ao grupo de Impacto *Hooligan*. O jornal mostra que este número pertence ao Grupo. A palavra “impacto”, desse *slogan*, faz referência ao nazismo de Hitler. De acordo com o dicionário Houaiss (2001), o termo “impacto” pode ser entendido como “colisão”, “choque” entre os *Hooligan* e outros grupos, dentre eles, os *punks* e os homossexuais. Esse impacto produz uma série de significados, dentre eles, o de uma provocação contra o movimento *gay*. Como numa guerra, é preciso provocar o outro, entrar em confronto direto com o intuito de dizimar o oponente. Isso se comprova com a morte do cozinheiro homossexual Marcelo Campos Barros, 35 anos, assassinado durante a *Parada do Orgulho Gay* em 2010. O jornal registra um fato que não aparece nos autos do processo; apenas as outras vítimas que não morreram foram citadas.

É na contradição que a AD, segundo Orlandi (2012), mostra o funcionamento da linguagem, que faz reafirmar a sua opacidade. O jornal apresenta elementos nos autos que são contraditórios em muitos pontos: de um lado o juiz que cumpre a lei, prende os culpados, mas, em outro julgamento os considera inocentes, por não haver elementos que comprovem a periculosidade do grupo para a sociedade. Do outro, há provas colhidas pela polícia nos autos que são desconsideradas pelo juiz. De acordo com a *Folha de São Paulo*, “A reportagem tentou entrar em contato com os advogados dos dois acusados, mas eles não foram localizados”. No entremeio desse discurso, que narra a explosão de um artefato caseiro que atingiu 22 pessoas e vitimou outra, o jornal deixa pistas (marcas avaliativas) que levam o leitor a questionar por que motivo a morte do cozinheiro ficou fora do processo. Há uma dúvida por parte dos leitores do motivo pelo qual o juiz Valdez não citou este fato concreto, isentando os já sentenciados deste caso, que os levaria a júri popular, julgando-os por homicídio culposo com a intenção de matar e não apenas como terrorismo, que tem uma conotação bem distinta da americana.

A partir da análise das sentenças apresentadas pelo jornal, percebe-se que todo o processo gira em torno do juiz, quem decide, dentro da lei, o período de prisão dos condenados, a revogação dos autos e, posteriormente, julga-os a partir de uma única e específica questão criminal. O julgamento em si justifica o motivo de a *Folha de São Paulo* ter publicado esta matéria na editoria de “Polícia”. O jornal, no entanto, mostra que o juiz não considera as provas policiais na totalidade. Se assim fosse, o veredito final seria outro.

Um caso dessa natureza seria tratado pelos jornais *online* *El Clarín* e *El mundo* na Editoria “Mundo”, o que provocaria outros sentidos em relação ao julgamento dos criminosos, não isentando nenhum dos 22 dos acusados, até que caso fosse julgado em última instância. A *Folha de São Paulo* afirma que Guilherme foi acusado formalmente no relatório policial, apontando para a periculosidade dos neonazistas contra os homossexuais. Mas, o juiz desconsidera este fato, da mesma forma que considera irrelevante a carta enviada a Rodrigo (outro membro do grupo), como prova elementar. O conjunto de questões judiciais, a lei aplicada ao réu e a ação criminal final, juntos, não mudam o rumo do objetivo da *Folha* de não publicar a matéria na editoria “Mundo”.

No último parágrafo, a *Folha de São Paulo* apresenta a abertura de um novo processo contra o resultado final do julgamento anterior, que deixou livre os dois (supostos) criminosos na visão de seis vítimas (das 22) atingidas pela explosão. Essa informação mais uma vez mostra que muitos dos casos geralmente são julgados em primeira instância, deixando-se cair no esquecimento. Para o jornal, a reabertura do caso solicita novas vistas ao processo, acrescentando-se novas provas decorrentes de novas perícias, reavaliando provas anteriormente colhidas pela polícia, que poderão ou não ser juntadas à peça judicial. Todos esses elementos são produzidos no âmbito policial, razão pela qual a *Folha de São Paulo* vai buscar na delegacia (e não em outro órgão) fatos que envolvem crimes contra homossexuais. Resta ao jornal, portanto, publicar esta matéria na Editoria de “Polícia”, nunca na de “Mundo”.

A *Folha de São Paulo* faz referência à seguinte passagem:

Valdez não especificou na sentença se a vítima seria o cozinheiro Marcelo Campos Barros, 35, morto após ser espancado durante a Parada Gay do ano passado.

O jornal percebe que o Juiz não faz referência à única (suposta) vítima da morte, o homossexual, que é atribuída aos *hooligans*. Em face disso, é possível produzir sentidos além do já-dito na citação. O verbo “seria” deixa dúvidas, quanto à possibilidade de confirmar que o cozinheiro Marcelo tenha sido alvo dos *Hooligans*, uma vez que ele não é vítima do artefato que explodiu na *Parada gay* de 2010, mas foi assassinado no mesmo dia, por espancamento durante o movimento gay, sem testemunhas. De acordo com outro caso, o verbo “espancar” não significa matar, mas fazer com que a vítima sofra lentamente até a morte e sem testemunhas, característica bem marcante de grupos neonazistas.

Para finalizar, aponta-se para o que diz a *Folha de São Paulo*:

DANOS MORAIS

O consultor de negócios, Felipe Pereira de Freitas, 19, vítima da explosão que ocorreu na Parada Gay no ano passado, afirmou que ele e mais outras cinco pessoas que ficaram feridas irão entrar com um pedido de indenização por danos morais contra os sete indiciados.

Percebe-se que há uma frustração por parte destas seis vítimas em relação ao veredito final do juiz Valdez. Considerando-se vítimas do sistema, Felipe e mais cinco participantes estão entrando com um processo contra os sete agressores, no valor de setecentos mil reais. Ao publicar a abertura do caso, o jornal faz referência à “indenização”. Trata-se de um ressarcimento não só do corpo, mas também da alma. Como cidadãos, cada uma das vítimas sente necessidade de reparar o problema físico, os gastos com as feridas físicas. Mas também exige das autoridades o reparo psicológico, que fere a alma, provocando traumas, exigindo tratamento psicológico, talvez por toda a vida.

De acordo com o “Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012”, grande parte dos homossexuais faz terapia com psicólogos, juntamente com tratamentos psiquiátricos, para voltar a frequentar lugares públicos. Esse ponto não é levado em conta no julgamento dos criminosos que explodiram o artefato caseiro na *Parada Gay*. Cabe, neste sentido, asseverar que essa recuperação é em longo prazo, mas nem todos conseguem voltar ao seio social.

O jornal assevera que os envolvidos nesse caso sentem-se vítimas da sociedade ao serem comunicados que, agora, os supostos criminosos estão à solta, compartilhando o mesmo espaço público: “Nós não gostamos da sentença, a pena foi curta. É um grupo que está crescendo demais e por isso temos que tomar atitudes. Até sexta-feira vamos entrar com uma ação de danos morais no valor de R\$ 700 mil”, disse Felipe Freitas à *Folha de São Paulo*.

Dessa forma, os sentidos, para Orlandi (2012), deslizam sobre a matéria signifiicante (notícia *online*), provocando diferentes gestos de interpretação a partir do lugar que o leitor ocupa, e dali apresentam uma leitura, dentre outras. Em complemento, retoma-se o pressuposto de que a matéria em questão, publicada pela Folha de São Paulo, produziria um sentido, e não outro, se fosse publicada em uma editoria, e não outra.

Retome-se a questão que envolve o papel primordial do sujeito. Antes de responder cada questão, atenta-se para o fato de que o sujeito apreende um sentido que está no recorte (na materialidade significante), sobre o qual ele não tem controle, pois os sentidos não provêm das palavras ou, no dizer de (ORLANDI, 1996, p. 99), “os sentidos não brotam das palavras”. Todo gesto de interpretação é decorrente da inscrição do sujeito numa determinada posição ideológica, “configurando uma região particular do interdiscurso, na memória do dizer” (ORLANDI, 1996, 99).

A matéria noticiosa produzida por cada um dos jornais depende da ideologia seguida pelo editorial desse veículo. O periódico marca a posição do dizer, onde e quando a matéria deve e será visualizada/lida, e isso implica a inscrição do sujeito leitor no texto e no modo de produzir sentido à materialidade significante.

Ora, observa-se que a *Folha de São Paulo* faz referência a um caso de assassinato de homossexual atribuído a neonazistas. No entanto, em seguida, procurou-se a mesma matéria nos dois jornais online *El Mundo* e *El Clarín*, mas nenhum deles fez menção ao assassinato de um cozinheiro de 35 anos, atribuído a um grupo de sete neonazistas, durante a *Parada Gay em São Paulo* em 2010.

O antropólogo Luiz Mott (2013) alega que, por questões ideológicas, é possível que o governo esteja interferindo na divulgação de casos homofóbicos com regularidade, pois poderia denegrir a imagem do Brasil lá fora.

Os efeitos de sentido são resultantes de diferentes variantes (conceituadas pela AD, conforme já apontamos no postulado teórico) que, no entanto, se complementam, tais como a ideologia das FI que compõem as FDs e que nos fazem compreender as condições de produção do discurso, o qual é constituído pela historicidade e afetado pela língua. É nesse cenário que os dizeres são proferidos numa tensão entre a paráfrase e a polissemia, fazendo emergir na formulação do discurso, ou seja, no intradiscurso, outros dizeres advindos da memória, ou seja, do intradiscurso. É no plano do discurso que o imaginário produz efeito de evidência da linguagem a partir do simbólico.

Volta-se à noção de imaginário. Orlandi (1996) reafirma que não há relação direta entre linguagem e mundo, entre palavra e coisa, como propõem os positivistas. As relações sociais, os fatos ocorridos não se dão de forma direta, mas cada uma destas relações funciona como se assim fosse, por causa do imaginário. É ele que se responsabiliza pela possibilidade de remeter o discurso à realidade. “Daí seu efeito de evidência; sua ilusão referencial”. (ORLANDI, 1996, p. 36). Há, neste

sentido, uma relação entre o imaginário e a história, porque se se retira a palavra, só sobra imagem pura. Portanto, a relação entre o imaginário e a história determina as metamorfoses que ocorrem na sociedade, nas relações sociais, constituindo-se nas práticas diárias. Esta é uma das razões por que as palavras funcionam instadas pela ideologia, perpetrando a ideia de que o funcionamento ideológico apresente transparência, para chegar-se a um “conteúdo”, cuja responsabilidade é reportada ao imaginário.

Parte-se do pressuposto de que o texto apresentado pela *Folha de São Paulo* é vista pela AD como opaco. Afinal, nenhum texto é naturalmente transparente. Aplicando-se à análise, afirma-se, ainda, que não há relação direta entre linguagem e mundo, entre o que se diz sobre o “corpo-morto” e o que se está legitimado a dizer sobre ele (corpo-morto), enquanto objeto exposto. Aí entra o imaginário, que tem a função de tornar o corpo-morto (opaco) matéria significativa, transparente, pois o sujeito não é dono do dizer, visto que é interpelado pela ideologia. Isso possibilita ao sujeito que atribua este e não outro sentido, de acordo com a formação discursiva e, constituído pela história e afetado pela língua. A história aqui não deve ser compreendida como sentidos já dados numa sequência cronológica. Mas, ao contrário, ela deve ser entendida como fatos que exigem sempre outros “obedeceres” a uma ordem cronológica. Em outras palavras, quando se fala em história na AD, não se tem a intenção de vê-la como uma evolução histórica, com uma sequência lógica de fatos e acontecimentos, mas como sentidos, que estão a todo instante em movimento, em circulação (ORLANDI, 2012).

Isso nos faz pensar que alguns sujeitos/leitores adeptos ao grupo neonazista veem a materialidade noticiosa sobre assassinatos de homossexuais necessários para eliminar o que não consideram “correto” como prática social, por exemplo, desejo pelo mesmo sexo. Por outro lado, há leitores que veem o homossexual como outro sujeito, detentor de direitos. Isso é possível, porque o indivíduo é interpelado pela ideologia, transformando-o em sujeito, que ocupa um espaço social, produzindo outro discurso determinado por um lugar, por um tempo histórico, que objetiva situar-se no que tange aos discursos do outro. Os diferentes gestos de interpretação são possíveis porque os sujeitos se encontram em lugares opostos: de um lado, aqueles afetados pela ideologia neonazista, de outro, aqueles que defendem a igualdade entre cidadãos perante a lei.

Em síntese, pode dizer que ao publicar na editoria de “Polícia” e não na do “Mundo”, a *Folha* minimiza a dimensão do problema

envolvendo questões de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas e isso contribui para que esses fatos fiquem registrados em editorias como a de polícia em nível local e nacional; e que a matéria significativa registrada na *Folha de São Paulo online* deixa escapar que o Brasil é um dos únicos países a registrar inúmeros casos de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, mas que caem no esquecimento.

Acredita-se que grande parte dos jornais de outros países, que trata de casos envolvendo mortes de homossexuais atribuídos por neonazistas, deixa-os no esquecimento, diferente dos Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha e até países latino-americanos, dentre eles, a Argentina, que tratam matérias, dessa natureza, estampadas na primeira página. Os espaços de circulação se dividem: enquanto no Brasil, grande parte desses casos é acompanhada pela classe mais pobre da sociedade, que está acostumada a esse tipo de delito, nos outros países, esses casos são levados à última instância judicial, diferente da do Brasil, que geralmente não conclui o caso.

5 CONCLUSÃO

Chega-se ao final desse percurso incerto, com uma questão que ainda permanece em aberto: os sentidos atribuídos por um sujeito leitor a partir do trabalho: “Do corpo ao sujeito: publicações sobre assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas...”. Esse tema levou-nos a repensar: por que os discursos estão sempre em devir? Por que os sentidos diante de uma mesma factualidade nunca se esgotam? Por que as sete matérias que tratam dos corpos-mortos, assassinatos praticados por neonazistas, continuam a produzir diferentes efeitos de sentidos, sem que uma interpretação elimine a outra? Por que razão os sentidos apresentados foram esses e não aqueles diante da mesma materialidade significativa publicada por diferentes jornais *online*? A partir desses questionamentos, propus-me analisar os efeitos de sentido em sete matérias jornalísticas que tratam do mesmo fato, origem das matérias, veiculadas em três periódicos de nacionalidades distintas, representados por *El Mundo*, *El Clarín* e *Folha de São Paulo*.

O objetivo que aqui se propôs descrever diz respeito à forma de como essas materialidades discursivas (o corpo-morto de homossexuais) registradas em jornais *online*, em língua portuguesa e espanhola afetavam o leitor. Enquanto sujeito, o leitor foi levado a produzir sentidos diferentes diante da mesma factualidade, porque este sempre esteve sob o domínio de suas formações discursivas e ideológicas, que produzem sentidos, a partir de diferentes marcas avaliativas, levando-se, conseqüentemente, em conta, em que editoria as matérias foram publicadas: na da “Polícia” ou na do “Mundo”. Notou-se que o lugar, onde a matéria se encontra no jornal, é visto como um fator relevante, deixando que o sujeito se sinta (ilusoriamente) dono do dizer.

Isso implica em outra estratégia do jornal: quem autoriza o tipo de publicação, quem decide em qual editoria publicar as factualidades? É notório que não é só o jornalista quem decide por esta ou aquela matéria e onde vai ser registrada. Mas também é o editor que decide, quando, onde a matéria noticiosa deverá ser publicada. O jornalista sozinho não está autorizado a escolher em que editoria deve ou não ser divulgada a matéria, se ela de fato poderia vir a atingir a ideologia do jornal, podendo ou não alcançar repercussão interacional. Isso ficou evidente quando a *Folha de São Paulo* publicou a matéria sobre o assassinato de um homossexual na *Parada do Orgulho Gay*, de 2010, na editoria de “Polícia” por, possivelmente, não a considerar importante de alcance internacional. Ao tratá-la como um caso de polícia, o jornal

possibilita aberturas ao leitor de interpretá-la como um acontecimento de pouco interesse por parte dos leitores.

A cada passo dado na construção desse trabalho, percebeu-se que não seria uma tarefa fácil traçar um método que desse conta de buscar, no objeto de pesquisa marcas de adjetivação, envolvendo o entrelaçamento da história, da linguagem, das diferentes ideologias responsáveis pelo processo final do gesto de interpretação do sujeito/leitor, dentro do imaginário social. Para isso, foi preciso, também, levar em consideração a nossa posição, enquanto analistas, afetada por nossa posição sujeito no mundo.

Em outras palavras, cabe ressaltar que todo fato está ligado a dois fatores: o da posição-sujeito e o de qual editoria a matéria estaria sendo veiculada. O discurso sobre o corpo-morto do homossexual, a partir da mesma factualidade exibida nos três jornais *online*, está atravessado tanto pela língua quanto pela história. Ao olhar para o passado, há resquícios do nazismo atrelados à manifestação do modo pelo qual o grupo de neonazista continua operando ainda hoje.

Diante do já relatado até então, percebeu-se que há lugares que são ocupados por sujeitos com ideologias bem distintas, a ponto de divergir diante da matéria noticiosa, em questão, como fizeram os neonazistas, os ativistas, psicólogos, médicos, religiosos, etc. É o discurso sobre o corpo-morto, atrelado à posição-sujeito. Ao ocupar o lugar social, o sujeito se torna responsável pelo gesto de interpretação produzido diante das referidas pistas avaliativas nas referidas publicações *online*.

Nos casos aqui levantados, notou-se que nas sete matérias jornalísticas que trataram dos assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, havia a presença de marcas avaliativas. Estas marcas foram responsáveis por diferentes interpretações de um mesmo fato. Todo leitor, enquanto sujeito, regido pelas formações discursivas e ideológicas, mostrou o quanto é possível realizar leituras bem distintas da mesma factualidade a partir dessas marcas. Nesse sentido, os discursos que trataram dos assassinatos de Zamudio, de Mérec e de Marcelo, mesmo pertencendo a países diferentes, afetaram os leitores de diferentes esferas sociais, provocando os mais variados sentidos: de revolta, de dever cumprido, de limpeza, de atrocidade contra o cidadão, etc. Esta é uma das razões pela qual Orlandi (2012) afirmou que “o texto é um bólido de sentidos”, contribuindo para a tese de que as factualidades estão abertas a diferentes leituras; de que os sentidos são muitos.

Portanto, reafirma-se que as publicações *online* que trataram das publicações sobre casos de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas fazem parte de uma rede de sentidos marcada por pista (marcas avaliativas/ de subjetivação), por isso o discurso está sempre em curso. Isso vale também para publicações sobre os casos francês e chileno que deixaram registradas poucas marcas avaliativas pela *Folha de São Paulo*.

Nesse ponto, os jornais *El Mundo* e *El Clarín* se diferenciam da *Folha de São Paulo* por duas razões: a primeira por estes dois jornais estrangeiros apresentarem muitas marcas avaliativas; a segunda por alinharem-se a uma editoria internacional, dando ênfase àqueles considerados graves, publicando-os na primeira página do jornal, mesmo quando esses ocorriam no exterior. Ou seja, percebe-se que pelo menos num aspecto a *Folha de São Paulo* foge do padrão dos outros dois jornais: não publica casos ocorridos no Brasil na editoria “Mundo”. Talvez esse seja um dos indícios por meio do qual durante essa pesquisa não se tenha encontrado sequer um caso ocorrido no Brasil que tenha sido publicado pelos jornais argentino e espanhol.

Nesse conflito de interpretações atribuído por diferentes sujeitos, viu-se que o discurso continua sendo visto como uma unidade de significação (seja ele representado por uma palavra, por um enunciado em forma de título ou, ainda, por um texto noticioso em sua amplitude) sempre em fluxo. Se, por um lado estas interpretações foram tão díspares foi porque os sujeitos, ainda que legitimados a produzir diferentes gestos de interpretação, diante de uma mesma factualidade, apresentaram FDs e FI bem diferentes, como se salientou anteriormente.

Nesse sentido, especificamente em relação ao caso brasileiro publicado pela *Folha*, viu-se que este foi tratado como de terrorismo e não como de homofobia. Houve, num primeiro momento, um silenciamento tanto por parte da sociedade quanto pelo juiz responsável pelo caso, em relação à explosão de uma bomba caseira, que matou um homossexual, cuja atividade foi atribuída a um grupo denominado Impacto Hoolligan.

No primeiro julgamento, o jornal registrou o seguinte resultado: os sete réus foram condenados no processo em primeira instância, pois estes faziam apologia direta ao neonazismo, decorrente da muitas provas colhidas pela polícia e juntadas nos autos do processo. No entanto, num segundo julgamento, o mesmo jornal mostrou que o juiz entendeu que o grupo era considerado inocente, isentando-o da culpabilidade do ato, aceitando o *habeas corpus* impetrado pelos advogados dos dois chefes da quadrilha, ao confirmar, em sua posição de sujeito (de autoridade),

que este grupo não apresentava ameaça alguma à sociedade, porque cada um deles tinha endereço fixo, ainda que os dois últimos, que saíram da cadeia dias antes, apresentassem uma extensa lista criminal contra homossexuais e outros grupos sociais minoritários.

A proposta defendida aqui procurou analisar os efeitos de sentido nas sete matérias publicadas *online* sobre o mesmo fato, mostrando que estas factuais produzidas por diferentes jornais afetaram o leitor, ao deparar-se com os mesmos fatos narrados em diferentes editoriais, “Polícia” ou “Mundo”. Portanto, observou-se, ainda, que cada matéria *online* ofereceu diferentes efeitos de sentido, porque cada um dos leitores ocupou um lugar discursivo e, a partir daí, atribuiu diferentes gestos de interpretação. Nesse texto, percebeu-se que os sentidos fluíram nos discursos analisados por diferentes posições-sujeito: do ativista, do psicólogo, etc., são diferentes, decorrentes da formação discursiva e ideológica de cada um. Assevera-se que as matérias *online* são uma fonte do dizer, o que permite outros sentidos, outros dizeres.

Chega-se à conclusão de que quando os leitores produziram diferentes gestos de interpretação diante de uma mesma facticidade publicada pelos três jornais *online*, o analista sabe que o sentido abstraído deste pode ser outro. O texto, enquanto objeto simbólico, só pode ser compreendido quando se leva em conta seu funcionamento ideológico. Esta é uma das razões pela qual os sentidos são múltiplos diante das sete matérias significantes analisadas. Cada matéria jornalística que tratou dos assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas está afetada por marcas avaliativas, algumas com menos, outras com mais intensidade, que também são responsáveis pelo gesto de interpretação do sujeito. Esse sujeito tem o poder de dizer diferente do já-dito. É, por isso, que se conclui, a partir de Orlandi (1996, p. 147), que: “não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e o que se desenvolve em determinadas situações sociais”.

Em relação à relevância deste estudo, a AD foi de grande importância para os estudos da teoria do discurso, que tratam dos discursos jornalísticos, ao tomar como exemplo, as matérias noticiosas que se tratou aqui, cuja materialidade de cada uma delas não é estanque, pois está atravessada por diferentes ideologias, instada pela língua e pela história. Isso demonstrou que o jornal, ao publicar notícias dessa natureza, traz consigo marcas de adjetivação, (um “eu” subentendido), as quais funcionam como pistas avaliativas para que o leitor (enquanto sujeito) produza efeitos de sentido, a partir do lugar social que ocupa.

Diante, disso, torna-se notório enfatizar que este estudo foi de grande valia àqueles que propõem estudar os diferentes efeitos de sentidos em publicações *online*, que tratam principalmente da mesma facticidade em diferentes editorias, cujo objetivo é mostrar que AD é uma disciplina que possui ferramentas essenciais à produção de sentidos em diferentes discursos, seja ele de qual natureza for.

Nessa direção, deixa-se, aqui, uma abertura para produção de novos sentidos nos estudos de gênero, mais especificamente no que tange a discursos de assassinatos de homossexuais atribuídos a neonazistas, cientes de que essas facticidades produzem efeitos de sentidos variados para investigações linguísticas a posteriori. Isso vem ao encontro do que disse Orlandi sobre a AD (2012): essa disciplina dá abertura ao intérprete/leitor para que ele produza produzir esses sentidos e não aqueles, a partir das marcas de adjetivação, encontradas em diferentes materialidades, estendendo-se, nesse caso, ao discurso jornalístico. Todo discurso, diz a autora, está sempre em devir, apto a produzir efeitos de sentido contraditórios, mas aceitáveis para essa ou aquela situação. É justamente no jogo da contradição, da mudança, da apagamento/silenciamento que um sentido apresenta mais visibilidade do que outros. Nisso, Orlandi (2012) chamou a responsabilidade para um sujeito: o da ideologia; e não existe outro sujeito senão este da ideologia, em detrimento de um (sujeito) psicologizante, que se apoia num “eu” subentendido. O sujeito da ideologia é o responsável pela produção do sentido (nas diferentes editorias), sabedor de que não há hierarquias, não há categorias estritas, nem simplificação e/ou explicitação de textos que são naturalmente opacos, obscuros.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre et. al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes, Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ARANGO, Doroteo. **El caso Mérec**. Twikle, Madrid, 21 de dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.twikle.es/index.php>>. Acesso em: 21 de dezembro 2013.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. PortoAlegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- ÁVILA, Felipe Pereira. **O discurso contraditório. uma análise dos processos discursivos presentes em perfis neonazistas no orkut**. 210f.. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.
- BELKOSKY, STANISLAV. Analista político russo afirma em biografia que Putin pode ser gay. **Terra**, São Paulo, 02 de janeiro 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/analista-politico-russo-afi,85a185dd323c2410vgnvcm3000009af154d0rcrd.html>>. Acesso em: 02 de janeiro 2014.
- BORDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papirus, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAGA, Sandro. **O travesti e a metáfora da modernidade**. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1986.
- BRITO, Luiz Alberto de. (Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva? **Revista Eumonia**. Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.revistaeutomia.com.br/v2/wp-content/uploads/2012/08/Re-lendo-Michel-P%C3%A7heux_p.542-562.pdf>. Acesso em 02 janeiro 2014.
- BUDÓ, Marília D. Editoria policial: da legitimação à reprodução da seletividade do sistema penal. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XI Congresso de Ciências

da Comunicação na Região Sul, Novo Hamburgo, 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/.../R20-1271-1.pdf>.

CHACATOREX BLOGSPOT. **Protestas por assassinato antifacista Clément Mérec, por un grupo de nazis.** París, 2014 Disponível em: <<http://chacatorex.blogspot.com.br/2013/06/clement-meric-asesinado-en-paris-por.html>>. Acesso em 18 de janeiro 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Declarações de Silas Malafaia.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp-se-posiciona-contrariamente-declaracoes-do-pastor-silas-malafaia/>>. Acesso em 16 de janeiro 2014.

CORREIA, Nildo. Disponível em: Impunidade barra apuração de crimes contra homossexuais em AL. Globo, Rio de janeiro. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=352041&e=12>>. Acesso em 26.12.13.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício:** estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político.** Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **A face e o verso:** estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 2006.

DÍARIO DO BREJO. **Deputado mexicano diz que homossexuais são potenciais pedófilos.** São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://diariodobrejo.com/deputado-mexicano-diz-que-homossexuais-sao-potenciais-pedofilos-2/>>. Acesso em: 19 de novembro 2013>.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos.** São Paulo: Contexto, 2004.

DRUM, Marluce e BUENO Andréia. **Tempos nazistas.** Hipermidia, Disponível em: <<http://hipermidia.unisc.br/temposnazistas/neonazismo.html>>. Acesso em 16 de janeiro 2014.

EL CLARÍN. **Manual de periodismo.** São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/libros/2006/03/10/1-01171594.htm> <http://manual.periodismodedatos.org/participantes.html>>. Acesso em 21 de janeiro 2014.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2001.

ESTADÃO. **Malafaia e protestos.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://estadao.br.msn.com/fotos/malafaia-protesto>>. Acesso em: 16 de janeiro 2014.

- Disponível em: <<http://ceticismocritico.blogspot.com.br/2013/03/malafaia-volta-passar-vergonha-ao.html>>. Acesso em: 16 de janeiro 2013.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de redação**. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://bit.ly/179ibah>>. Acesso em 02.01.2013>. Acesso em: 19 dezembro 2013.
- _____. **Manual de redação e estilo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://nau1.ufsc.br/files/2010/09/Manual-de-Reda%C3%A7%C3%A3o-e-Estilo_O-Estado-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf> Acesso em: 19 de novembro 2013.
- FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.
- FERRARI, Alexandre. **Homossexualidade e neonazismo**. Disponível em: <<http://alexandreferrarisaores.blogspot.com.br/2009/02/neonazistas-brasileiros-texto.html>>. Matéria publicada em 2010. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil**: notas à sua história. In: FERNANDES, Claudemar Alves. CABRAL DOS SANTOS, João Bosco (orgs.) **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: ClaraLuz, 2005.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Acusados de explosão em parada gay de São Paulo são condenados por formar quadrilhas**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/802042-acusados-de-explosao-em-parada-gay-de-sp-sao-condenados-por-formar-quadrilha.shtml>>.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **A ordem do discurso**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- _____. **A Arqueologia do saber**. 4ª ed. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro. Graal, 1990a.
- _____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FURLANETTO, M. Marta. **Semântica, estereótipos e memória discursiva**. Lisboa, 2014. Disponível em: <bocc.ubi.pt/pag/furlanetto-marta-memoria-discursiva.html>. Acesso em: 02 de janeiro 14.

GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. e PÊCHEUX, Michel (1981). **A Língua inatingível**. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

HAILER, Marcelo. **Você é gay ou bicha?** Belo Horizonte, 2013. Disponível

em: <<http://www.medicina.ufmg.br/projetohorizonte/artigos.php>>. Acesso em 15 janeiro 13.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **A Ferramenta imperfeita** – língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HOUAISS, Antonio, VILLAR.M.S, FRANCO, F.M.M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia, 2001. 1 Vol.

JORNAL A NOTÍCIA. **Manual teórico do jornalismo**. Lisboa, 2013. Disponível em:

<http://www.valorfito.abae.pt/docs/2013/manual_teorico_de_jornalismo.pdf>. Acesso em 11 de janeiro 2014.

JORNAL COVER TIMES. São Paulo, 2013. **Jovens russos humilham gays e divulgam atos na internet**. São Paulo, 2013 Disponível em: <http://br.covertimes.com/news/folha-de-sao-paulo-br_2013-08-09/jovens-russos-humilham-gays-e-divulgam-atos-na-internet/1299232>. Acesso em: 10 de agosto 2013.

JORNAL SUL21. **Grupo russo de extrema direita cria safári para caçar homossexuais em rede social**. Lima, 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/grupo-russo-de-extrema-direita-cria-safari-para-cacar-homossexuais-em-rede-social/>>. Acesso em: 02 fevereiro de 2014.

JORNAL TERRA. **Leis polêmicas põem Rússia no centro do debate sobre direitos homossexuais**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/leis-polemicas-poem-russia-no-centro-do-debate-sobre-direitos-homossexuais>,>

bfc81495551a0410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.htm. Acesso em: 01janeiro2014.

JORNAL TERRAS. **Manual de estilos**. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<http://www.terras.edu.ar/aula/tecnicatura/21/biblio/21Manual-de-Estilo-Cap5-La-produccion-de-los-textos.pdf>>. Acesso em: 30dezembro 2013.

LAGAZZI, Suzi. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

_____. Recorte signficante na memória. In: INDURSKY, Freda et al. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**, São Carlos: Claraluz, 2009.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6 d. São Paulo: Ática, 2006.

LOPES, Débora. **O perfil do neonazista brasileiro** — uma entrevista com a pesquisadora adriana dias. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/o-perfil-do-neonazista-brasileiro-uma-entrevista-com-a-pesquisadora-adriana-dias>. Acesso em: 26.12.13.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. .

MARTINS, Izabella dos Santos. **Um caso de polícia: a representação dos discursos no noticiário policial de dois jornais impressos brasileiros, à luz da Linguística de Corpus e da Análise Crítica do Discurso**. **ReVEL**, São Paulo v. 7, n.13, p. 25-35, out./dez., 2009.

MELÉM, Viviane de Nazaré de Oliveira. Jornalismo policial: Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará. Puçá: **Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**. Belém, v. 1, n.1. p. 26-50, jan./jun. 2009.

MENDES, Gil e TREVISAN, karina. **neonazista condenado por bomba na parada gay fere 4 no metrô paraíso**. disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,neonazista-condenado-por-bomba-na-parada-gay-fere-4-no-metro-paraíso,740268,0.htm>. Acesso em: 05 de janeiro14.

MELO, Celso Antonio de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MENDES, G. Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDES, Gil. e TREVIZAN, karina. **Neonazista condenado por bomba na parada gay fere 4 no metrô paraíso**. disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,neonazista-condenado->

por-bomba-na-parada-gay-fere-4-no-metro-paraiso,740268,0.htm.>

Acesso em: 05 de janeiro 14.

MONTEVERDE, S. **Leis russa contra propaganda gay é criticada por países democráticos.** Disponível em:

<<http://jornalggn.com.br/blog/lei-russa-contr-propaganda-gay-e-criticada-por-paises-democraticos>>. Acesso em: 10 de dezembro 13.

_____. **10 verdades sobre a homossexualidade o que é a homossexualidade.** Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/orienta-verdades.html>> Acesso em: 08 de janeiro 2014.

NACO. **Así pretendían los nazis eliminar la homosexualidad.** Disponível em: www.naco.com.br. Acesso em: 21 de dezembro 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes; 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Ed. Vozes; 1996.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Campinas: Pontes; 2003.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes 1999.

_____. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Campinas: Pontes, 1997.

_____. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. In: **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras**, Porto Alegre, n. 4, out. 1998.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento** (1983). Trad.: Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et all. – 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

- PÉLISSIER, René. Safári com o Dr. Gutenberg. **Revista Análise Social**, vol. XXXV (154-155), 2000, p. 407-427.
- PERES, Ana Paula Ariston Barion. **Transexualismo: o direito a uma nova identidade sexual**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- PORTUGUÊS. **Neonazistas**. Paris, 2013. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/tag/neonazistas>>. Acesso em: 26 de dezembro 2013.
- SCHERER, Amanda Eloína e TASCHETTO, Regina Tania. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Linguístico-Discursivos. **Revista Estudos da linguagem**, Vitória da Conquista, n.1, pp. 119-123, jun. 2005.
- SCHÜLER, Donald. **Heráclito e seu (dis)curso**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- SCHUSH, Hélio Ademar. **Editoria de Polícia**. Disponível em: www.evaldomagalhaes.jor.br/editoriadepolicia.doc. Acesso em: 26 de dezembro 2013.
- SCHWAAB, Regis T. Para ler de perto o jornalismo. Uma abordagem por meio de dispositivo de análise do discurso. **Revista em questão: comunicação e informação**. Departamento de Comunicação: Universidade Federal do Rio grande do Sul. v.13. n.1. p. 3-15, 2007.
- SERGE Quadruppani, e HENRY, Odile. **Clement meric, que morreu por suas ideias em um mundo sem ideias**. Disponível em: <<http://www.article11.info/?Clement-Meric-mort-pour-ses-idees>>. Acesso em 18 de janeiro 2013.
- SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista Faced**, Salvador, n.14, p.39-53, jul./dez. 2008 39.
- SOUSA, Jorge Pedro de. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Lisboa: Centro de Investigação Media & Jornalismo, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 19 de janeiro 213.
- VAN DIJK, T. A. **La notícia como discurso**. Buenos Aires: Piadós, 1990.
- _____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- ZAMIN, A. M.; SCHWAAB, R. T. Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. **Revista de Estudos em**

Jornalismo e Mídia. Pós-Graduação em Comunicação e Informação – PPGCOM/UFRGS, v. IV. n.1 - 1 semestre de 2007.